

A lista de presentes registra o acesso de 163 senhoras deputadas e senhores deputados no enfoque parlamentar.

Está aberta a sessão deliberativa remota. Sob a proteção de Deus em nome do povo brasileiro e brasileira iniciamos nossos trabalhos.

Nos termos do Parapúrquido do artigo 5º do Ato da Mesa de número 123/2020, fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

Passam-se as breves comunicações.

Primeiro orador escrito, nobre deputado Luiz Lima do Piel e do Estado do Rio de Janeiro.

Obrigado Presidente Charles, uma honra ter essa sessão presidida pelo senhor.

Presidente Charles, é natural que todo brasileiro pensa que o governo federal é apenas uma caixa.

Mas antes de fazer referência ao episódio, eu que está acontecendo, eu quero dizer que eu sou presidente Bolsonaro, gosto do presidente, sou base do governo, estarei com o presidente até o final.

Mas tem uma caixinha, porque o governo federal são várias caixinhas, e em muitos casos uma caixinha quer acabar com a outra.

O episódio de hoje, o Ministério da Economia quer acabar com a Secretaria Nacional de Esportes.

O Ministério da Economia é contra a continuação da lei de incentivo ao esporte.

É uma temeridade.

Presidente Bolsonaro, o Ministério da Economia em relação à política pública e esportiva está indo na contramão do que o senhor acredita. Está faltando comunicação interna no governo.

Um país que tem uma receita anual de 4.856.000.000.000 de reais não quer renovar uma lei de incentivo ao esporte no valor de 445 milhões,

o que corresponde a 0,001 da receita do nosso país.

Presidente Charles, sem a lei de incentivo ao esporte, a gente não tem a manutenção clubística do nosso país, que é a célula formadora do esporte.

90% dos nossos atletas olímpicos treinam em clubes que fazem uso da lei de incentivo ao esporte, não só os clubes, as confederações, instituições, o Comitê Olímpico Brasileiro.

Eu me sinto envergonhado sendo deputado federal, atleta olímpico de natação e professor de educação física, não tendo o Ministério da Economia com olhos para o esporte.

O esporte é um pilar de educação assim como cultura.

A alíquota da cultura é 4%.

Do esporte é 1%.

A lei de incentivo à cultura é perene.

A lei de incentivo ao esporte tem que ser renovada de 5 em 5 anos, desde 2007.

Ministério da Economia, tem alguém aí? Tem alguém aí me ouvindo?

Não bastam dirigir um país apenas por número?

Vocês têm que mergulhar no sentimento e na necessidade de cada brasileiro.

O esporte é um movimento suprapartidário para unir esse país.

Num momento que a gente está perdendo nossos jovens para as drogas, para o tempo fora das escolas,

o esporte é uma oportunidade de emprego para profissionais de educação física, para fisioterapeutas, para médicos.

Ministério da Economia, vocês são contra o Flamengo?

Vocês são contra o Corinthians?

Vocês são contra o Pinheiros?

Vocês são contra o Minas Tênis Clube?

Vocês são contra o Grêmio Nautico União?

Vocês são contra os deputados que representam o Corinthians e o Flamengo?

Que representam os clubes do Amazonas, do Pará, que fazem uso da lei de incentivo?

Eu espero que o Ministério da Economia tenha respeito à comunidade esportiva e aos brasileiros.

E hoje está pautado aqui o PL 130 de 2015.

É engraçado porque eu fui requisitado pelo Ministério da Cidadania, pela Secretaria Especial de Esportes, falou "Luiz, precisamos renovar, a lei vence em dezembro, vai entrar o período eleitoral, o Congresso naturalmente fica com a ausência dos deputados,

precisamos renovar, eu venho aqui e descubro um PL do deputado João Derly, da última Legislatura, representante do Rio Grande Sul.

Um PL que não só é favorável à renovação da lei, como aumenta a alíquota de 1% para 2%.

E aí o Ministério da Economia, não, não pode aumentar de 1% para 2%. A lei de incentivo ao esporte, ela é baseada num teto que o governo regula.

Ano passado atingiu 445 milhões, mas o teto é baseado na lei de letra e orçamentária, LDO.

É o governo, quanto mais arrecada, o teto aumenta, quanto menos arrecada, o teto diminui.

A elevação de 1% para 2% facilita porque uma empresa pode abraçar um projeto esportivo na sua totalidade e ele começar logo.

Mas o teto, ele nunca vai ser ultrapassado porque o próprio governo estabelece.

Ministério da Economia não prejudique o esporte no Brasil, não prejudique principalmente o nosso presidente Bolsonaro, que há três semanas fez uma festa no Planalto enaltecendo o Plano Nacional de Esportes, enaltecendo a própria lei.

Parabéns, secretário Marcelo Magalhães, você tem atuado de forma exemplar.

Parabéns ao ministro Ronaldo do Ministério da Cidadania e a todos deputados.

Felipe Carreira, daqui um dos grandes defensores do esporte, presente.

Parabéns, presidente Charles, coronel Tadeu, deputado por São Paulo, deputado Jones, presidente também, todos amantes do esporte, precisamos lutar pelo esporte.

Muito obrigado.

Obrigado, o novo deputado Luiz Lima, pelo seu pronunciamento, chamando a atenção desse importante segmento aqui no nosso país. Com a palavra o deputado Felipe Carreira, em seguida o deputado Jones Moura.

Presidente, a todos que estão nos assistindo pela TV Câmara, colegas deputadas e deputados,

deputado Luiz Lima, vossa excelência, eu pude conhecê-lo, já lhe

conhecia como um herói nacional,
afinal de contas eu sempre me refiro assim aos nossos atletas
olímpicos, afinal de contas são pessoas que inspiram a nossa
juventude

para que através do esporte não ganhe apenas medalha, nem seja
campeão ou campeã.

O esporte forma cidadão e vossa excelência é um herói nacional.
E eu quero no dia de hoje, presidente, que é um dia simbólico, hoje
é o dia mundial da atividade física e o dia do esporte pela paz.
Neste dia a gente vê, Luiz Lima, um pronunciamento seu emocionado,
verdadeiro e demonstra a sua larguesa e coragem para defender o
esporte brasileiro.

Um deputado como poucos, bolsonarista, que tem lado, é da base do
governo, já vi você várias vezes falando ao lado
do presidente da república e vem aqui hoje mostrando que o esporte
não tem lado, o esporte não tem bandeira política,
o esporte é um patrimônio do povo brasileiro. E nós, que você
testemunha disso, eu estou presidente da comissão do esporte,
aquela comissão e todos os debates que nós travamos aqui, nunca teve
viés político partidário, mesmo eu sendo deputado da oposição a este
governo,

eu travo nas trincheiras, na boa guerra da política, na trincheira
do esporte.

E a gente vê aqui hoje a demonstração de desprezo por parte do
Ministério da Economia com o esporte brasileiro.

Agora aqui, neste seu depoimento, que eu espero que saia da casa do
povo, dos representantes do povo, dos poucos deputados que defendem
o esporte,

que vai lá para o Palácio do Planalto, porque isso é decisão
política.

O secretário especial, Marcelo Magalhães, com quem eu tive a
oportunidade, junto com a sua equipe, de falar sobre a importância
da lei federal de incentivo ao esporte,
que primeiro já tem uma discriminação em relação à cultura, primeiro
ela está parada em relação à cultura, não pode estar sendo tratada
como tema acessório, como tema lateral.

O esporte tem uma ferramenta de transformação social, falta o
governo federal priorizar. E a sua fala aqui, corajosa deputada Luiz
Lima,

eu tenho certeza que quem está nos assistindo, a todos que eu estou
acompanhando, atletas para atletas, atletas aposentados,
associações, confederações,

a todo esse coro nacional em favor da justiça e da valorização do
esporte, eu tenho certeza que isso vai ecoar no governo federal,
no centro de decisão, ao presidente, porque a gente tem que entender
também quem é que manda, de quem é a última palavra, quem é que quer
fazer justiça com o esporte brasileiro.

E eu tenho certeza, agradecendo ao presidente Artulira, que colocou
na pauta esse projeto para votar,
parabenizá-lo, deputado Luiz Lima, mais uma vez, pela habilidade
política de construir, de conversar com a oposição, com o centro,
com a base.

O texto está maduro e eu tenho certeza que até a própria base do
governo, esse projeto sendo votado hoje, que tem que ser votado,

ninguém vai colocar a sua digital contra o esporte e contra a renovação da lei de incentivo federal o esporte, que já era para ser uma lei perene, não era para estar sendo renovada de 5 em 5 anos, e aqui eu faço um apelo a todos os deputados e deputadas para que a gente valorize o esporte,

que eu repito, é uma ferramenta de inclusão e de transformação social. Viva o esporte, parabéns,

juntos pelo esporte e hoje ainda fazer justiça, Luiz Lima.

Obrigado, deputado Felipe Carreras, pelo seu pronunciamento. A palavra do deputado Coronel Tadeu Piel, do Estado de São Paulo.

Senhor Presidente, boa tarde, boa tarde a todos os colegas que nos assistem e de pronto eu já vou pedindo que esse pronunciamento seja vinculado nos canais de comunicação da casa, senhor Presidente. Eu queria falar do caso Daniel Silveira.

Me preocupa muito a omissão e a apatia dessa casa legislativa em relação a esse caso.

O artigo 53 da Constituição Federal não deixa nenhuma dúvida.

Primeiro, quando diz que todos os deputados são imunes por suas palavras, suas opiniões, suas ações e no parágrafo terceiro e quarto traz um regramento do qual nós estamos abrindo mão nesse momento.

A ação penal que foi submetido o deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro, Daniel Silveira, precisa ser submetida ao escrutínio desse

supremo plenário da Câmara dos Deputados. Nós temos 513 juízes para dizer se susta ou não susta a ação penal que vem sofrendo o deputado Daniel Silveira. Isso está escrito e eu não consigo entender porque até o presente momento, tendo havido várias manifestações dos partidos

que é uma condição premissa para que seja pautada essa ação penal, essa votação ainda não ocorreu. Nós não podemos dar essa permissão ao Poder Judiciário quando a Constituição escrita em 88 já preservou as atividades dos deputados e senadores.

No caso, nós estamos diante do caso de um deputado federal aqui dessa casa que desde o ano passado vem sendo submetido a esse processo.

Eu peço a todos os deputados que façam coro e que façam valer aquilo que os deputados aprovaram, aquilo que o Congresso Constituinte em 88 aprovou

aqui nesse mesmo recinto. Dar essa permissão ao Judiciário é abrir mão de um direito extremamente perigoso. Digo perigoso porque hoje o que nos permite subir

aqui nessa tribuna deputado Nicolet é a garantia de que você está aqui representando o povo, sendo uma parcela ou uma grande parte, não importa,

mas lhe foi conferido esse poder de você subir aqui e dizer aquilo que você pensa porque você foi buscar na sua base a vontade do seu povo.

Essa liberdade hoje está sendo colocada a uma prova que nunca deveria ser colocada. Eu não sei se é omissão, eu não sei se é medo, eu não sei se falta coragem, eu não sei se alguém de repente até comeu bola no regimento, mas o fato é que isso já deveria ter sido feito o ano passado

e nós tivemos que ver o deputado Daniel Silveira sendo preso por duas vezes e essa casa quieta.

Deputado Zé Neto da minha querida Bahia presente aqui no plenário me permite até chamá-lo na informalidade Zé, mas nós não podemos admitir isso não gente.

Nós temos que ser duro no cumprimento da Constituição e nós não estamos aqui absolutamente julgando ou avaliando o mérito do que aconteceu com o deputado Daniel Silveira.

Não, não vamos falar de mérito, nós vamos falar de liberdade que o parlamentar tem garantida na Constituição Federal porque hoje é o Daniel Silveira, amanhã pode ser eu.

E aí, será que o meu microfone vai ser silenciado por uma ameaça do Poder Judiciário, seja lá qual que for?

Daqui a pouco é juiz ou ministro de terceira instância, juiz, desembargador de segunda instância e às vezes até de primeira instância, de primeiro grau, querendo silenciar a palavra de um deputado.

Perigoso demais isso para todos nós. Faço esse alerta porque o prazo já passou.

A situação é esdrúxula. Presidente Arthur Lira precisa tomar um posicionamento, precisa pautar e deixar que essa casa, os 513 decidam.

Continuação ou não continua, é só isso que a gente está pedindo.

Peço mais uma vez, seu presidente Charles, obrigado até pelo tempo, peço desculpas até por ter me acendido tempo, mas peço mais uma vez que seja registrado nos canais de comunicação da Câmara dos Deputados. Obrigado.

Obrigado, deputado. O pedido de vossa lença será atendido para divulgação no meio de comunicação dessa casa.

Enquanto o deputado Nicoletti se dirige a tribuna, eu dou um minuto para o deputado Luís Carlos, PL do Estado de São Paulo.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, com orgulho de ser o primeiro comerciante eleito deputado federal pelo Estado de São Paulo,

registro os 83 anos de fundação da Federação dos Comerciantes do Estado de São Paulo, entidade por mim presidida que será celebrada agora no dia 9 de abril.

Sua história traz lutas e vitórias conquistadas para os comerciantes paulistas ao lado dos seus 71 sindicatos filiados, representando mais de 2,5 milhões de trabalhadores.

A maior federação de trabalhadores da América Latina pratica o chamado sindicalismo cidadão, que atende comerciantes com as ações que melhoram as condições de vida e de trabalho da maior categoria de trabalhadores urbanos do Brasil, os comerciantes.

Parabéns a Federação dos Comerciantes do Estado de São Paulo. Muito obrigado, senhor presidente.

Obrigado, deputado.

Presidente Charles, peço que o meu pronunciamento seja divulgado na voz do Brasil.

Será atendido o pedido de vossa lença, deputado Luís Lima.

Com a palavra o deputado Nicoleta, do União do Estado de Roraima.

Boa tarde, presidente, a todos aqui da Câmara dos Deputados.

Hoje eu venho aqui fazer uma cobrança ao nosso ministro Paulo Guedes.

Nós precisamos, ministro, que o senhor coloque para frente a questão dos aprovados da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal, que esperam pelo chamamento ao concurso público.

O ministro da Justiça, Anderson Torres, nosso presidente da República, fizeram a parte deles. Encaminharam o projeto de lei de reestruturação da nossa carreira, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal e também da Polícia Penal Federal.

Só que hoje está encalhado no Ministério da Economia a questão da criação de novos cargos dentro da Polícia Rodoviária Federal.

E isso impede, juntamente com um decreto 9739, para que sejam chamados todos os aprovados da Polícia Rodoviária Federal e também da Polícia Federal.

Então nós precisamos que o governo tome uma atitude.

Nosso presidente possa conversar com o ministro da Economia. São milhares e milhares de agentes da segurança pública que precisam da reestruturação que foi prometida pelo nosso presidente da República e pelo nosso ministro e também a criação desses novos cargos e tirando esse decreto que impede o chamamento de todos os aprovados.

Então eu creio que o nosso presidente, junto com os ministros, possam dar seguimento à questão dos nossos aprovados nesses concursos da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal e pela regulamentação da nossa Polícia Penal Federal também.

Gostaria de falar sobre um tema sensível no meu estado, que é a questão da mineração em terras indígenas.

Hoje eu gostaria aqui de cobrar também do nosso presidente da Câmara para que tenha aceleração na composição do grupo de trabalho do PL-191.

Nós precisamos tratar desse tema com urgência.

Hoje o nosso estado tem a questão do ouro, do diamante, da castelita, de vários minerais que saem do estado e por não ter regulamentação são esquentados em outros estados.

Quem perde com isso é recolhimento de impostos para os nossos municípios, para o nosso estado também, agora sempre preservando a questão do meio ambiente.

É uma mineração de modo sustentável que nós precisamos ter e para que isso socorra, para que a gente tenha essa regulamentação, que a maioria dos povos indígenas querem sim poderem fazer a exploração de recursos hídricos e de diversos minerais, nós precisamos ter esse grupo de trabalho, esse grupo de estudo e colocar em discussão aqui dentro da Câmara dos Deputados.

Temos também a questão dos nossos aprovados em concursos estaduais, os nossos policiais penais lá do estado, nossa polícia militar.

Mando abraço a todos vocês. O governador com compromisso vai chamar para o curso de formação e nós teremos mais polícia na rua, porque a população precisa de segurança pública.

Me permite mais 30 segundinhos só? Pode ser? Só para complementar, vi aqui o Daniel Silveira, nosso colega.

Então, Daniel, conte com o meu apoio. A gente está aqui se insensibilizando o nosso presidente da Câmara dos Deputados para que possa pautar o tão breve possível a questão do seu processo.

Liberdade de expressão já. Pode contar com o meu apoio, Daniel Silveira.

Obrigado, novo deputado Nicolet, pelo seu pronunciamento.

Com a palavra o deputado Jones Moura, O PSD do estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, presidente.

Presidente, mais uma vez, isso tem sido uma rotina, isso tem sido uma constante.

Três guardas municipais nesta madrugada foram presos lá na 35ª DP, na cidade do Rio de Janeiro, lá no bairro de Campo Grande.

A noite anterior a essa madrugada, outro guarda municipal da cidade de Nilópolis também foi conduzido preso e os guardas municipais de todo o Brasil

têm sido presos e estão sendo presos porque eles estão cumprindo a lei que vossas excelências aprovaram aqui.

E agora, o que a gente faz? Não sou eu deputado federal, fiscal da lei federal?

Aqui, a lei federal que vossas excelências aprovaram aqui, que é a de número 3022/2014,

no seu artigo 16 diz assim, olha, aos guardas municipais é autorizado o porte de arma de fogo conforme previsto lei.

E quando a gente olha a lei do estatuto do desarmamento, ela desarma a população, mas arma a guarda municipal também.

E quando a gente olha o sistema único de segurança pública, que é o SUSP, também dá atribuições de polícia aos guardas municipais.

E quando a gente olha o artigo 144 da Constituição Federal, também dá atribuições de polícia aos guardas municipais.

Deputados, eu rogo, nós aqui não podemos fazer leis para que lá na ponta da corda a polícia federal entenda de um jeito, o delegado entenda de outro, o policial militar entende de outro e o guarda municipal,

quando prende o estuprador na rua e leva para o delegado para ser preso, esse mesmo delegado pega o guarda municipal que estaca sua arma e prende no mesmo lugar.

Que absurdo que aconteceu no Rio de Janeiro hoje! E é por isso que eu quero fazer valer essa roupagem de deputado federal.

Serve para que, presidente? O que nós estamos fazendo aqui, presidente?

Leis para que? Então, sexta-feira passada, sentei com o presidente Jair Bolsonaro e conversamos muito a esse respeito, já vou lhe pedindo, por favor, mais 30,

sentei com o governador Claudio Castro e hoje pela manhã também conversei com ele, conversei com o secretário nos assuntos de polícia civil também,

conversei com o secretário municipal Brelo Carnavali, conversei, conversei, conversei, mas que força nós deputados temos para que se cumpra a lei federal às 30 segundos finais?

Para que se cumpra a lei que nós fizemos aqui? Passamos horas e horas e horas aqui na madrugada, para depois que sai a lei, os governantes e as instituições acharem que aqui nós somos patéticos? Eu não vou aceitar isso, vou para cima,

sexta-feira ter reunião com todas essas autoridades e eu quero o cumprimento da lei federal que diz que o guarda pode andar com a sua arma,

nós vamos buscar isso até o final. Obrigado, presidente.

Obrigado, deputado Jones-Morro. Com a palavra o deputado Paulo Pimenta, PT do Estado do Rio Grande do Sul.

Presidente Charles, estamos prestes a enfrentar uma eleição, sou deputado federal do Rio de Janeiro como o deputado Jones-Morro, a guarda municipal do Estado do Rio de Janeiro, de todos os municípios, devem ter muito orgulho do senhor, parabéns pela sua defesa, o senhor foi eleito e realmente representa de forma digna, competente, com conhecimento, parabéns deputado Jones, muito orgulho de ter o senhor como colega aqui na casa do deputado. Obrigado, deputado, isso é recíproco. Obrigado. A palavra o deputado Paulo Pimenta, PT do Rio Grande do Sul.

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, muitas pessoas se questionam como é possível no momento como esse que nós estamos vivendo no Brasil, onde temos um presidente da República que nos envergonha todos os dias, um presidente genocida, negacionista, um governo mergulhado na corrupção, a família e os amigos próximos do presidente cada vez mais envolvidos com o crime organizado, um governo que efetivamente faz com que o brasileiro passe vergonha todos os dias, como é possível senhor presidente que mesmo assim o nosso povo esteja cheio de esperança, o nosso povo esteja de cabeça erguida e todas as pesquisas, senhor presidente, mostram um sentimento, o povo está com um sentimento positivo, o povo tem esperança e por que esse sentimento? Porque o povo tem memória e o povo lembra que não faz muito tempo que ele vivia melhor, que ele comia melhor, que ele tinha emprego, que ele teve acesso a crédito, que ele pôde comprar uma casa, ele pôde ter um filho numa universidade, um sobrinho no Instituto Federal, o povo era tratado com dignidade, especialmente aqueles setores da sociedade que até então jamais tinham tido voz nem vez.

E essa esperança, essa memória tem nome, senhor presidente, e esse nome é Luiz Inácio Lula da Silva.

O povo está de cabeça erguida, o povo tem esperança porque o povo está com saudade e o povo lembra, lembra e quer voltar a ser feliz de novo.

Ninguém aguenta mais esse ambiente de ódio, de ressentimento, de intolerância, essa pauta permanente de conflitos estimulada diariamente pelo próprio Palácio do Planalto.

Aí a gente pergunta para as pessoas qual foi a última vez que a tua vida melhorou, que a tua família teve uma conquista e as pessoas dizem, na época do Lula, na época do PT, pergunte para qualquer pessoa no Brasil o que que melhorou na tua vida durante o governo Bolsonaro.

Qualquer coisa! E as pessoas não têm o que dizer, as pessoas não sabem o que dizer, porque é um governo de tristeza, é um governo onde as pessoas perderam qualidade de vida, é um governo onde as pessoas hoje têm vergonha, inclusive, de terem votado no Bolsonaro para concluir peça de tolerância, senhor presidente.

Mas tudo isso, senhor presidente, tudo isso faz com que as pessoas, ao mesmo tempo, que vivem este ambiente sombrio, tenham esperança. A palavra mais forte hoje que você ouve na boca do povo brasileiro é essa, esperança.

Eu quero voltar a ser feliz de novo, eu quero voltar com dignidade, eu quero ver a minha família feliz.

E essa esperança tem nome, e esse nome elula, senhor presidente, é por isso que o povo brasileiro está de cabeça erguida.

Obrigado, deputado Paulo Pimenta. A palavra o deputado Daniel Silveira, PTB do estado do Rio de Janeiro.

Presidente, boa tarde a todos os integrantes da casa, boa tarde ao povo brasileiro. Eu vou falar brevemente sobre uma causa que vai ser votada aqui hoje nessa casa, já trouxe a discussão para o plenário, deputado Alessio, deputado Luiz Lima, a respeito do projeto 2630, que é o projeto que trata das tais fake news, a famigerada fake news, o que vem a ser fake news?

No ramo jurídico não existe esse termo "crime difuso", o que subjetividade é essa que tentam criar?

Em 2019, iniciou no STF um processo, um inquérito, o 4781 de ofício pelo então presidente Diastófile.

Diastófile foi reprovado em 96 e 97 para magistratura, ele tem pouco conhecimento jurídico,

daí em diante ele trabalhou em assessoria e de repente ele passa então a integrar o STF por uma indicação de um ex-presidente e ele passa então até reformar as tese daquele tribunal para qual ele foi reprovado, só que tem uma curiosidade,

ao AB ela tira da lista tríplice qualquer advogado que seja reprovado no exame da magistratura porque julga, lógico, que fica prejudicado o tal do notável saber jurídico, ou seja, não é bom para desembargador como vai ser bom para ser ministro do Supremo?

Isso é uma dicotomia, não existe, não tem lógica alguma, então ele abre de ofício esse inquérito, ou seja, de forma inconstitucional, passando por cima do detentor privativo da ação penal, preconizado na Constituição, art. 129 é claro, detentor privativo, está escrito lá, e essa casa promulgou a Constituição.

Ele fere o princípio do juiz natural porque ele também não sorteia o relator, ele nomeia Alexandre de Moraes que começa uma sanha pelo Brasil, uma draga jurídica, culpando a tudo e todos, mas um crime, olha, eu não preciso explicar um inquérito, que ele parte de um crime, um fato tipificado.

Se teve caluna em júri de infamação, art. 138, 39, 40 do Código Penal, que seja processado na área civil e criminal, por indenização e tudo mais,

que siga-se a escorreita lei. Agora o STF, através de alguns mínimos, começou uma sanha para perseguir uma ala conservadora e a conveniência.

Hoje vai ser aqui nessa casa debatida, esse projeto é um crime contra a liberdade de expressão de fato e um crime contra a soberania popular.

Basta dar uma volta na rua e nós veremos que as pessoas estão totalmente inconformadas, indignadas, formadores de opinião, jornalistas,

e se qualquer parlamentar que agora abrir o Google para pesquisar, o Google está avisando a respeito do Projeto 2630.

É um projeto que não traz liberdade, mas sim suprime a liberdade do povo.

Deputado Luiz Lima, nós temos que fazer coro aqui juntos para que de

maneira alguma essa atrocidade jurídica,
que parte inclusive do Senado, senador Alessandro Vieira, que no primeiro momento se portou contrário ao inquérito 4781, queria até empichar o ministro Alexandre Moraes e de repente mudou de ideia, eu não sei porquê, e traz aqui para casa, vem direto para plenário, não passa, sendo profundo e complexa a pauta, e uma comissão especial que não foi instaurada e quer trazer a plenário

para aprovar toque de caixa, não vai não, presidente. Obrigado. Obrigado. No adaptado Daniel Silveira. Com a palavra adaptada Joice Heisman, do PSDB do Estado de São Paulo.

Senhor presidente, senhores deputados, eu vou começar esse discurso aqui com alguns exemplos, muito simples.

Imaginem vocês um padre que trabalha com crianças, que tem uma bela obra com crianças carentes.

Imaginem vocês um pastor, não esses que fazem esquemas com o MEC e levam barras de ouro, não, não, não, um pastor sério, correto, que tenha um trabalho com moradores de rua.

Imaginem se esses mesmos homens sérios têm sua imagem arrebatada, porque houve a forja de uma imagem, e até mesmo de vídeo, porque hoje isso é absolutamente simples de se fazer com softwares,

esse pastor com uma mala de dinheiro. Mas não se trata dele, se trata puramente de uma outra pessoa, e o softwares coloca o rosto do pastor decente no ladrão.

Imagine esse padre que pode ser acusado através de uma fake news de pedofilia, com imagens.

Eu fui vítima de todo tipo de fake news, presidente. Imagens forjadas, dossiê forjado por abim paralela.

E eu vou dizer que aqui eu não sou uma exceção, muita gente passou por isso.

Pense bem, você mãe, você pai, vendo seu filho trabalhador, estudioso, sendo acusado, por exemplo, de pedofilia, de ter matado alguém, com imagens, porque isso é possível.

O Pêlo das fake news não é um pêlo contra a liberdade de expressão, é contra a mentira, é contra calúnia, é contra difamação, é contra crime. Isso que eu estou dizendo é crime.

E aí existe uma bela de uma campanha que sai da onde?

Da organização criminosa que fica aqui do lado do palácio, aqui do lado do congresso,

o palácio do Planalto, de nomes bolsonaristas. E eles fazem o quê? Exatamente o que eu provei que eles fazem lá na CPI das fake news.

Eles criam um grupo, uma fake news, do tipo "Esse projeto é censura",

esse grupo passa para a bolha bolsonaristas, e isso é espalhado para todo o Brasil,

e se quiserem para o mundo através de robôs.

E aí a gente vê a tiazinha do WhatsApp que não está acompanhando, ela não sabe o que está acontecendo, nem tem obrigação de saber. Ela está lá lutando para conseguir o pão do dia a dia,

dizendo "Mas isso é censura, crime tem que ter punição".
Fake news não é uma mentirinha de vizinha, não é conversinha de tia do WhatsApp,
fake news é crime para destruir reputações.
Fake news mata, como matou uma mulher no litoral de São Paulo, linchada por fake news.
Senhoras, eu peço muita atenção a esse projeto,
eu peço muita atenção a esse projeto, hoje é só urgência,
é claro que o texto tem que ser melhorado, não está bom não, precisa melhorar,
alguns aspectos estão bons, outros nem tanto, mas é preciso que haja punição,
e não puxão de orelha para esse tipo de picareta que faz esse tipo de coisa,
é punição, inclusive quando houver organização criminosa com dolo, que haja cadeia para esse tipo de gente.
Muito obrigada, senhor presidente.
Obrigada, nova deputada, pelo seu pronunciamento.
Com a palavra o deputado Zé Neto, PT do Estado da Bahia.
Netinho de Feira de Santana.
Senhor presidente, essa casa tem a missão de derrubar mais um veto, como já derrubamos muitos, aliás, essa semana já está rodando lá, já está em trâmite lá no Senado o APEC 9 agora, quem foi APEC 22 que a gente votou aqui,
agora APEC 9 lá no Senado para garantir aos agentes comunitários de demias
as condições de trabalho que eles merecem.
Mas foi veto aqui também dele o reajuste de agentes,
como tem sido vários vetos, e agora é veto, ele veto ao governo federal,
através do presidente da República, veto a lei Paulo Gustavo.
Senhor presidente, a lei Paulo Gustavo, ela traz, na verdade, 3,86 bilhões
para injetar na economia do país, e não só isso, o principal é que faz justiça,
senhor presidente, com um setor que sem nenhuma dúvida ainda continua sendo muito
prejudicado com relação ao processo de pandemia que a gente vive.
A cultura foi muito prejudicada, todos sabemos disso,
e esta casa tem a obrigação de derrubar esse veto o mais rápido possível.
Não podemos deixar empurrando para frente, perde o turismo, perde a cultura,
perde a decência, perde a alma de um país que é a cultura, que ajuda as pessoas a se reconhecerem nos seus rincões, nos seus espaços,
nas suas vidas, no seu tempo, portanto quero aqui, senhor presidente,
deixar o meu repúdio a essa atitude, demais essa atitude de um presidente
que tira 3,6 bilhões de dentro de um contexto, 3,86 bilhões de dentro de um contexto
tão importante que é o contexto da cultura.
Não há isso, senhor presidente, queria aqui levantar minha opinião

sobre a questão das fake news.

Essa casa tem a missão, a missão de aprovar o projeto contra a fake news

e contra a punição a essa situação que nós vivemos de fake news.

A situação da fake news não é só da política, mas é muito da política,

é da vida das pessoas, é da dignidade das famílias e da responsabilidade

que nós temos com a comunicação real, verdadeira, que possa de fato levar esse país a um outro destino

que não esse das retóricas vazias, das mentiras, das violências e das fake news.

Não a fake news, sim a democracia.

Obrigado, deputado Zanetta.

Com a palavra deputado João Daniel, PT do estado de Ségipe.

Presidente, nossa saudação a todos os parlamentares e a todos que nos acompanham neste momento.

Presidente, eu queria dar como lido divulgado três pronunciamentos para a voz do Brasil e demais meios.

Primeiro, na última segunda-feira, esta semana, estive durante o dia inteiro e à noite

acompanhando a grande gestão do prefeito Mário e o Diogo Viz, todos os vereadores e vereadoras,

saúdo em nome da presidenta Tânia e todos os secretários, 140 anos de emancipação política,

muitas obras, é uma história de uma grande gestão feita no município,

quase 30 milhões durante oito anos de investimento nosso, de emendas impositivas.

Parabéns ao povo de Aquinabã, parabéns à sua gestão.

Presidente, também queria deixar registrado a luta dos servidores públicos federais

em nome dos trabalhadores do INSS, em nome do sindicato dos previdenciários do estado de Ségipe

na liderança do grande sindicalista, sanfoneiro e cantor, compositor, grande companheiro Joaquim.

Ainda ontem, um grande ato no INSS pela FETASE, pelos agricultores e agricultoras, junto com os servidores,

mais de três milhões de trabalhadores e trabalhadoras na fila do INSS, deputado Marcon.

Desde a reforma da previdência, Bolsonaro deixa os trabalhadores na fila,

humilhado para receber auxílio, doença e para receber sua aposentadoria.

Nossa saudação à luta e nosso compromisso em defesa da aposentadoria,

em defesa do serviço público e de todos os servidores federais que estão em mobilização.

Quero saudar a todos. E também deixo um pronunciamento aqui, Sr. Presidente, para encerrar.

O governo Bolsonaro é um governo que nasceu da mentira e da fake news.

É o governo da corrupção. É uma família corrupta.

Bolsonaro é uma história e uma cultura de corrupção.

É o governo da mentira e da corrupção, deixo meu pronunciamento. A história dos ônibus é um dos esquemas que esse governo criou. Está aí o orçamento, está aí o despejo de recursos nas emendas, deputado Pernit Sá, a maior vergonha da história da República deste país. Eu queria que fosse divulgado para a voz do Brasil e de mais meios os três pronunciamentos, encerrando com este, que é o governo da mentira e o governo da corrupção. O governo da milícia, da vergonha, que é Bolsonaro, lamentavelmente. Mas o Brasil, este ano pode mudar, mudará e eu tenho certeza que averemos de retomar a democracia, a soberania nacional e o ver o nosso povo feliz. Muito obrigado, senhor presidente. Obrigado, o novo deputado João Daniel, pedido pela excelência de ser atendido para divulgação de todos os meios de comunicação dessa casa. Para o uso da palavra, pela liderança da cidadania, o deputado Arnaldo Jardim, cidadania do estado de São Paulo. Vossa excelência, depois do tempo regimental de três minutos. Muito obrigado, senhor presidente, senhoras e senhores parlamentares. Quero agradecer ao líder Alex Manente por poder me pronunciar em nome do nosso partido, cidadania, e queria, nesse instante, até coerente com o compromisso que tem com os combustíveis renováveis, com o meio ambiente e cidadania, fazer um alerta a esta casa, senhor presidente. Amanhã está marcado uma reunião do Conselho Nacional de Política Energética, o CNPE, e há três itens na pauta que preocupam a todos nós, aqueles que se preocupam com os biocombustíveis. Eu estou me referindo ao etanol, que eu coordeno à frente aqui parlamentar em defesa do etanol. Eu estou me referindo ao bioquerosene, ao biogás e agora ao biometano, mas particularmente, nesse instante, falando do biodiesel. A matéria que está amanhã para ser analisada no CNPE, permitirá, se aprovada, a importação de biodiesel. Medida que consideramos absolutamente inoportuna, porque não terá efeito prático sobre a oferta e o preço, e poderá ser decisiva para desorganizar uma cadeia produtiva muito significativa que se constituiu no país. Hoje nós temos 55 unidades produtoras do óleo que se mistura ao diesel, ou de origem animal a partir do sebo, ou de origem vegetal com larga utilização. Mais do que isso, há um outro dispositivo também para ser analisado pelo CNPE, que versa sob a extinção do chamado selo social, biocombustível social. É um dispositivo importante, semelhante àquilo que é a integração, que todos conhecem no ramo da avicultura, da suínocultura, o que

existe.

Existe hoje 74 mil produtores oriundos da agricultura familiar, na sua esmagadora maioria, envolvendo cerca de 300 mil pessoas que se dedicam à produção exatamente da matéria-prima, que é utilizada depois para o processamento do óleo.

Seria extremamente prejudicial nós, nesse instante, retirarmos essa exigência do selo social do combustível.

Existe uma outra matéria em que uma demanda feita particularmente pela Petrobras

pede que seja reconceituado e que o diesel coprocessado, ele reprocessado,

possa ser considerado como combustível equivalente ao biocombustível, no caso, o biodiesel.

Essas três matérias matarão, quase que fatalmente, atingirão o CERN de um dos programas mais importantes, ambientais, sociais, econômicos, que nós temos no país, que é toda a cadeia produtora do biodiesel.

Aliás, o Brasil, prazer em serra.

Quando estive na COP26, celebrou compromisso com relação às mudanças climáticas, nós saudamos isso,

diminuição de gás e efeitos de estufa, e o Brasil pode concorrer para cumprir isso,

se continuar aumentando a produção dos biocombustíveis.

Mas, pela manhã, o ministro Benton Buquerque lançou o plano de sinal de energia.

Lá está proposto que, ao longo dos próximos anos, que se aumente a produção de biodiesel em 30%,

a do etanol em 40%.

E isso, e para concluir mesmo, seu presidente, só será possível se nós tivermos uma política permanente,

perene, razão pela qual o apelo que se faz é que o Conselho Nacional de Política Energética amanhã,

o CNPE, atendendo à frente do biodiesel.

O deputado Pedro Lupion liderou hoje uma reunião da frente muito importante.

A nossa frente do etanol rejeite essa proposta na pauta de amanhã.

Preserve o biodiesel, seu presidente.

Obrigado, nosso deputado Arnaldo Jardim.

Usou o tempo da liderança do cidadania.

Com a palavra do deputado, o delegado Marcelo Freitas, União do Estado de Minas Gerais.

A excelência dispõe do tempo de até três minutos.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados,

Passamos por um terrível momento em nossas vidas em que superamos uma pandemia que parecia não ter fim.

Gostaria de chamar a atenção para duas categorias funcionais que de fato fizeram com que,

no que se refere ao serviço público, o Brasil não parasse.

Em um primeiro olhar, os profissionais da enfermagem.

E nesse sentido, a Câmara dos Deputados reconheceu a urgência do projeto de lei que cuida do piso nacional da enfermagem.

Mas há um segundo aspecto que precisa ser dito e essa casa do povo não pode fechar o olhar para essa categoria funcional,

que é a categoria funcional dos servidores que integram a segurança pública de nossa nação, particularmente os policiais federais, os policiais rodoviários federais e os policiais que compõem o Departamento Penitenciário Nacional.

Nesse sentido, todos sabemos que essa categoria funcional tem feito, ainda que em tempos de pandemia, a sua missão constitucional. Dessa maneira, solicitamos ao senhor presidente da República, urgência no sentido de encaminhar as medidas provisórias que já foram minutas pelo Ministério da Justiça, para que se possa fazer justiça ao grupo que compõe a segurança pública de nosso país.

Nós compreendemos, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, que a polícia federal, que a polícia rodoviária federal, que os policiais que compõem o Departamento Penitenciário Nacional, estão cumprindo com louvor a sua missão constitucional e é preciso que o nosso presidente da República, que tem a competência privativa para iniciar o processo legislativo, apresente essa medida provisória, garantindo a reestruturação dessas categorias funcionais.

Hoje mesmo, em Minas Gerais, a polícia federal, mais uma vez, cumpre uma operação que objetiva combater pedofilia, um crime asqueroso, um crime nojento, e nós sabemos que o governo federal tem tido uma atenção especial aos policiais federais de nosso Brasil, e essa atenção deve ser materializada por intermédio de medidas provisórias que garantam, de fato, a reestruturação das carreiras da polícia federal, da polícia rodoviária federal e do Departamento Penitenciário Nacional.

Assim, senhor presidente, concluo de maneira extremamente objetiva, concitando o nosso presidente da República a acatar as minutas de medidas provisórias que foram apresentadas pelo senhor ministro da Justiça e que possa imediatamente encaminhar essas medidas provisórias para que, de fato, tenhamos a reestruturação da polícia rodoviária federal, da polícia federal e do Departamento Penitenciário Nacional.

Obrigado, senhor presidente.

Obrigado, o deputado Marcelo Freitas, pelo seu pronunciamento.

Com a palavra o deputado Sélvio Moura, PT do Estado de Tocantins. Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, hoje iremos ao Supremo Tribunal Federal.

Iremos falar com o ministro Alexandre de Moraes, vamos tratar da judicialização da Lei Assis Carvalho, da qual eu sou coautor, que visa dar um socorro imediato aos pequenos agricultores e agricultoras deste país.

Aprovamos a Lei Assis Carvalho I, aqui no Congresso e Bolsonaro vetou. Aprovamos a Lei Assis Carvalho II e o presidente Genocida vetou novamente.

Derrubamos o veto com esforço da maioria, que sabe o quanto está difícil a vida dos trabalhadores rurais.

E também queremos urgentemente que o governo regulamente a Lei Assis Carvalho.

Porque, senhor presidente, a agricultura familiar é responsável pela comida que temos diariamente na mesa do povo brasileiro.

Os agricultores e as agricultoras começam a lidar no raiar do dia e soparam ao sós se por.

Foram atingidos na maioria dos estados pela seca ou pelas enchentes, como foi o caso do Estado de Tocantins, o meu estado.

Merencem todo o respeito e continuamos firmes na luta até garantirmos que sejam respeitados e apoiados por este governo irresponsável e kleptocrata.

Senhor presidente, mas não poderia deixar de falar sobre a última pesquisa e pesque sem a presença do juiz parcial, do juiz ladrão Sérgio Moro.

O que aconteceu? A direita juntou-se e Lula mais uma vez está na dianteira e lidera todos os cenários do segundo turno.

Portanto, é com muita alegria que nós vimos que o juiz parcial, que tentou acabar com o PT, que tentou acabar com a candidatura do presidente Lula,

agora querendo arrumar um lugarzinho para ficar folgado, foi negado a ele o direito de se candidatar.

Portanto, fora Sérgio Moro, vai caçar sua turma. Senhor presidente, gostaria que V. Ex^a colocasse a minha fala na voz do Brasil. Muito obrigado.

Obrigado, deputado Sérgio Moro. O pedido de V. Ex^a será atendido para divulgação na voz do Brasil.

Com a palavra do deputado Professor Israel Batista. Com a palavra do deputado Guiga Peixoto, do PSC do Estado de São Paulo.

Caro presidente, Charles, é um prazer ver o senhor nessa cadeira. Queria começar a minha fala dando o meu apoio total e incondicional ao deputado Daniel Silveira dentro da nossa plenitude, da nossa constituição.

Também eu quero parabenizar o nosso presidente, Capitão Jair Messias Bolsonaro, pelos recordes em superávit que o Brasil está tendo.

Parabéns, presidente.

E também parabenizá-lo pela MP 1090 que trata da reconeciação das dívidas do Fies. Renegociar as dívidas do Fies, que em até 92%.

Porém, nós não podemos deixar de citar aqui as pessoas que soaram, que se sacrificaram para pagar em dia as suas prestações do Fies.

Eu quero assegurar a todos essas pessoas que pagaram em dias, essas pessoas que estão totalmente adimplentes no Fies, que durante a votação da MP 1090,

eu quero nesse plenário que haja benefícios para essas pessoas que são verdadeiros heróis em plena pandemia e que deixaram nenhum rastro,

sacrificaram-se para poder pagar o seu Fies. Também o meu total respeito e admiração no qual eu como a mesma opinião do deputado Jones Moura do Rio de Janeiro, quando ele fala da gloriosa guarda municipal pela atuação.

O que seria dos municípios se não houvesse a guarda municipal trabalhando em prol da nossa segurança pública? Também não posso deixar de falar dos deputados que me antecederam sobre o governo Bolsonaro.

O governo Bolsonaro está sendo um exemplo. Primeiramente, no primeiro ano, recuperação de 1,5 milhão de postos de trabalho. Esse é o trabalho de Bolsonaro.

Mais do que isso, eu quero ver o que essa casa, quais atitudes serão feitas, o que nós iremos fazer pela maldade, das ameaças que aquele símbolo mor da corrupção no Brasil, símbolo mor da corrupção no Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, está fazendo. Ele está convocando a militância para "visitar" as casas dos deputados.

Presidente Lula, aqui, em seu governo, no governo dos anteriores do PT, foi um símbolo de corrupção, ministros presos, dirigentes de partidos presos, parlamentares presos, presentes presos.

Eu quero ver mais um minuto só, deputado. Eu quero ver se ele aparece na minha casa. É um convite. Vai ver o que é bom para a tosse, viu, presidente?

O senhor que também já foi até preso. Eu quero também aqui dizer que vou representar no Ministério Público, no artigo 286, que o presidente, o ex-presidente, ex-presidiário condenado Lula, de incitar publicamente a prática de crime. Para concluir, eu queria que colocasse a minha fala nos canais de comunicação dessa casa.

Muito obrigado, novo deputado. Eu pedi de vossa excelência ser atendido para divulgação nos meios de comunicação dessa casa.

Com a palavra, deputada Le Silva, republicana do estado de Minas Gerais.

Boa tarde, excelência. Boa tarde, colegas. Boa tarde, Brasil e minha querida Minas Gerais.

Bom, presidente, eu subo aqui para repudiar os atos, não de vandalismo, mas de terrorismo dos vagabundos desses movimentos aí de MST que estão invadindo as propriedades privadas, que são os supermercados e hipermercados. Isso aconteceu recentemente na Grande BH.

Essas pessoas, esses vagabundos que não respeitam a propriedade privada, que não respeitam os trabalhadores, esses PT, partidos trabalhadores que não trabalham, esses caras não estão passando fome não, tá? Esses caras não estão passando fome não, porque quem realmente está passando necessidade sabe onde buscar ajuda.

Sim, tem banco de alimentos nos municípios, tem as secretarias de assistência social, eles sabem onde buscar ajuda, tem as entidades do terceiro setor que estão ali para ajudar quem está passando necessidade. Esses caras estão tudo com a barriga cheia e estão perturbando quem realmente quer trabalhar.

Isso que está acontecendo. E outra coisa, esse vagabundo do Lula, esse ladrão que agora está instigando essa militância doentia a ir às nossas casas,

perturbar nossa família, deixa o aviso aqui, meu amigo. Se algum vagabundo militante aí, terrorista, se aproximar da minha casa, da minha família,

até pode ser que esse vagabundo não seja preso. Eu vou e vou em legítima defesa, que para proteger minha família eu encaro o mundo, tá?

E mais uma vez, excelência, Lula é ladrão, não é fake news, porque fatos públicos e notórios independem de provas. #PLDAFakeNews, não, vamos falar a verdade, é para isso que serve essa tribuna.

Lula é ladrão, tá? E ó, fica mais uma vez, militante vagabundo que se aproximar da minha família, pode ser que ele não vá preso. Eu

vou.

Obrigada, excelência, que conste dos anais aí da casa.

Obrigada, deputado, Alê Silva pelo seu pronunciamento e será divulgado nos meios de comunicação dessa casa. Com a palavra o deputado Reginaldo Lopes.

Deputado Jois Sola.

Deputado Ivan Valente, um minuto para o deputado Marcou.

Senhor presidente, eu tenho orgulho da minha história. Se eu tô onde eu estou é porque eu sou assentado da reforma agrária, sou do Movimento Sem Terra, tenho orgulho da bandeira vermelha do Movimento Sem Terra.

Deputado João Daniel, deputado Valmir Anssunção, nós distribuímos, Movimento Sem Terra distribuiu mais de um milhão de tonelada de alimento nesse país para quem precisa comer.

Não vi nenhum desses que fala que o Lula é ladrão mata fome do nosso povo brasileiro. E o Movimento Sem Terra não precisa de supermercado, tem dinheiro para dar, inclusive para esses deputados que só sabem falar de Lula é ladrão.

O Lula roubou o coração do povo brasileiro. Isso é verdade.

Obrigado, deputado. Com a palavra deputado Ivan Valente, pessoal do estado de São Paulo.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, peço atenção de todos para o que está acontecendo na Petrobras, a lambança da Petrobras. O que está acontecendo é o seguinte, o Bolsonaro está desesperado porque 70% da população acha que o estouro do preço de combustível é culpa dele, e é.

E aí ele nomeou todos eles, o Guedes, ele mesmo, o Lira, o Moro, o Dólar para dizer que tem que privatizar a Petrobras.

Pois é, digo uma coisa, se tem a paridade internacional de preço que joga no dólar e no barril Brent, o petróleo, se você privatizar o que vai acontecer?

Aí que vai ficar paridade internacional com o dólar mesmo, aí você vai explodir os preços. Pelo contrário, a Petrobras tem que ter política pública, deputado Pedro Cusai.

Política social, estatal, é isso que nós queremos defender, mas eu quero dizer exatamente isso.

Quem foi impedido de tomar a posse? O senhor Rodolfo Landin e o senhor Adriano Pires. Hoje os jornais estão aí comentando que figuras do pântano são essas.

Adriano Pires que dava entrevista sobre petróleo todo dia e defendia a privatização, e foi o homem que enfiou o Jabuti aqui na privatização da Electrobras, a mando do senhor Carlos Suárez, que é a figura escondida atrás de tudo isso, que está lá na Espanha, escondido, na MP da Electrobras, na privatização.

O senhor Landin tem ação penal contra ele. Qual foi o álibi que eles deram para não assumir o conselho da Petrobras e a presidência?

A um tem que ser presidente do Flamengo, o outro não pode deixar empresa por filha. Mentira! É que a hora que eles tomassem posse, ia aparecer toda a lambança da Petrobras, todas as manobras, todos os ganhos da privatização da Electrobras e como é gerido a Petrobras nesse momento.

Eles não aguentaram porque o senhor Carlos Suárez era um peso muito grande para carregar. A hora que nós vasculharmos a vida desse

cidadão,

e o que foram os gasodutos que foram aprovados aqui, deputado Enio, que foram 8 megawatts, 90 bilhões de subsídios no relatório da Electrobras,

para fazer a Brasduto, aí sim nós íamos ver quem é que está atrás da privatização da Electrobras e dos preços.

A Petrobras precisa fazer uma política de preços para garantir que o povo brasileiro, e tem a... Para concluir o meu raciocínio, tenha direito a controlar a inflação sim, a moderar preços sim, a Petrobras dá lucro sim com gente que pode gerir.

Essa estatal que é a maior empresa do Brasil e uma das maiores do mundo e pode fazer a transição verde, que tem tecnologia para isso.

Fim da corrupção da Petrobras com o governo Bolsonaro. Fora

Bolsonaro. Obrigado, deputado Ivan Valente.

Antes da deputada Lícia da Mato, que já está pronto para falar, na tribuna vou dar um minuto para o deputado Enio Verri.

Obrigado, obrigado, senhor presidente. O presidente Jair Bolsonaro hoje deu um tapa na cara do povo brasileiro.

Vetar a lei Paulo Gustavo, ele atingiu no coração da cultura brasileira. É um desrespeito aqueles que fazem arte em nosso país, aqueles que foram os primeiros atingidos pela pandemia, que ainda não voltaram totalmente à sua atração,

e também aqueles que representam a nossa luta e a nossa história.

Em um governo onde se cobra subornos para se vender bíblias, pede-se barras de ouro, ou então cobra-se um dólar por vacina, enquanto isso a população morre, o governo justifica que não tem recursos para investir na cultura.

Tem dinheiro para os bancos, tem dinheiro para o latifúndio, mas não tem dinheiro para a cultura.

Temos uma grande tarefa, senhor presidente, derrubar esse veto. Foi aprovado na Câmara, no Senado, e não podemos admitir que esse veto permaneça.

Obrigado, novo deputado. Com a palavra, deputada Lízzi da Mata, PSB do Estado da Bahia.

Muito obrigada, senhor presidente, senhores e senhores deputados, meios de comunicação da casa que nos transmitem para o Brasil.

Senhor presidente, quero fazer três rápidos registros.

O primeiro é a minha solidariedade absoluta à jornalista Miriam Leitão e a todas as mulheres torturadas por essa ditadura infame do golpe de 64,

defendida pela família Bolsonaro nesta casa. Que esse deputado irresponsável possa ser devidamente punido.

Mas, senhor presidente, o outro registro que quero fazer é também o do meu repúdio a essa decisão do presidente da República de vetar a lei Paulo Gustavo.

Cabairá a esta casa com dignidade derrubar esse veto e garantir às centenas e milhares de artistas brasileiros o direito de continuar trabalhando neste período pós pandemia ou ainda de pandemia.

E finalmente, senhor presidente, dizer que fui membro do grupo de trabalho que analisou o PL 2630, sou também relatora da CPMI chamada das fake news.

E nós vamos votar aqui o projeto, a urgência do PL 2630 que trata deste assunto. Nós não podemos nos deixar enganar em relação a essa questão.

Se no momento em que colocamos a CPMI uma parte da população se deixou envolver achando que se tratava de uma discussão sobre o terceiro turno eleitoral, hoje ninguém mais tem dúvida, porque durante a pandemia caiu a máscara daqueles produtores de fake news, daqueles que atentaram contra a vida do povo fazendo fake news contra a vacina, daqueles que diziam que os centenas de caixões lá em Manaus estavam vazios, sem corpos, porque a pandemia não matava. É uma necessidade desta Câmara aprovar o projeto do relator do deputado Orlando Silva para dar transparência a esse processo nas redes sociais e não deixar que essa casa possa proteger aqueles que utilizando-se do cargo de deputado federal e de autoridade pública possam aqui constituir um grupo de trabalho de formadores e construtores de fake news contra a sociedade brasileira. Muito obrigada, senhor presidente.

Obrigada, deputada Líndice da Mata, do PSB do Estado da Bahia, com a palavra o deputado Henrique Fontana, PT do Estado do Rio Grande do Sul.

Nobre presidente, deputado Charles Fernandes, senhoras e senhores, deputados, deputadas e o povo brasileiro que acompanha os debates da Câmara Federal do País.

Eu também quero, deputada Líndice da Mata, falar sobre o desafio da democracia brasileira e da democracia global que é combater as redes de mentira, de construção de pós-verdades e de construção de uma cultura de ódios, intolerâncias e divisões dentro das sociedades. A questão das fake news é provavelmente, digo eu, certamente na minha avaliação, um dos maiores desafios que a nossa geração tem para enfrentar, deputado Daniel Coelho, para preservar a democracia do nosso país e a democracia a nível global.

Nós sabemos que milhares de brasileiros e brasileiras morreram porque acreditaram em notícias falsas, deputado Heitor Schuh, que diziam que a vacina era um veneno, que a vacina faria mal, que a vacina geraria mutações e pessoas, portanto, de forma ingênua, acreditaram em Bolsonaro e diversos dos seus seguidores,

que disseminavam mentiras dia e noite e deixaram de se vacinar. E com isto tiveram casos graves de Covid e muitos evoluíram a óbito.

Senhor Presidente, senhoras e senhores, eu não sou a favor de estender a imunidade parlamentar para as redes sociais, não sou mesmo, e pretendo votar contra este item quando a matéria vier a plenário. Agora, dizer que nós não devemos regular as fake news, deputado Erika Cocai, dizer que o negócio é liberdade de expressão, significa que cada um diz o que quer, cada um posta o que quer na rede social, cada um alimenta as redes de ódio e intolerância e as máquinas de destruírem as pessoas.

Deputado Chico D'Angelo, as máquinas de destruírem reputações, de atacarem parlamentares ou cidadãos comuns, de atacarem ministros supremos.

A grande verdade é a seguinte, tem um grupo de bolsonaristas nessa casa que é contra este projeto de lei porque quer manter o gabinete do ódio funcionando a mil por hora.

Eu peço um minuto para concluir, senhor Presidente, esta minha fala.

Estes grupos minoritários dentro da casa, grupos bolsonaristas que querem manter as redes de fake news, que querem manter a construção destas pós-verdades, que querem manter o gabinete do ódio gerando o nível de divisão que nós enfrentamos no nosso país.

A todos esses eu digo, o Brasil não pode deixar de votar uma lei que avança no combate às fake news. Não será perfeita, mas será melhor do que o que temos hoje.

Obrigado, deputado Henrique Fontana.

Esta casa recebe neste instante o prefeito Fabiano Feltrin, da cidade de Farroupilha, no Rio Grande do Sul, vice-prefeito Jonas Tomasini, a secretária de turismo Regina Ducati, a presidente da Festa Gervásio Silvestrin, o ex-deputado Mauro Pereira, a rainha Laura Verona, a princesa Ana Paula, a princesa Milena Bueto, é com muita satisfação que recebemos aqui da cidade de Farroupilha, o prefeito e a comitiva desta grande cidade do estado do Rio Grande do Sul, tudo em bom adiantado. Acompanhado o deputado Marcou que pode ir. Presidente, só quebrando o protocolo, mas dizer que muito embora seja ex-deputado, o deputado Mauro é um eterno divulgador deste evento, é a marca dele.

Quando eu vi as meninas da nossa princesa chegar aqui, eu já fui procurar pelo nosso deputado Mauro pelo compromisso que ele tem com a cultura do estado do Rio Grande do Sul.

– Obrigado. – Presidente, só para parabenizar o nosso ex-deputado Mauro Pereira, esse defensor lá do Sul,

Mauro Pereira é um parceiro nosso aqui que contribuiu muito com o estado do Rio Grande do Sul. Parabéns, Mauro Pereira.

Obrigado. O prefeito, o ex-deputado Mauro Pereira, se quiser, as princesas e o vice-prefeito subir aqui também para que possa fazer uma foto junto com o deputado Fontana, o deputado Marcou, o deputado do Rio Grande do Sul que está aqui presente,

podem, sejam bem-vindos aqui, podem subir. Deputado Jorge

Solaguarda, só mais um pouquinho, por favor. – Não. – Pois não.

– A noite. – Acho que pegou a sua...

– Não, não, mais de lá.

– Pural, né?

– Não, não dá.

– Bota comigo. – É só a minha parte. – Ah, é?

– Teção. Obrigado.

– A mesa agora ficou bonita. – Viva o Rio Grande do Sul! – É, viva!

– A mesa agora ficou bonita. – Viva o Rio Grande do Sul! – É, viva!

– A mesa agora ficou bonita. – Viva o Rio Grande do Sul! – É, viva!

– A mesa agora ficou bonita. – Viva o Rio Grande do Sul! – É, viva!

– A mesa agora ficou bonita. – Viva o Rio Grande do Sul! – É, viva!

– A palavra do deputado voltando à inscrição aqui, deputado Jorge Solaguarda, PT do Estado da Bahia.

– Obrigado, presidente Charles. – Obrigado, deputado.

– Senhoras e senhores deputados e deputadas, por um brasileiro que nos acompanha.

– Pô. – É esta recidô, o áudio publicado pela sua

Folha de São Paulo, na tarde de hoje. Quem não tem oportunidade de ouvir ainda, por favor,

procure uma conversa da irmã do chefe da milícia no Rio de Janeiro,

Adriano da Nóbrega, com
Daniela da Nóbrega, a tia, a Daniela da Nóbrega com a sua tia. Disse
ela, o Adriano já sabia da
ordem que saiu para que ele fosse o Arquivo Morto. Ele já era um
Arquivo Morto. Já tinham dado cargos
comissionados no Planalto pela vida dele. Tiam dado cargos
comissionados no Planalto pela cabeça de
Adriano da Nóbrega. Fizeram a reunião com o nome do Adriano do
Planalto, entendeu, tia? Ele já sabia
disso, foi um complô mesmo. Gente, pelo que consta nesse áudio, o
Palácio do Planalto tornou-se o
Comando Geral da Milícia Armada no Brasil, Prazer da República,
Comanda do Terceiro Andal do Planalto,
o verdadeiro grupo de extermínio. Cargos comissionados no governo
federal foram oferecidos como recompensa
para quem executasse Adriano da Nóbrega, um miliciano do Rio de
Janeiro que virou uma pedra no
sapato da família Bolsonaro porque sabia demais. Sabia demais porque
a mulher e a mãe de Adriano foram
funcionários fantasma do gabinete de Flávio Bolsonaro, participaram
do esquema da rachadinha.
Adriano era o elo entre a política e o crime organizado e a milícia.
Se ele abrisse a boca, ia dar
muito problema. E não podemos esquecer o caso do miliciano que matou
Marielle Anderson, indo ao
condomínio de Bolsonaro e pedindo para ligar para a casa do
presidente. Temos que dar um basta nessa
milícia que ocupou o Palácio do Planalto. O Brasil de Bolsonaro é a
trevas. Estamos vivendo esgoto da nossa
história enquanto nação. O que há de mais podre e grotesco hoje
comanda nosso país. Estamos até
parecendo aquele regime da Arábia Saudita onde mandou matar um
jornalista adversário do governo
dentro da embaixada. É isso que se tornou o Brasil com o Bolsonaro.
Mas eu quero aproveitar para denunciar
também o movimento que estão fazendo para empurrar a privatização da
Petrobras. Porque sabem que
ano que vem Lula será o presidente e não permitirá continuar a
destruição do patrimônio nacional.
São os ladrões correndo para roubar tudo que podem antes que a
polícia chegue. Conseguimos
essa semana barrar a nomeação de Adriano Pires na presidência da
Petrobras e de Rodolfo
Landin para presidência do Conselho Administrativo da empresa.
Apresentei na semana passada para
presidente Charles uma denúncia no Ministério Público Federal que
agiu no sentido de cobrar
explicações sobre o grave conflito de interesse. Adriano é um
verdadeiro lobista, para concluir.
O Adriano é um verdadeiro lobista de empresas petrolíferas
estrangeiras como a Chevron, como a Exxon.
Entregar a chave da Petrobras na mão dessa turma era garantir que o
capital estrangeiro, com informação
privilegiada, continuasse comendo o filé mignon e deixando o osso

para o povo brasileiro.

Estão destruindo o patrimônio nacional, a inflação, o comer no centro, fome, miséria, carixia, graças à política de tirar do dinheiro dos pobres, tirar o dinheiro da população brasileira, com combustível nas alturas, com gás de cozinha lá em cima, para esse lucro de mais de 106 bilhões de reais ser voltado para uma pequena turma de uma elite econômica, dono das ações da Petrobras.

O barril do petróleo sai do pré-sal a 3 dólares, 4 dólares e é cobrado do povo brasileiro

com combustível como se ele custasse 130 dólares. Fora Bolsonaro chega de...

Obrigado, meu deputado Jorge Sola, com seu pronunciamento.

Com a palavra o deputado é Medíl Madeira, do PL do Estado de Minas Gerais.

Em seguida o deputado Sidney Leite, PSD do Estado do Amazonas.

Senhores, companheiros, boa tarde, boa tarde senhor presidente. Eu venho até essa tribuna, a minha fala aqui hoje é sobre a segurança, sobre a segurança aí da nossa região, do sul, do sudoeste de Minas e todo estado de Minas Gerais.

No mandato estadual nós lutamos muito, entregamos algumas aviaturas, algumas construção, alguns reparos, mas ainda ficou muito para esse mandato federal. E no começo do mandato nós criamos vários programas, né? Vários.

Quando era estadual, o programa mais genético, o programa das cirurgias, o nosso mel que é dos apicultores que está deslançando agora,

o mais segurança, plantando águas para furnes e peixoto, mas um dos mais importantes é o mais segurança.

E no início do mandato federal nós reunimos com comandantes de toda a nossa região, comandantes da 18ª Árvore, comandantes de Alfênus, Paraíso, Passos, Guaxupé, Alfênus, Piuí e prometemos uma viatura zero quilômetro para cada cidade.

E nós, pouco a pouco, vamos vencendo. Já entregamos 48 aviaturas.

48. Cidades já foram atendidas.

E vamos entregar agora, semana que vem, mais uma viatura zero quilômetro para Nova Resende, para Monte Santo de Minas, Poço Fundo, São Sebastião do Paraíso, Caraval, Cássia e São José da Barra.

E o restante que o pessoal está cobrando vai chegar. Tem mais uma remessa que já está compra, que já é comprada e paga.

A fábrica pediu mais um tempo. Tive com o Coronel Lázaro, que faz a ligação da Polícia Militar com o Parlamento esta semana, e nós vamos entregar agora em junho, mais algumas 4 por 4 para várias cidades da região e mais Duster.

E já tem mais uma planilha de mais 20. Então toda a cidade vai receber. Às vezes vocês que estão meia-foita aí, nós prometemos, mas a polícia aqui sabe quantas aviaturas tem aí e quantos mil quilômetros rodados e tais, sabe a cidade que mais precisam.

E também agora iniciamos um novo projeto, que é da Polícia Civil.

Nós lutamos muito para levar a delegacia rural para nossa região, para Passos, para Alfenas, Postos de Calda e Guaxupé. E agora precisa equipar. Então nós já indicamos também,

vai ser entregue em breve, 4 aviaturas, 4 por 4, uma para cada delegado, para especializar mais ainda, para acabar com essas quadrilhas que assolam o produtor rural. E mais 4 Duster também para Civil.

Então já vamos iniciar com 8 para Polícia Civil. E tudo que nós puder fazer para a segurança aí é pouco.

É pouco. Temos bons delegados, investigadores, bons policiais, mas nós precisamos dar condições a eles.

Queria pedir para os meios de comunicação da casa aí para estar replicando nossa fala.

Muito obrigado, senhor deputado. O pedido de vossa excelência será atendido para a divulgação nos meios de comunicação desta casa.

Com a palavra do deputado Sidney Leite, PSD do estado do Amazonas.

Senhor Presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, eu quero aqui prestar minha solidariedade

a todo setor cultural brasileiro, especial do meu estado Amazonas.

Setor esse que foi o primeiro a sofrer com a pandemia

e ainda não retomou na sua integralidade as suas atividades. O veto do governo com certeza será derrubado por esse Parlamento.

E eu voto pela derrubada do veto por apoio a todo setor artístico e cultural do nosso país.

Mas, senhor Presidente, o governo baixou um ato da redução do IPI. O modelo Zona Franca de Manaus, nós não precisamos dessa redução, porque o IPI já está contemplado pelo incentivo fiscal desde a sua criação.

Mas isso afeta diretamente as empresas e, por conseguinte, os empregos que esse polo e esse modelo gera no nosso país.

O polo industrial da Zona Franca de Manaus foi responsável pelo ano de 2021 de um faturamento de em torno de 160 bilhões de reais.

Faturamento esse que anula aquele discurso de quem diz que a Zona Franca de Manaus vive um paraíso fiscal.

Muito pelo contrário. O que ela produz supera através de receita.

Tanto é que Manaus sozinho é isolado, é disparado o maior faturamento de tributos federais do norte do Brasil.

Mas, infelizmente, esse governo não está preocupado com a geração de empregos com os desempregados que estão no país.

Porque se não, vejamos, a partir do momento que o polo de Duas Rodas, por exemplo,

que gera 20 mil empregos direto no polo industrial da Zona Franca de Manaus, com a redução do IPI, nós vamos importar emprego da China.

Nós não vamos mais produzir motocicleta no Brasil. O polo esse que teve um faturamento de 30 bilhões de reais.

E eu venho aqui a essa tribuna para fazer um apelo para que esta casa se mobilize no sentido de que nós possamos reverter

e manter a excepcionalidade do polo industrial da Zona Franca de Manaus, que não só garante empregos,

que é um polo consolidado, que demonstra a sua clareza no que diz respeito à sua competitividade, ao seu faturamento e à geração de emprego e renda.

Mas se não fosse só isso, ele é responsável por manter a floresta em pé no estado do Amazonas,

estado esse que é o maior estado da Federação e tem 97% da sua cobertura vegetal em pé,

incluindo as áreas urbanas das cidades, inclusive da cidade de

Manaus. Esse é o modelo exitoso em que dar oportunidade de geração de emprego, de renda, não só quem está na cidade de Manaus, mas na Amazônia Ocidental.

E por isso, eu venho aqui, Sr. Presidente, para que a gente possa nos mobilizar e reverter essa questão do IPI, no que diz respeito à Zona Franca de Manaus, que não fará nenhuma diferença para o governo, a já vista que o IPI na Zona Franca de Manaus já há, por si só, o incentivo fiscal.

Então não haverá diferença de receita ou de perda de receita de forma direta para o governo, mas indireta haverá.

Senhor Alicino, senhor Presidente, que a minha fala seja divulgada nos canais.

Obrigado, deputado Ciddeleite. Será divulgado no meio de comunicação desta casa o pronunciamento de vossa excelência.

Antes do deputado José Ricardo, a nossa palavra o deputado Chico D'Angelo, do PDT do Estado de Rio de Janeiro, em seguida o deputado José Ricardo, do PT também do Estado do Amazonas.

Senhor Presidente, eu dei entrada hoje no PDL nº 79 para assustar a resolução que foi feita no dia 31 de março de 22 pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos.

Essa Câmara de Regulação tem como composição o Ministro da Saúde, que é o presidente dessa Câmara, o chefe da Casa Civil, o Ministro da Justiça, o Ministro da Economia e o Ministro da Indústria Comércio Exterior.

Na verdade, esse PDL vem nesse sentido de sustar essa verdadeira calamidade que é permitir um aumento da ordem de 10,89% em todos os produtos, em todos os medicamentos do país, no momento de grave crise econômica,

no momento de desemprego, no momento de inflação, no momento que estamos saindo de uma pandemia com quase 700 mil brasileiros mortos e que com sequelas de Covid, que estão precisando de usar mais medicamentos,

que uma parcela grande da população de aposentados e pensionistas tem um grande número de pessoas

que fazem do seu orçamento uma parcela muito grande na compra de medicamentos, não tem sentido, no momento como esse, essa Câmara técnica, com aval do governo, aprovar um aumento dessa ordem, acima da inflação, em todos os medicamentos do Brasil.

Nesse sentido, eu apresentei esse PDL e acho que ele precisa ser, pelo presidente da casa, avaliado para que tenha uma tramitação muito rápida,

porque no Brasil todo há um clamor, porque uma coisa são aumentos em áreas não fundamentais, que não dizem respeito à vida.

Uma parcela grande da população hoje sobrevive, fruto dos avanços da medicina, com medicamentos.

Se você, a partir de agora, tem um aumento dessa ordem e pessoas idosas, aposentados, pensionistas, o desemprego batendo a porta de milhares de brasileiros, permitir esse aumento e o presidente dessa Câmara de Regulação de Medicamentos

é o Ministro da Saúde, então queria pedir ao presidente da Câmara que colocasse de uma maneira ágil

para que esse PDL meu fosse rapidamente apreciado na casa. Obrigado. Obrigado, novo deputado. Com a palavra o deputado José Ricardo, PT do Estado do Amazonas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, é importante esse tema da campanha da fraternidade da Igreja Católica tratando sobre a educação.

Temos que investir, temos que priorizar, mas também governos e prefeituras tem que cumprir a lei quando se trata de concurso público

para professores e profissionais da educação. Lá no Amazonas, no município de Iranduba e o município de Manaus, a capital, há necessidade urgente do chamamento dos concursados na área da educação. No município de Iranduba, estivemos no Ministério Público, onde apresentamos representação cobrando o cumprimento da lei e o chamamento de profissionais que são necessários

para diversas escolas nas comunidades do município. E em Manaus, do concurso realizado ainda em 2018, nós temos 1.600 aprovados aguardando o chamamento. E muitas escolas também com necessidades de profissionais para poder completar o quadro.

Então é necessário que a prefeitura de Manaus também chame eles, possa garantir espaço de trabalho e ter os professores atuando nas escolas.

Ainda falando em concurso, também quero aqui cobrar de público que a EBSER, a entidade que administra o Hospital Universitário Getúlio Vargas,

um hospital construído ainda na época do Haddad, um hospital moderno, para 300 leitos, investimentos foram realizados, mas somente 70 leitos na atual gestão estão sendo utilizados para atender a população. Então é necessário chamar, são quase 900 profissionais, habilitados na área da saúde, na enfermagem, profissionais na área administrativa, assistencial, para poder, com isso, ocupar os demais leitos. Eu fiz uma visita ao Hospital Getúlio Vargas, constatei isso, conversei com a direção, os leitos estão prontos, equipados para receber pacientes, mas não tem gente, não tem funcionários, mas tem os concursados, aguardando. Então é necessário que a EBSER possa realmente chamá-los e, com isso, poder ampliar o atendimento especializado nesse hospital tão importante no estado do Amazonas, que é o Hospital Getúlio Vargas, Universitário Getúlio Vargas.

E também, Sr. Presidente, é necessário que esta casa possa dar agilidade para apreciar o projeto de lei 2564

do piso salarial da enfermagem, assim como o Hospital Getúlio Vargas. Todas as outras unidades de saúde do estado, necessitam de profissionais, mas que sejam valorizados. Muitas vezes trabalham empresas terceirizadas que querem pagar qualquer coisa e nem garantem direitos trabalhistas. Então é importante que o projeto possa ser apreciado. Já foi aprovado o regime de urgência. Eu, inclusive, acamei também um requerimento pedindo a inclusão imediata na pauta e, com isso, garantir direitos, salários...

Obrigado, Sr. Presidente. Com isso, garantindo salários dignos para os profissionais da área de enfermagem tão necessárias no interior do estado do Amazonas e em todo o Brasil. Estou visitando os hospitais, nos municípios distantes.

Todos necessitam de mais profissionais, mas com salários adequados.

Portanto, é urgente a apreciação, logo, desse projeto que institui o piso salarial da enfermagem. Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de divulgar-se na voz do Brasil. Obrigado. O pedido do nobre colega será aceito. Gostaria de chamar agora o nobre colega do Acre, a deputada Perpétua Almeida. Não está aqui para a gente? Então, vamos chamar aqui o próximo colega. Nosso colega do Maranhão, deputado Ildo Rocha. Ildo Rocha também não está. Gostaria de chamar o colega, deputado Charles Fernandes, do PSD da Bahia. Muito obrigado, Sr. Presidente. Heitor Freire. Nós estávamos inscritos aí, pedimos a V. Ex. para fazer o chamamento, para que pudéssemos fazer uso da palavra, e em seguida, sei que o deputado Carlos Aratini vai fazer uso. Sr. Presidente, eu aqui pedia ao presidente dessa casa, ao deputado Artulira. Nós demos a entrada num requerimento de inclusão de pauta. Nos termos do artigo 114 do Regimento Interno, inclusão na pauta do Projeto de Lei 2471 de 2021, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Operações Financeiras, o IOF, e de imposto sobre o produto industrializado, o IPI, na aquisição de motocicletas e motonetas, utilizada para transporte de passageiros, o mototax ou para entrega de mercadoria. Eu chamo a atenção e peço ao presidente para que possa colocar urgentemente esse projeto em votação, porque são milhares e milhares de mototaxistas, moto entregas por todo esse país, que gera e gera muitos empregos. E através desses profissionais que hoje já são regulamentados em várias cidades do nosso país, eles precisam fazer a troca das suas motocicletas. Muitas já estão com 6, 7 anos e em muitos locais as leis são até 5 anos. E hoje, com a dificuldade que eles estão tendo, praticamente a maioria deles estão parando por falta de condições de fazer a troca da sua motocicleta. Então já houve aqui nessa casa, projeto de incentivo aos taxistas que ainda tem até hoje, tantos incentivos. Não poderíamos deixar também de dar incentivo a essa categoria que hoje percorra as ruas de todo o Brasil, levando encomendas, levando passageiros, mas a situação se agravou muito. Devido ao custo do combustível, da reposição das peças e acessórios, e praticamente eles não estão conseguindo suprir essa necessidade. E eles precisam fazer a troca e já não estão tendo as condições nem de fazer a manutenção das suas motocicletas. Imagine aí comprar uma nova motocicleta. E muitos municípios já estão parando de trabalhar pela legislação que eles têm que cumprir. Portanto, nós pedimos ao presidente Artulira para que possa incluir na pauta esse projeto e suma importância para essa cadeia aí no nosso país, que também faz esse serviço de entrega de transporte de passageiros e que serve muito bem à população brasileira. Eu vejo aí, tenho recebido lá na Bahia, telefonemos de diversos municípios, já da categoria organizada, pedindo nosso apoio.

Eu tenho certeza que essa casa dará o apoio necessário para que todos possam fazer a troca das suas motocicletas e tem a condição de continuar trabalhando, tem a condição de continuar tirando o sustento das suas famílias com aquilo que eles sempre fazem.

Portanto, peço aí ao presidente Artulira que de forma urgente possa pautar esse projeto.

Agradeço o presidente Itofreira e peço divulgação no meio de comunicação dessa casa na voz do Brasil. Muito obrigado.

Nobre colega, o pedido de vossa elência será atendido.

Gostaria de chamar agora o próximo colega a subir à tribuna, o deputado Carlos Zarathini, do PT de São Paulo.

Muito obrigado, senhor presidente.

Queria cumprimentar todos os deputados, deputadas.

E hoje eu queria colocar para vocês aqui um assunto que eu acho da maior importância.

Depois que nós vivemos tantas décadas e séculos com ferrovias de aço, agora no Brasil nós temos as ferrovias de papel.

Deputado Paulão, agora o ex-ministro Tarsígio está se jactando de ter feito tantas coisas nesse país, de construído tanto, mas o que a gente vê é as ferrovias de papel.

São ferrovias que empresas sem capital ou quase sem nenhum capital pedem autorização no Ministério de Transportes para a construção. Essas ferrovias jamais sairão do papel, porque nós aprovamos aqui as autorizações.

Aliás, a bancada do PT tentou a todo momento mudar esse projeto.

Resultado, nós temos hoje cinco projetos de 3.200 quilômetros de ferrovia no valor de 50 bilhões apresentados com empresas, todas elas com capital inferior a um milhão de reais.

Então, nós estamos vendo isso.

É a grande mentira desse governo e do ex-ministro Tarsígio.

Ex-ministro que deveria se preocupar com 93% das rodovias que não são concessionadas.

E esse ano de 2022 nós só vamos ter 8,6 bilhões de reais para conservação e ampliação das ferrovias.

No PAC, no famoso PAC da nossa presidenta Dilma, foram gastos em um ano 42 bilhões de reais.

E agora 8,6 bilhões, deputado Pedro Kisai.

E a proporção de rodovias ruins e péssimas, que era 59% em 2019, já aumentou para 62% em 2021.

O leilão da BR-381 foi suspenso por falta de interessados.

Essa é a obra do ex-ministro Tarsígio, que agora quer ser candidato a governador de São Paulo,

sem nunca ter morado no Estado, sem conhecer absolutamente nada.

Esse é o ex-ministro da empresa de aviação Itapemirim.

Itapemirim que deu um golpe na praça e que ele apresentou como uma empresa que faria ressurgir

e ampliar as empresas de aviação no Brasil.

E nós estamos vendo as empresas de aviação cobrando os olhos da cara do povo brasileiro.

Por isso, minha gente, quero dizer aqui, vamos fazer política séria, vamos fazer projetos sérios,

ferrovia de papel é brincadeira. Nós não precisamos disso. Muito obrigado.

Gostaria de chamar a próxima oradora, deputada Doutora Soraya Manato.

Chama a próxima oradora, deputada Bia Kissis.

Próximo orador, meu colega do Ceará, deputado Danilo Forti.

Próximo orador, também do Ceará, nosso colega, deputado Zé Ayrton.

Próximo colega, deputado Paulão.

Deputado Paulão do PT de Alagoas, próximo orador, depois deputado Marcum, Otônio de Paula e José Guimarães.

Senhor Presidente, colegas parlamentares, a sociedade brasileira, a mãe seu, está recida com a matéria da Folha de São Paulo que transcreve áudio da Polícia Civil do Rio de Janeiro entre a irmã do ex-capitão Adriano Nóbrega,

que foi assassinado, queima de arquivo e sua tia. E ela dizia claramente a montagem do crime

para assassinar o principal coordenador das milícias no Rio de Janeiro, um dos homens mais letais que teve a polícia, foi o Palácio do Planalto, envolvendo diretamente a figura do presidente, o do seu filho, senador da República.

Isso é muito grave e espero que a Procuradoria Geral da República tenha a outra vez e coragem de abrir o procedimento para responsabilizar essa alcrim, essa organização criminosa que vem governando o Brasil.

E esse processo ele espalha, deputado Pedro, quando o colega nosso, na onda do bolsonarismo, ele que é militar, deputado federal em Minas Gerais, ele no carro puxa uma arma e diz que vai receber o ex-presidente Lula com a arma.

É esse nível que nós queremos discutir nessa casa? A gente pode ter discordância do ponto de vista ideológica, de gestão administrativa, de métodos individuais, mas não o integrante da esquerda do PT deseja a morte do Bolsonaro.

Espero que o presidente Artulira não faça a operação Abafa e abra no Conselho de Ética a responsabilidade desse colega, a gente não pode nem dizer colega, deputado federal, representando inclusive a Polícia Militar, com certeza que desonra a Polícia Militar de Minas Gerais, abrir procedimento. A gente não pode ter uma figura dessa que entra a gente.

Na realidade o comportamento dele é um comportamento de criminoso, de canalha, quando coloca em gestão, ameaçar o presidente Luiz Lula Silva. Nós não podemos experimentar isso, senhor presidente.

Um canalha aqui casa. Procedimento com o Ministro de Ética já. Muito obrigado.

Obrigado, deputado Paulão. Já na tribuna o deputado Heitor Freire, da União do Estado do Ceará.

Senhor presidente, nobres colegas, se não bastasse a cara de pau de ser o maior ladrão que já presidiu esse país, com governo de corrupção escancarada, o ex-presidente Lula ontem inovou, sugeriu uma verdadeira perseguição a quem se opõe a ele. E vejam bem, senhores, o grande democrata da esquerda propôs um mapeamento da casa de parlamentares

e ameaçou enviar sua trupe de estimação para tirar nossa tranquilidade. Pois eu digo o seguinte, seu Lula, invente você ou a sua corja do MST, ou a sindicalhada da CUT, de

ousar invadir a minha casa, de perturbar minha esposa e os meus filhos.

Quem ameaça os meus vai receber na mesma moeda. Inclusive, é uma excelente oportunidade para lembrar o PL 3723, que trata dos CACs e está pautado na CCJ do Senado. Já são três adiantamentos e, enquanto isso, temos um irresponsável que incentiva o mapeamento de residência de parlamentares e que 50 desocupados vão até lá ameaçar as nossas famílias. O Lula fala em conversar, mas é conversar igual o MST faz ao invadir propriedades?

Conversar igual a CUT faz com vandalismo? Ninguém acredita mais nessa conversa do PT não.

E para complementar a loucura, ele sugere um limite de consumo para a classe média.

Ora, aquele que pega jatinho, usa relógio de luxo e recebe milhões por palestras, o medo da eleição dele deve estar aumentando e por isso que ele está descompensado aí nesses últimos dias. E como é que pode alguém ter pessoas ainda que o apoiam?

Portanto, senhor presidente, nós não podemos aceitar esses desvaneios e eles precisam ser duramente repudiados por essa casa. Querer incomodar, mandar mapear residências, mandar perturbar o sossego já não basta as nossas vidas conturbadas de parlamentares que nós temos, as ameaças de nossas viagens, o dia a dia, pegar voos de lá para cá, agora um irresponsável sugerir que mapeem as nossas casas e as nossas famílias, ele que não venha próximo à minha casa ou ouse sequer a mandar alguém conversar com minha família.

Eu digo não a essa hipocrisia da esquerda em que vale tudo, em que vale esse ódio do bem.

E a única coisa que eu te digo é o seguinte, te manca Lula e respeita aquele cidadão de bem, os parlamentares de bem que estão trabalhando de fato por esse país.

Muito obrigado, senhor presidente, e eu peço que o meu discurso seja publicado nos veículos dessa casa. Muito obrigado.

Obrigado, deputado. A opinião de vossa excelência será atendido para julgação no meio de comunicação dessa casa.

Vou voltar aqui à inscrição que tinha chamado a poucos instantes do deputado Danilo Forte do PSDB do estado do Ceará.

Em seguida o deputado Ottoni de Paulo, Marcum, José Guimarães e na sequência...

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, o que me traz aqui é algo muito grave no momento como esse que nós estamos vivendo, na fase pré-eleitoral, onde a disseminação das informações se dão de forma muito rápida e ao mesmo tempo o uso da máquina pública, o abuso do poder político, administrativo e econômico no meu estado, no estado do Ceará.

Tenho aqui uma denúncia feita pela Federação Nacional das Comunidades Terapêuticas, Espiritualidade e Ciência, FENACT.

Essa denúncia vem dizer respeito ao uso e à manipulação de famílias que estão sofrendo com filhos dependentes químicos, que estão sendo humilhadas, ultrajadas do estado do Ceará, procurando um abrigo, um tratamento e quando se recorrem a agentes públicos,

como a psicóloga Rosana Brasil Coff, eis a declaração dela, que não

teria vaga para a internação de nenhuma pessoa de São Gonçalo do Amaral do estado do Ceará, a não ser que o ex-prefeito Cláudio Pinho ou a vereadora Dulce ou Élsia lhe pedissem.

E diz mais, das 26 comunidades terapêuticas do Ceará, há vaga suficiente, que só seriam dadas por ela logicamente, ou através do ex-prefeito Cláudio Pinho e também através das duas vereadoras, Élsia e Dulce, fora isso, podiam telefonar à vontade, que ela não daria as vagas. A FENAT pediu a instalação do inquérito junto ao Ministério Público Federal,

já que essa entidade é financiada pelos órgãos públicos e com recurso público do governo federal.

E é importante também, que o Ministério da Cidadania, que repassa os recursos para essa entidade, possa também, a partir de agora, através da Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas, Senapred, faça a investigação e também a devida criminalização desse abuso.

É lamentável que nós já tenhamos uma luta de combate ao tráfico de droga,

que tenhamos famílias de lacerada pela dor de ter entre seus entes dependentes químicos,

e que tentamos socorrer, através do serviço público federal, que financie essas instituições,

a aberração do que está dito aqui pela psicóloga Rosana Koff.

E junto com o Sr. Claudio Pinho, num programa de rádio em que ele é o comunicador

e que em nenhum momento desmitiu as palavras da psicóloga Rosana Koff.

Muito pelo contrário, se sentiu feliz com essa humilhação que o povo passa,

que as famílias carentes do município de São Gonçalo são obrigadas a passar,

muitas vezes se humilhando na busca de uma vaga no serviço público para internar um ente ferido.

Sr. Presidente, isso precisa ser investigado.

Vai concluir? Isso precisa ser investigado.

Isso é um crime contra as famílias, isso é um crime de chantagem emocional,

isso é um crime de dependência física, econômica e familiar a um projeto político

que já foi rachado pelo povo de São Gonçalo da Mestre, que o tirou da prefeitura municipal de São Gonçalo,

ele e o seu grupo político, por denúncia de corrupção na Previdência e agora mais dessa chantagem contra as pessoas de bem. É lamentável.

Peço ao Ministério Público Federal do Ceará que olhe com lupa, olhe com lupa, preste atenção, aqui está o crime, nós só vamos encorrer neles e o Ministério Público Federal do Ceará deixar, permitir e nós vamos admitir isso de jeito nenhum.

Para cadeia aqueles que usam o dinheiro público para humilhar o povo de São Gonçalo da Mestre.

Fora Claudio Pinho, fora todos aqueles que querem usar o povo de bem de São Gonçalo da Mestre no Estado.

Obrigado, deputado Danilo Forte, pelo seu pronunciamento.
Na tribuna o deputado Marcou, PT do Estado do Rio Grande do Sul.
Senhor presidente, senhores deputados, eu tinha aqui dois discursos para fazer, mas eu não sou covarde.
Tenho orgulho da minha história, não tenho vergonha da minha militância, fui acampado, moro no assentamento e sou ligado ao Movimento Sem Terra e tenho orgulho das ações que o Movimento Sem Terra fez até hoje.
E quero dizer que quem quer falar do Movimento Sem Terra, lave a boca com soda, lave a boca com soda.
E posso dar exemplo aqui do nosso assentamento onde eu moro no município de Nova Santa Rita, no Rio Grande do Sul.
No assentamento Capela, que tem 100 famílias que reside lá.
Quando nós chegamos, presidente, há 28 anos atrás, tinha uma escola fechada.
E hoje, não só os filhos de assentado, mas também a vizinhança vão naquela escola.
Gostaria aqui de fazer uma relação da produção, poderia fazer isso, mas quero falar, nesses últimos dois anos, que o povo brasileiro padeceu demais com a pandemia, a fome crescendo, a miséria crescendo, a crise aumentando, o Movimento Sem Terra ajudou a matar a fome de milhares de pessoas nesse país.
Milhares e milhares de toneladas de produção foi distribuída em muita cidade, em muitas famílias, em muitos lugares.
E aí, agora, muitos colegas deputados têm medo do diálogo, têm medo da conversa, têm medo do Lula.
E quando Lula era presidente, senhor deputado, nós estava fora do mapa da fome, fora da mapa da fome, agora a miséria tomentando, lá em Porto Alegre, lá em Porto Alegre, ou muitas cidades gaúcha, muitas cidades do Brasil têm gente em tudo que é canto, pedindo dinheiro para comprar comida, para comprar remédio, para compregar a luz e a água. Então eu quero dizer, senhores deputados, eu nunca falei aqui de movimento nenhum, de movimento A, de movimento B, porque cada um escolhe e vai lutar pela vida, pela dignidade, pela cidadania do povo, onde quiser. Eu tenho orgulho da minha história.
Não sou covarde e tenho orgulho daqueles que produz para matar fome, daqueles que não tem, que é o movimento Sentera. Viva o movimento Sentera! Viva o Lula!
Obrigado, nosso deputado Marcum.
O pedido de vossa lência será atendido para a divulgação no meio de comunicação dessa casa na voz do Brasil.
Com a palavra do deputado Zé Guimarães, em seguida o deputado Otário de Paula.
Senhor Presidente, senhores e senhoras parlamentares, trago nesse momento a esta tribuna o comunicado do Presidente da República que justifica o veto ao projeto de lei complementar o 73, que ficou conhecido como a Lei Paulo Gustavo.
Vetou integralmente a Lei Paulo Gustavo.
E pasmem os senhores e senhoras parlamentares. O que diz a nota

técnica do governo federal sobre a lei?

Diz que a lei aprovada contraria a regra de ouro e contraria os preceitos constitucionais da lei complementar número 101 de 2000, ou seja, o princípio da transparência daqueles princípios que conformaram a lei de 2000, a lei complementar 101.

E diz mais, senhores e senhoras parlamentares, que a tal lei aprovada pelo Congresso Nacional

não se enquadra no conceito de despesa irrelevante.

Ou seja, isso é do ponto de vista de que compreende a cultura como um setor vital de sustentação

do projeto de desenvolvimento nacional e se é uma agressão aos trabalhadores da cultura.

Isso é uma medida cruel e irresponsável de um governo que não tem qualquer compromisso com o Brasil

e muito menos com a cultura brasileira.

Não bastasse a extinção do MINC, do Ministério da Cultura, não

bastasse as peripetias desse governo

irresponsável fiscalmente de um ministro da Economia que não sabe o que quer, não apresenta nada do ponto de vista

do enfrentamento da crise econômica.

Vem agora e diz que um projeto que nós aprovamos por unanimidade aqui nesta casa só faltaram 28 votos

a quase 420, 40 e tantos votos favoráveis, ele diz que esse projeto não tem relevância nenhuma, não serve

e não atende os princípios da transparência que conformam a lei complementar nº 101.

Ou seja, é preciso que esta casa além, porque quando nós negociamos, porque aqui não vale mais nada,

a relação desse governo com esse Congresso é um total desrespeito, porque a gente negocia, eu negociei

esse projeto com o líder do governo aqui, com o deputado Ricardo

Barros, nós negociamos com a liderança do governo

no Senado, a liderança do governo no Senado foi o relator inicial da lei no Senado Federal, o autor foi o deputado senador Paulo Rocha.

Não vale mais nada o que se negocia aqui, não vale mais nada a palavra, não vale mais nada os acusos

para concluir, senhor presidente, tudo isso não vale mais nada, o que esse governo fez, irresponsável, cruel

com a cultura brasileira, é algo que esta casa não pode aceitar

silenciosamente, esse veto precisa ser derrubado,

é preciso incluí-lo na sessão próxima do Congresso Nacional, líder Reginaldo Lopes, de Minas Gerais,

porque nós não podemos aceitar, a sociedade brasileira tem que se mobilizar nesse momento,

para concluir, para concluir, senhor presidente, a sociedade

brasileira, o mundo da cultura, os trabalhadores da cultura,

os artistas, todos precisam se mobilizar para que derrubemos esse veto cruel e responsável de um governo

que não tem qualquer compromisso com o estado do bem-estar social, é um desrespeito à cultura,

é um desrespeito a nós parlamentares, é um desrespeito à liderança do governo aqui, que negociaram conosco e não valeu nada.

Obrigado, deputado Zé Guimarães, pelo seu pronunciamento.

Com a palavra da deputada Otanid Paulo, do MDB do Estado do Rio de Janeiro, em seguida o deputado Ricardo Silva.

Me parece, senhores deputados, que o Lula Ladrão tem agora um método para que esta casa se curve aos seus interesses.

E qual é o novo método? Pegar os seus quadrilheiros e dar o endereço dos deputados das casas dos senhores

para que os sindicalistas possam ir na nossa casa. Ai tem mais!

Ele disse assim, não vai só na casa não, vai conversar com a mulher do deputado, vai conversar com o filho do deputado.

Eu não quero dizer para vagabundos igual a Lula, não atravesse a escola dos meus filhos e nem pense em visitar minha esposa.

Ile em casa então, inimaginável! Sabe por quê? Porque lá no Rio de Janeiro a gente tem um método de tratar bandido.

Lá no Rio de Janeiro, isso é no Rio, é na bala! Então não venha atravessar a escola de meus filhos,

não venha tentar abordar minha mulher, não venha tentar visitar minha casa, porque vai ser na bala!

Estão me ouvindo? Vai ser na bala seus vagabundos!

Senhor presidente, segundo o assunto que me traz a essa tribuna, é o seguinte, a covardia do senhor Alexandre de Moraes não para!

Já quis humilhar o deputado Daniel Silveira, agora colocar a mãe do deputado envolvida nessa história da sua ganância pelo poder, da sua demonstração pelo poder, ele ordenou agora a oitiva da mãe do deputado, porque ele quer saber o que que mãe e filho conversaram quando o deputado foi visitar sua mãe!

Eu quero dizer uma coisa para o ministro Alexandre de Moraes, o senhor está passando de todos os limites, pior que agora o senhor está tocando na mãe,

essa imagem santa, a imagem da mãe.

Senhor Alexandre de Moraes, se o Senado não tiver coragem de lhe enquadrá-lo, há um Deus que vai lhe enquadrar, respeite a mãe do deputado Daniel, ministro,

respeite o direito que um filho tem de visitar a sua mãe, porque até o PCC que o senhor durante tanto tempo defendeu, respeita a mãe, então significa que o que o traficante do PCC respeita o senhor já deixou de respeitar há muito tempo, que vergonha!

Obrigado, meu deputado, Antônio de Paulo, pelo seu pronunciamento.

Com a palavra da deputada Ito Chu, PSB do Estado do Rio Grande do Sul, eu estou chamando aqui os deputados que estão na lista de inscrição

e aos poucos dando a oportunidade àqueles que foram chamados e que não estavam presentes na casa, então tem que ter paciência aí porque nós estamos dando,

essa presidência está dando a oportunidade a todos aqui. Com a palavra a deputada Ito Chu.

Muito obrigado, senhor presidente, Charles Fernandes, a quem cumprimenta e saúdo por extensão os colegas, deputados e deputadas. Ontem foi o dia D de mobilização pela reestruturação do atendimento do INSS.

Quero parabenizar o movimento sindical, a Contag, as federações e tantos quantos outros atores se solidarizaram com essa demanda.

O que essa mobilização quer e precisa e se está sendo reivindicado é porque de outra ponta está faltando falta garantia de recurso,

precisa melhoria nas plataformas do INSS, revisão dos processos indefinidos indevidamente, mais servidores e servidoras e mais médicos peritos.

Se não bastasse tudo isso, está por ser cortado do orçamento 982 milhões de reais,

que certamente farão muita falta aos servidores do INSS dar conta das demandas que estão aí.

E o que eu lamento mais ainda é o fato de que 70% dos homens e mulheres que trabalharam uma vida inteira, contribuíram com a previdência, agora requeriram o seu benefício e estão alguns esperando mais de dois anos uma resposta que até hoje não veio.

Os segurados não querem favor, só querem o seu direito. É urgente que se faça esse concurso público.

Para encerrar presidente, eu queria agregar aqui mais dois temas. O primeiro que também nos causa espanto e foi inclusive motivo de debate

com o ministro Marcos Montes, novo ministro da Agricultura.

Há 18 anos o Brasil tem o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiseu, que possibilita ao agricultor familiar e às suas cooperativas uma melhoria de renda.

Recebe duas cartas, uma da OCB e uma da UNICAF, alegando claramente que quer se mexer nesse programa e que trará prejuízos não só aos produtores,

mas também pode ser a extinção do programa do selo social e o fechamento de indústrias, causando desemprego e aumentando a poluição.

E por último, pasmem, porque aqui já se falou muitas vezes em emplacamento de tratores, máquinas agrícolas, que nós conseguimos sepultar no passado

e agora o decreto 11.014 deste ano pela Presidência da República aprova o regulamento de registro nacional de tratores e máquinas agrícolas Renagro.

Pessoal, colegas deputados, totalmente desnecessário fazer isso.

Portanto, eu quero concluir, presidente, dizendo que obrigar a agricultora a registrar uma máquina agrícola, um trator, uma colheitadeira, é totalmente desnecessário e temo que estamos abrindo aqui as portas e janelas para um futuro bem próximo. Fazer os emplacamentos, pagar o IPVA e exigir-se também exame toxicológico do proprietário dessa máquina. Isto é, sem dúvida, uma vergonha.

Obrigado, novo deputado. Deputado Juni Ferrari. Cavata, por favor, mesmo. Com a palavra deputado Ricardo Silva. Em seguida, voltando à inscrição, tem aqui o deputado Reginaldo Lopes e a Bia Kitz.

Deputado Ricardo Silva, por favor.

Senhor presidente, nobres colegas, deputados e deputadas nessa casa, eu subo essa tribuna para fazer um alerta para Ribeirão Preto. Essa é a tribuna da Câmara Federal, mas o que está acontecendo em Ribeirão tem que repercutir no Brasil.

Eu chamo a atenção de você, que está agora acompanhando esse pronunciamento nosso, chamo sua atenção porque me parece que uma parcela da população de Ribeirão está anestesiada diante dos abusos cometidos pela Prefeitura Municipal.

Presidente, Prefeito Municipal de Ribeirão Preto contraiu em

empréstimos já assinados 717 milhões de reais para obras. 717 milhões para muitas obras que estão paradas.
O plano de mobilidade urbana se tornou um pesadelo para Ribeirão, só que o pesadelo não é apenas a obra parada não, é a conta que vai ficar para os próximos governos.
Eu estou aqui preocupado porque hoje a saúde em Ribeirão está uma lástima. A pessoa vai marcar consulta, não tem médico, vai num pronto atendimento, não tem o médico de criança, o médico para pessoas idosas, de família não tem.
Vai inviabilizar Ribeirão Preto, a gestão municipal vai inviabilizar a cidade. Eu estou chamando a atenção pessoal.
E a Câmara Municipal ontem me aprovou mais 97 milhões empréstimos e não para por aí, o Nogueira já está empenhado mais 70 milhões de dólares.
Está pegando empréstimo em dólar para uma tal de Ribeirão acolhedora que na verdade é um plano para tirar água do Rio Pardo numa cidade que é abastecida pelo aquífero.
Guarani, 1.2 bilhão e 200 milhões de reais em empréstimos já aprovados e pretendidos pela Prefeitura Municipal.
Se hoje a Prefeitura não está conseguindo colocar o professor em sala de aula, eu estou denunciando aqui dessa tribuna do parlamento porque a minha função, eu sou Ribeirão pretano, é falar.
Nós temos que denunciar isso, eu já acionei Tribunal de Contas da União para muitos fatos, sabe?
Mas a população parece que está anestesiada, o que está acontecendo gente? Eles vão acabar com a cidade.
Falaram dos roubos anteriores, muitos aconteceram, mas o passivo deixado por essa administração será o maior da história.
Maior da história.
Nós temos alertado aqui presidente para concluir.
Eu peço para as instituições da cidade que acompanham da indústria, do comércio, dos advogados, dos engenheiros, tomem pé da situação.
O atual governo está quebrando a cidade a médio e longo prazo.
Os efeitos serão terríveis.
Os próximos gestores sofrerão sem capacidade alguma para investimento.
Eu peço que conche na voz do Brasil o nosso...
Obrigado, deputado Ricardo Silva. Será atendido o pedido de vossa excelência para divulgação na voz do Brasil.
Com a palavra o deputado Odaí Cunha.
Voltando a inscrição do deputado Reginaldo Lopes.
Obrigado, presidente.
Os deputados bolsonaristas estão bem agitados.
Porque querem esconder a verdade.
Qual é a verdade?
Imão de sangue da família Bolsonaro.
Imão de sangue do Fabrício Queiroz.
Capitão nóbrica.
Adriano Magalhães Nóbrega.
Homem regeado pelo presidente da República nesse plenário.
Homem regeado pelo senador da República, Frávio Bolsonaro.
Comedalhe Tiradentes.
O homem matador.
O matador útil à família Bolsonaro.

Os três ele.
Ofereceram emprego no Palácio do Pranalto para o matador útil.
O presidente da República está sendo acusado de oferecer emprego para o matador da família Bolsonaro.
É isso que os bolsonaristas não querem.
Que fica público para o povo brasileiro.
E está inventando aqui um debate sobre o presidente Lula.
O presidente Lula falou que é livre a manifestação da opinião pública.
E que todos que estão na vida pública devem ser cobrados pelas posições políticas.
Mas o presidente Lula não ameaçou ninguém.
Como fez o deputado de Minas Gerais, Cabo Júlio Amaral, que é um inexpressivo.
Vai perder as eleições.
É um bolsonarista light que precisa ganhar publicidade nesse momento eleitoral.
O que nós estamos dizendo aqui é grave.
A PGR tem que autorizar a investigação.
O Palácio do Pranalto está sendo acusado de oferecer emprego público.
No exercício da presidência da República.
Para matar alguém.
Para matar o matador de alguém.
Por que queriam matar o Adriano Nóbrega?
O que eles querem esconder?
Quem mandou matar a Marielle Franco?
A sociedade brasileira tem que conhecer a verdade.
Mas os bolsonaristas são seletivos.
Os bolsonaristas são seletivos?
Vocês são milicianos.
E nós não admitimos.
A melícia, o ódio, o país armado não vai ganhar as eleições no dia 2 de outubro.
Quem vai ganhar a eleição é um amor.
É solidariedade.
É fraternidade.
É a construção de um novo mundo.
E vai ser com o maior líder vivo do planeta Terra.
Luiz Inácio Lula da Silva é o maior líder desse país.
Só Lula pode resgatar a credibilidade e a democracia brasileira.
Não vai ser um miliciano que ocupa de plantão o Palácio do Pranalto.
E nós vamos entrar com a Notícia Crime.
Para investigar.
Quem mandou oferecer emprego para matar o capitão Nóbrega?
Nós queremos saber.
Se o matador útil da família Bolsonaro, quem mandou oferecer emprego?
É uma vergonha para esse país.
É uma vergonha para a democracia.
E nós não vamos admitir.
Então não tenta aqui desviar o debate.
Vocês querem mudar a pauta, mas a pauta é oferecer o emprego para matar o matador útil da família Bolsonaro.

E nós vamos pedir investigação, presidente.

Obrigado, deputado.

Com a palavra do deputado Fabio Henrique, em seguida Pedro Zay e Giovano Sirini.

Deputado Fabio Henrique, do União do Estado de Ségio.

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

Gostaria, presidente, de saudar o comandante da Marinha e a sua assessoria de relações institucionais

pelo excelente trabalho realizado junto à Câmara dos Deputados

e por que não dizer junto ao Congresso Nacional.

Presidente, a assessoria de relações institucionais daquela força, respeitada marinha do Brasil,

tem sido conduzida nos últimos anos pelo comandante Alexandre Bessa, que terá uma nova administração a partir de agora,

tendo em vista a promoção do comandante Bessa Almirante,

que por dever de carreira deixará de ser um parceiro desta casa no seu dia a dia,

mas continuará naturalmente nas lutas em favor da marinha do Brasil.

E eu gostaria, senhor presidente, de deixar aqui registrado o nosso agradecimento ao comandante Bessa

por tantas e tantas que foram as vezes que interagimos discutindo assuntos de interesse da marinha do Brasil.

E quero cumprimentar o Bessa pela sua promoção ao posto de contra Almirante,

destacar a sua inteligência, a sua dedicação e sua responsabilidade,

que permitirá a alta administração naval contar com um novo membro,

com uma maior experiência dos trabalhos desenvolvidos ao longo de vários anos aqui na esplanada dos ministérios.

E agradecer todo o apoio recebido pela assessoria das relações institucionais da marinha do Brasil.

Por fim, senhor presidente, quero desejar boas vindas ao comandante José Paulo,

que responderá pela marinha aqui no Congresso Nacional.

E neste minuto que me resta, senhor presidente, eu gostaria de fazer aqui um agradecimento

a todos os deputados, deputadas, servidores do PDT,

partido que militei durante 19 anos da minha vida pública e em nome do meu amigo, querido e ex-líder,

André Figueiredo, eu quero cumprimentar a todos os integrantes do PDT,

ao meu eterno presidente Carlos Lupe, a quem devo muito respeito, carinho e admiração.

Portanto, aos meus companheiros do PDT, fica aqui o meu

agradecimento por todos os ensinamentos que tivemos,

principalmente pela defesa e pela luta dos direitos dos trabalhadores.

E agradecer também, presidente, ao presidente Bivara, ao líder Elmar Nascimento e a todos os companheiros

da União Brasil que me receberam de braços abertos.

Mudamos de partido, mas continuamos defendendo os trabalhadores, os servidores públicos e o Estado forte.

Gostaria que a nossa fala...

Obrigado, nosso deputado. Será divulgado na voz do Brasil o pronunciamento de vossa excelência.

Na tribuna o deputado Pedro Zai, PT do Estado de Santa Catarina. Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, Primeiro tema que não tenho como não manifestar a minha indignação com o veto à lei Paulo Gustavo.

Veto integral a um projeto de lei para um setor estratégico para a cidadania brasileira e principalmente nesse período de pandemia, os mais duramente atingidos e prejudicados.

Nossa bancada foi responsável através da liderança da deputada Benedita da Silva, da lei Aldir Blanch, com a autoria de toda a bancada e de tantos parlamentares aqui. Agora novamente uma proposição do Parlamento Brasileiro e do senador Paulo Rocha, a lei Paulo Gustavo, que lamentavelmente o presidente da República diz

Profissionais da cultura brasileira, vocês são irrelevantes. Essa foi uma das justificativas do veto.

Vamos mobilizar o Brasil inteiro, vamos mobilizar Santa Catarina para pressionar todos os deputados federais e senadores para derrubar o veto e colocar a cultura e apoio aos profissionais da cultura como uma das prioridades deste país.

Derrubada do veto à lei Paulo Gustavo.

Segundo ponto aqui não posso deixar de manifestar os discursos dos bolsonaristas aqui a uma fala do presidente Lula quando diz do direito legítimo de pressionar os parlamentares para não votar tanto retrocesso nesta casa.

E uma deputada aqui preocupada com a ocupação dos supermercados e não se dá conta de que a pauta principal desta casa deveria ser o sofrimento do povo brasileiro quando vai no supermercado. Ninguém precisará apoiar a ocupação do supermercado, vai ser a fome, a miséria, a carístia, a inflação ou juros altos, a política econômica suicida deste governo.

Quando chega num posto de gasolina é um susto, quando chega no supermercado a maior parte dos que vão comprar tem que devolver parte da mercadoria porque não fechou a conta. Quando vai numa loja de material de construção é um susto para construir a sua casa própria ou os agricultores quando chegam numa agropecuária com o preço dos insumos dos fertilizantes.

É isso que Bolsonaro esconde, que são os parlamentares bolsonaristas querem fazer discurso aqui para esconder a pauta principal como disse o nosso líder Reginaldo Lopes em relação aos milicianos e à violência deles.

O ódio e a intolerância deles.

Nós defendemos a democracia, a solidariedade, mas um país mais justo, mais solidário, mais igual.

E por isso que o nervosismo toma conta porque está se retomando a esperança de reconstruir esse país com o maior líder popular da América Latina e desse país, do melhor presidente que esse país já teve.

Volta Lula, volta a governar esse país.

Obrigado, deputado.

Volta a descrição da deputada Bia Kizis, em seguida o deputado Giovanni Czirini e deputada Erika Kokaie.

Obrigada, seu presidente.

Já peço de antemão que a minha fala possa ser reverberada na Paz do Brasil, outros meios de comunicação da casa, cumprimentos colegas, e quero dizer, seu presidente, que estou extremamente preocupada com esse requerimento de urgência do PL chamado das fake news, que na verdade é um PL que muito mais promove a censura

e um calar a boca das pessoas que pensam de forma livre, de uma forma divergente,

de uma verdade que se pretende oficial.

Eu sugiro a todos que leiam o livro 1984 de George Orwell.

Eu estou vendo aqui o relator, deputado Orlando Silva.

Nós já debatemos o tema, inclusive com plataformas, deputado.

Eu convidei a vossa excelência para um debate na minha página, a vossa excelência aqueceu, compareceu, debatemos.

E vimos que as plataformas, inclusive juristas que estavam presentes, ficaram muito preocupados com esse projeto.

É certo que essa casa tem sido pressionada para apresentar alguma coisa sobre pena de UTS e a própria justiça eleitoral avançando na nossa atribuição constitucional querer colocar algum tipo de controle.

Mas o que me preocupa é realmente o teor desse projeto.

Porque o que se diz um projeto de combate a fake news é um projeto que na verdade entrega o monopólio da informação

aos grandes veículos, como o Globo, por exemplo, que já está aí o Google dizendo que o Globo vai faturar 250 milhões

e essa notícia do Google foi de como que o Google fosse atacado, como se estivesse cometendo algum crime,

por divulgar a sua preocupação e a análise. Eu tenho feito reuniões com as plataformas e realmente o projeto tem muitos pontos

que precisam ser discutidos, debatidos, alterados, sob pena de realmente acabarmos tendo um monopólio da notícia da informação acusando os outros de desinformação, sendo que as outras pessoas, youtubers, parlamentares, embora o projeto pretenda retirar os parlamentares,

mas pessoas comuns que têm a liberdade de expressão garantida pela constituição não possam falar livremente o que pensam, dar a sua opinião, sob pena de serem acusadas de fake news enquanto a grande imprensa livremente produz fake news.

Vamos pegar aqui um exemplo, por exemplo, a Vera Magalhães, jornalista conhecida, fez fake news sobre o desarmamento da Venezuela,

disse que o Hugo Chávez armou a população, tentando atingir o presidente Bolsonaro na sua política contrária ao estatuto de abertura

e, no entanto, foi provado que era uma mentira o que foi dito, a reportagem era falsa, era fake, mas então o que aconteceria com o jornalista?

Ele tem licença para mentir e nós não temos licença para falar a verdade, para nos posicionarmos?

Então se houver essa lei aplicada, aplicando-se censura ao cidadão

comum, temos que aplicar essa mesma lei aos órgãos de imprensa. Por que as plataformas não podem ser um veículo para que a gente possa colocar as nossas ideias, opiniões e a imprensa comum pode? Então isso não está correto, nós vivemos uma injustiça, queremos liberdade para todos, tanto para a imprensa como para plataformas, como para todo cidadão e os parlamentares que têm também imunidade parlamentar. Muito obrigada.

Obrigado, novo deputado. Com a palavra do deputado Dilton Tato, deputado Paulo Guedes, deputado Giovanni Ciarini, em seguida deputado Erika Coccai.

—Loga para o deputado General Girão. —Senhor presidente, senhora...

—Deputado Giovanni Ciarini, desculpa, na vossa saliência tem a palavra.

—Senhor presidente, senhora senhores parlamentares, eu também venho aqui falar sobre esse projeto da mordação, esse projeto da censura, esse projeto defendido por quem? Pela esquerda mordaçenta.

Exatamente isso, pela esquerda mordaçenta que proíbe as pessoas de se manifestar na China,

que proíbe as pessoas de se manifestar na Venezuela, que proíbe as pessoas de se manifestar em Cuba e querem trazer para cá.

Porque quem vai definir o que é fake news? Qual é que vai ser o ser iluminado que vai dizer "isso é fake news, isso não é"?

Aliás, se fosse dizer que a Terra era quadrada por muitos e muitos anos, quem sabe era fake news quem disse que a Terra era redonda?

Ou a lei da relatividade, tantas outras coisas que muitos anos levaram que seria fake news.

Que tribunal vai ser criado mais um? Aliás, o Brasil tem tribunal militar, tribunal de eleição, tribunal não sei do quê.

Olha gente, eu já vejo logo, se a Globo está a favor, se o PC do bem está a favor, se a esquerda hoje está a favor,

é porque nós temos que derrubar aqui nesse plenário o encaminhamento já na urgência desse projeto.

Temos que derrubar aí, por quê? Porque ele ignora a construção realizada aqui nessa casa do Marco Legal da internet.

Lei 12.965 de 2014, já diz lá o que é bandido na internet, o que não é bandido na internet? Não podemos tirar a liberdade de expressão, nós não podemos dificultar a circulação de ideias, de pensamentos para produzir o saber, nós precisamos ter o andamento, a circulação dessas ideias.

O projeto quer controlar, quer controlar, quer dificultar, sabe por quê? Porque o presidente Bolsonaro circula muito bem na internet.

Tem que cortar, porque senão já está escrito, o presidente Jair Bolsonaro vai ganhar no primeiro turno nas eleições, e eles têm que controlar na internet o pensamento, a circulação do pensamento. Então, não a lei da mordação, não a esse projeto de censura.

Nós não podemos aprovar esse projeto da esquerda mordaçenta. Fake news é a mordação, fake news é a censura.

Vamos derrubar aqui a urgência, hoje, aqui nesse...

Do contrário, nós vamos fazer o uso, o uso de um conteúdo jornalístico sem definir o que seria esse uso.

O texto abre margem para interpretações diferentes, por isso não a censura. Viva a liberdade, aliás, o presidente Bolsonaro defende a liberdade, a família, a pátria e Deus.

Obrigado, deputado. Antes está a deputada Erika Coccard, já está na

tribuna, dou um minuto, deputada Eduardo Bolsonaro.

Deputado Eduardo Bolsonaro pediu a palavra.

Senhor presidente, fazer um posicionamento contra um projeto que visa fazer uma regulação da mídia, eu não entendo o motivo pelo qual isso tem que ser feito, ainda mais há cinco meses da eleição.

A gente não tem que sequer aprovar a urgência desse projeto, e pior ainda, hoje, o diretor do Google Brasil em artigo criticou a mudança na remuneração, que no final das contas vai retirar, por exemplo, o dinheiro que às vezes pinga na conta do jornalista, e vai passar para os grandes grupos, para Globo, para o Folha, que já vão, segundo os cálculos, receber mais de 200 milhões com esse novo cálculo.

Então a gente não tem como colocar diante de um projeto desse, o relator que é do PC do B, Partido Comunista do Brasil, não tem qualquer apreço à liberdade, onde quer que tenha existido comunismo, comunismo é Cuba, é Coreia do Norte, será mesmo que nós precisamos de um projeto desse, vindo dessa origem, para votarmos aqui?

Então meu voto é não, falei dentro do governo, tive a oportunidade de falar com o líderes do PL, da Frente Parlamentar Evangelica, e se Deus quiser, todos eles orientaram contra o PL 2630. Muito obrigado, presidente.

Obrigado, novo deputado, Eduardo Bolsonaro. Já na tribuna, por três minutos, deputada Érica Cocai, PT do Estado do Distrito Federal.

É impressionante como a verdade tem sido tão renegada e tão açoitada. E como esses que transformaram a mentira em metodologia política e o ódio enquanto metodologia política querem continuar açoitando, tossendo, açoitando, colocando a verdade no pelourinho. O que é o negacionismo deste governo? Não é só o negacionismo pontual, nega os fatos, nega os fatos. E vem aqui vociferar, dizer que é preciso defender a liberdade de imprensa, mas em verdade nunca houve tantos ataques à liberdade de imprensa como neste governo a partir do presidente da República.

Na verdade ele não quer a liberdade, ele quer o direito de continuar mentindo e enganando o povo brasileiro. Ele quer continuar tendo o direito de atacar as instituições, porque tem que ter limites.

O Estado Democrático de Direito, a República são princípios que tem que ser respeitados. Mas quando você nega a própria realidade, "ah, a tua verdade não corresponde aos fatos", dizia Casusa, "e a tua piscina está cheia de ratos".

Eu diria que quando você nega a realidade e constrói a mentira para tentar substituir os fatos, dentro dela só cabe quem pensa da mesma forma, quem age da mesma forma e a exclusão do outro, se o outro não for o próprio espelho.

E aí vem aqui e dizem que isso é mordança, mordança. Você estabelecer que não é permitido mentir porque a mentira mata. Quantas pessoas morreram com toda a discussão que foi feita pelo presidente da República contra as vacinas, impondo medicamentos que não tinham eficácia para combater a Covid.

A mentira mata, mata, mata a liberdade, mas mata fisicamente, mata literal e metaforicamente, diria eu. Mas eles não vêm aqui para dizer porque que está circulando na imprensa que houve um diálogo onde se trocou cargos no Palácio do Planalto para que se matasse Adriano.

Para que se matasse aquele que está envolvido com a milícia de um

governo miliciano. É um governo de jagunços. É um governo de jagunços. É um governo que açoita, que não admite o contraditório. Mas eles não vêm aqui dizer do superfaturamento dos ônibus escolares. Não vêm aqui dizer que houve um sobre preço de 732 milhões. Nem vêm aqui dizer porque que este presidente vetou a lei Paulo Gustavo.

É óbvio que o arbítrio, que o autoritarismo, ah, eles se sentem com vontade de sacar armas, já diziam os nazistas quando se fala em cultura e quando se fala em livros. Chega de mentira.

Esta casa sim tem que dar respostas para que nós não tenhamos esse palanque tecido com ódio, esse palanque tecido com as mentiras, mas eles vêm aqui desesperados.

Porque Lula disse que era preciso sim procurar os parlamentares, mas quem prega a morte, quem prega as armas, é estes que estão no palácio do Planalto. Lula, Lula prega o amor a vida e vai ser o novo presidente.

Obrigado, deputada. Já na tribuna o deputado General Girão. Mas antes disso, pedi vossa salença, dá um minuto aqui ao deputado Afonso Florenço.

Obrigado, presidente. Obrigado, general. Pedi a divulgação da casa da voz do Brasil registrar a minha posição de apoio e solidariedade a todas e todos que fazem cultura no Brasil, em especial na Bahia, no sertão baiano, no ré côncavo baiano, na capital e nas grandes cidades. Aprovamos aqui uma lei com a destinação de 2 bilhões e 800 milhões, através da lei Paulo Gustavo, uma homenagem a um grande artista, um grande humorista, mas principalmente uma homenagem aos homens e mulheres que fazem cultura por todo o Brasil.

E o presidente da República vetou, sempre atacando os interesses do povo, fez reforma da previdência, achatou salário mínimo, aumentou o preço do botijão de gás, do diesel, da gasolina, da cesta básica. Vamos derrubar o veto à lei Paulo Gustavo e apoio à cultura.

Obrigado, presidente. Obrigado. Na tribuna o deputado General Girão Pierre do Rio Grande do Norte.

Senhor presidente, caros colegas, todos que nos assistem, gostaria de pedir que a nossa fala tivesse eco também na voz do Brasil.

Senhor presidente, hoje eu me dirijo à tribuna para cumprimentar a governadora do Estado do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, do Partido dos Trabalhadores. Eu sou justo.

A governadora assinou no dia de ontem um acordo de cooperação, autorizando a Codem Vassfi, a fazer a pavimentação de um grande trecho da Estrada do Melão.

A Estrada do Melão é uma estrada altamente importante para a produção do melão, que hoje é o primeiro item de escoamento de alimentos nosso, juntamente com vários outros, mas é o primeiro item.

O maior produtor de melão do mundo hoje está produzindo no Rio Grande do Norte. E essa Estrada do Melão já é antiga, já tem décadas de existência e nunca foi olhada pelos olhos de quem precisa apoiar o produtor.

Então o produtor anda na estrada de terra, com atoleiros, com buraqueira e simplesmente a Estrada do Melão agora, por uma ação da Codem Vassfi, levada ao ministro, então ministro Rogério Marinho, juntamente com vários outros deputados da bancada, nós levamos essa

demanda ao ministro Rogério Marinho e ele rapidamente conseguiu recursos via Codem Vassfi para que a estrada fosse pavimentada. O que eu apenas lamento é que ela levou quase um mês para autorizar que essa obra tenha início, um mês para assinar um papel importante para os produtores e ainda quer avocar para si a BNC de que ela está realmente,

o governo é o governo dela que está fazendo esse trabalho de pavimentação da estrada.

Então, em nome da verdade que a gente acha que todos deveriam pregar aqui nessa casa, a gente está aqui deixando claro para a população do estado do Rio Grande do Norte que a estrada do Melão

sim será pavimentada com recursos federais, apesar da governadora ter atrapalhado um pouco o início do começo, mas esse início vai acontecer sim porque a Codem Vassfi vai executar os 9 km, depois vamos conseguir mais executar outro trecho, 16 km e com isso os produtores de melão serão apoiados. Apoiados por quem? Apoiados pelo governo federal, pelo presidente Bolsonaro.

É isso que a gente precisa, tá certo? Então, afinal da história toda, quem é que está construindo a Oiticica? É o governo federal, é o presidente Bolsonaro.

Quem é que trouxe as águas do São Francisco? É o governo federal, é o presidente Bolsonaro.

Quem é que está agredindo os deputados, estimulando a violência contra os deputados e senadores nas suas residências diretamente as suas famílias?

É o ex-presidente, o presidiário Luiz Inácio Lula da Silva, que não deveria ter saído do presídio nunca.

Senhor presidente, eu lamento as vozes que aparecem aqui que são contrárias a isso, mas isso é da democracia, a gente tem que ter os ouvidos funcionando para ouvir o que serve e o que não serve.

Muito obrigado e que Deus nos proteja. Obrigado, deputado.

Com o deputado Marcelo Ramos se dirige ao tribunal, um minuto. O deputado da CIDMAC.

Senhor presidente, eu trago essa tribuna uma questão importante para os caminhoneiros do Brasil.

Até 2012 havia autorização para que o Brasil pudesse importar pneu recauchutado de qualquer lugar, de qualquer continente.

E em 2012 saiu uma portaria autorizando a importar pneu recauchutado somente do Mercosul, o que ainda era importante, porque o pneu do Mercosul é quatro vezes mais barato, recauchutado, do que no Brasil.

E agora, estranhamente, o Ministério da Economia baixou uma portaria proibindo a importação de pneu recauchutado também do Mercosul.

Isso é muito ruim, isso prejudica o nosso país, aumenta o custo do Brasil, prejudica o caminhoneiro, contribui com o aumento da inflação.

Portanto, vou tratar com o Ministério da Economia para rever essa portaria e sensibilizar o governo para voltar atrás e autorizar novamente a importação de pneu recauchutado do Mercosul.

Obrigado, deputado. Depois da palavra do deputado Marcelo Ramos, tem o deputado N.V.R. e seguido o tempo de liderança do avanche para o deputado André Janonos. Deputado Marcelo Ramos.

Senhor Presidente, senhores deputados, o Brasil tem uma significativa produção de amendoim, e o amendoim é o elemento importante da exportação do agro no nosso país. O meu estado do

Amazonas não produz amendoim, mas eu não tenho responsabilidade só com o Amazonas, eu tenho responsabilidade com o Brasil.

Mais de 90% da produção de amendoim no Brasil está no estado de São Paulo, mas eu quero trazer a esta casa um problema grave, porque 48% da exportação de amendoim está concentrada no eixo Rússia e Ucrânia. 12% do amendoim produzido no Brasil é exportado para Ucrânia e 46% do amendoim produzido no Brasil é exportado para Rússia. Com a guerra, nós temos toda essa exportação paralisada em navios que saíram do Brasil e paralisadas aqui nas centrais de armazenamento. É preciso que o Ministério de Relações Exteriores possa fazer uma intervenção para que a gente encontre saídas para essa exportação. Os exportadores já buscam alternativas para Ucrânia.

A exportação tem sido feita como intermediário porto de constância na Romênia e de lá rodoviário para Ucrânia e na Rússia em portos alternativos que estão fora da área de guerra.

Mas é preciso um esforço do Itamaraty para negociações que abram essas fronteiras, mas também para permitir que a Índia, que é a maior consumidora de amendoim do mundo, possa importar amendoim brasileiro, pelo menos nesse momento de crise das exportações para Rússia e para Ucrânia.

Isso é fundamental para a nossa balança comercial, mas também para a geração de centenas de empregos para os brasileiros. Então esse era o meu primeiro apelo.

Dito isso, eu quero tratar aqui rapidamente de dois temas. O primeiro deles é a Lei Paulo Gustavo, que o presidente vetou.

Nós vamos trabalhar para pautar imediatamente na pauta do Congresso Nacional e trabalhar para derrubada do veto. E no tema do PL da fake news relatado pelo deputado Orlando.

Eu vejo muita gente falar, deputado Daniel, em ler o livro 1984. E eu quero propor também que se leia o livro Engenheiros do Caos, de Juliano da Empoli, que trata de como as fake news influenciam no resultado das eleições e no resultado das des...

Então, e já concluo, seu presidente. E digo isso porque fui um dos críticos do texto inicial do deputado Orlando. Mas vejo no deputado Orlando absoluta abertura para a construção de um texto que verdadeiramente seja um instrumento de combate a fake news.

Ou alguém precisa ir para a tribuna e dizer a verdade. Dizer que estar aqui desta tribuna defendendo o direito de mentir na internet. E eu tenho certeza que ninguém aqui pretende isso. Muito obrigado, seu presidente.

Obrigado, deputado Marcelo Ramos. Já na tribuna o deputado Enver, do PT do Paraná, e seguida pelo tempo de liderança o deputado Andrés Janunes. Deputado Enver.

Muito obrigado, senhor presidente, pela oportunidade. Eu gostaria de ressaltar um momento muito difícil porque passa um setor da classe trabalhadora que são os servidores do INSS.

O INSS tem mais de 1.8 milhões de segurados na fila esperando ser atendido ou para que seus benefícios sejam atendidos. Tem benefícios solicitados que estão à espera há um, dois anos e não conseguem atender.

Imagine o desespero deste segurado, dessa pessoa que precisa do mínimo de atendimento e não consegue. Quando comparamos os prazos dados pelo próprio INSS e o que acontece hoje, mostra o nível que chegou de destruição o INSS.

O governo Bolsonaro não abre concurso. O governo Bolsonaro não cria condições nem de inovação tecnológica para melhorar o atendimento, mas ao mesmo tempo não dá nenhum tipo de correção, congela os salários trabalhadores, o que é pior, não abre a mínima condição de negociação.

É por isso que desde o dia 24 de março as servidoras do INSS cruzaram seus braços, estão parados, estão parados por uma ponta justa, pelo menos a correção do salário, que é o mínimo que se espera do trabalhador é que ele mantenha o seu poder aquisitivo. Isso é o mínimo. O segundo, que se abra concurso, afinal de contas essa fila de pessoas são pobres, são necessitados, são pessoas que sofrem os efeitos dessa péssima política econômica do governo Bolsonaro e Paulo Guedes, na medida que temos um alto desemprego, temos uma inflação altíssima, nós temos a população reduzida de mais de 25 milhões que tinham acesso ou ao Bolsa Família, ou auxílio, ou a

auxílio emergencial e hoje não tem mais, são em torno de 14, 15 milhões apenas que recebem, portanto temos o caos, temos o desespero dos mais pobres, que os que não conseguem ter o mínimo de esperança. Por esse sentido, eu quero manifestar o meu apoio à luta dos servidores do ENSS e quero dizer mais, é preciso que toda esta casa de forma conjunta pressione o governo Bolsonaro para abrir uma mesa de negociação.

Precisamos urgente ouvir os dirigentes desse movimento, precisamos conversar em como construir uma forma de corrigir os seus salários e principalmente, além da mesa de negociação e correção, dar um jeito de abrir concursos.

Com este número de servidores e servidores que temos hoje, essa fila só vai aumentar e o desespero daqueles que precisam do atendimento da Previdência será maior ainda, somando o seu desespero de todo o conjunto da população que hoje deu seu futuro cada vez mais com dificuldade.

Quero, Sr. Presidente, por favor que coloque essa nossa intervenção nos meios de comunicação das câmaras de deputados. Obrigado.

Obrigado, deputado.

Será atendido o pedido de V. Ex. Antes do tempo de liderança do André Janon do Avante, deputado Rui Carneiro.

Em seguida, o deputado Vicentinho Daniel Meida.

Sr. Presidente, senhores deputados, trazer um tema a essa casa de um projeto nosso que já está na mesa já há muitos meses, que é o fim do auxílio mudança.

Uma excrecência que ainda acontece nos dias de hoje, no nosso parlamento, no Brasil, completamente sem sentido, num país de desempregados, com milhões de pessoas que sequer almoçam e muito menos jantam.

Um benefício, inclusive sem sentido, para parlamentares que inclusive moram no Distrito Federal. Ora, que mudança é essa?

Não existe mudança, não existe mudança alguma de parlamentares. E eu venho mais uma vez fazer esse apelo, porque nós estamos mais uma vez próximos de usar de maneira equivocada esse dinheiro público, que é correspondente a um salário de um parlamentar no final do mandato que se aproxima e no início do outro.

Ou seja, nós estamos falando em mais 513 salários de parlamentares, é uma fortuna, no final do mandato e no início do próximo.

É importante que essa casa reveja conceitos e busque dar demonstrações de maturidade à população.

É por isso que muitas vezes a Câmara, o Senado, os parlamentares são desacreditados por circunstâncias como essas, sem explicações, sem sentido, sem lógica.

É como foi no passado, por exemplo, que os parlamentares tinham direito e nós lutamos contra o fim do 14º, 15º salário.

Vamos dar uma resposta à sociedade, vamos dar um basta a tudo isso. Da mesma maneira que acabou o 14º e 15º salários, vamos acabar com auxílio mudança, sem lógica, sem senso algum num país que passa por extremas dificuldades.

Muito obrigado, senhor presidente e deputado André Janone, pela sessão do tempo.

Obrigado, nobre deputado, pelo seu pronunciamento. Pelo tempo de liderança do avante, o deputado André Janone, do avante do Estado de Minas Gerais, da Salência, dispõe da palavra.

Boa tarde, senhores deputados, senhoras deputadas, eu venho aqui hoje nessa tribuna denunciar a todo o povo brasileiro que nos acompanha nesse momento, que na noite de ontem o presidente Jair Messias Bolsonaro, mais uma vez, como fez em contravés vezes durante o exercício do seu mandato, vetou um projeto de lei aprovado por essa casa e que tinha como objetivo principal colocar dinheiro na mão dos mais pobres.

Dessa país de quem precisa de quem de fato foi afetado pela pandemia do coronavírus no nosso país e ele fez isso ao vetar a lei Paulo Gustavo e aí alguém pode me perguntar, olha Janone, você tá mal informado, essa lei previa destinar recursos apenas para a cultura. Não, essa é a narrativa criminoso sustentada por Jair Bolsonaro que busca desde o início do seu mandato até o dia de hoje criminalizar a cultura no nosso país, criminalizar a classe artística e a gente precisa aqui deixar de maneira clara para o povo brasileiro quem faz e quem consome cultura no nosso país.

Quem faz cultura no nosso país não é só a estrela principal de um espetáculo que tá lá em cima do palco, quem faz cultura no nosso país é o pipoqueiro, é o vendedor de ingresso, é a camareira, é o vigilante, são todos os trabalhadores envolvidos na produção artística do nosso país.

E quem consome cultura no nosso país não é só elite financeira, não é só elite intelectual, a pandemia mostrou claramente isso, mostrou a importância das atividades artísticas e culturais, inclusive na saúde mental do brasileiro.

Pois se não fosse pelas lives dos cantores, pelo filme, pela Netflix, por aquele pouco ali que a gente conseguiu manter o acesso, os efeitos danosos para a saúde mental do nosso povo, teriam sido ainda maiores.

Então tá na hora da gente começar a desmistificar, a descriminalizar a atividade cultural no nosso país, derrubando o veto na próxima sessão plenária do Congresso Nacional, derrubando o veto do presidente Jair Bolsonaro, que repito, impede que o dinheiro chegue na mão dos trabalhadores do nosso país.

Bolsonaro diz aqui nas suas razões de veto que o projeto estava vetando porque ele apresenta contrariedade ao interesse público.

O que contraria ao interesse público, presidente? É um pacote de arroz a 25 reais. Contraria ao interesse público a gasolina custando

8 reais.

Contraria ao interesse público, vossa excelência ter anunciado um empréstimo de mil reais para os mais pobres, para quem está com o nome negativado, e essas pessoas não estarem conseguindo acesso a esse crédito.

Para finalizar, presidente, uma dica, sei que o senhor não é muito afeito a livros, mas estude sobre o que é economia criativa, sobre o que o setor de eventos, o setor artístico traz para o país em termos de renda e de geração de empregos.

E um último pedido, que vossa excelência possa ter pela primeira vez uma sensibilidade com os mais pobres desse país que estão muito mais preocupados com colocar comida na mesa do que com o debate ideológico que vossa excelência propõe para desviar a atenção do nosso povo.

Muito obrigado a vocês e um grande abraço.

Obrigado, novo deputado.

André Janones, pelo seu pronunciamento, com a palavra deputado Leonardo Gadelha, PSC da Paraíba.

Vou retornar a inscrição, poucos instantes nós chamamos o deputado Newton Tato, em seguida o deputado Vicentinho.

Obrigado, presidente, Charles Fernandes.

Eu venho aqui, essa tribuna talvez por um pronunciamento não muito usual nessa casa, mas se trata de uma carta muito importante de 31 parlamentares do parlamento alemão.

Uma carta dirigida ao presidente desta casa e também a todos os colegas parlamentares.

"Preocupação com a legislação relativa aos territórios indígenas, projeto de lei 191 e projeto de lei 490".

Excelentíssimo senhor presidente da Câmara dos Deputados, excelentíssimos e excelentíssimas membros do parlamento.

Conhecendo e reconhecendo a relação especial entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, que reuniu nossos dois países como parceiros estratégicos em muitos níveis políticos, administrativos, econômicos, bem como os culturais e sociais,

nós, membros do Bundstag alemão de vários grupos políticos, recorremos a vossa excelência

para expressar nossa preocupação com várias iniciativas legislativas atualmente pendentes no Congresso Nacional Brasileiro

e ao mesmo tempo para expressar nosso compromisso pleno e duradouro com a boa cooperação entre nossos dois países.

De acordo com relatórios da imprensa do Brasil e da Alemanha, o Congresso Nacional Brasileiro, com suas duas câmaras, está atualmente discutindo alguns projetos de lei e em breve o submeterá a votação das duas câmaras.

Esses projetos de lei tocam nas questões da integridade física e territorial de terras indígenas, legislação ambiental e distribuição equitativa das terras no Brasil. Especificamente, esses projetos são PL-191/2020 com objetivo de liberalizar a mineração

e a produção de energia hidroelétrica em territórios indígenas e o PL-490/2007 com objetivo de transferir

a demarcação de territórios indígenas do Executivo para o Legislativo.

Observamos com grande preocupação que houve uma votação em 9 de março de 2022 para a tomada de decisão para classificar o PL-191 como urgente, sendo que o mesmo será votado antes do final de abril, apesar dos protestos das organizações indígenas, das séries de preocupações constitucionais levantadas pelo Ministério Público, entre outros. Tanto o Brasil quanto a Alemanha estão enfrentando desafios internos extraordinários devido ao agravamento da crise climática. As soluções também se encontram no prosseguimento e aprofundamento das relações bilaterais entre os dois países, na proteção e preservação dos biomas brasileiros como a Amazônia, o Cerrado, o Pantanal e a Mata Atlântica, que são extremamente importantes para o Brasil e para a comunidade global. Deve ser dada especial importância em respeito à proteção e garantia dos direitos humanos e territoriais indígenas. A República Federal da Alemanha reconheceu a importância indispensável dos povos e comunidades tradicionais. Também aprovaram a Convenção 1.9 no Parlamento Alemão e aqui no Brasil também. E aí, pede, entendeu? Só... Pede aqui a ratificação dos projetos da CIMA mencionado, representaria enorme ameaça ao direito dos povos e comunidades indígenas do Brasil. Por isso pedimos-lhes, a Conduza pessoalmente, uma forte campanha pela rejeição dos projetos de lei acima mencionado. É esta preocupação comum do Parlamento Europeu, também da sociedade brasileira, da comunidade internacional, dos povos indígenas, do acampamento Terra Livre. E esta casa precisa dar um basta a esses retrocessos. Obrigado, novo deputado. Com a palavra do deputado Vicentino e seguido do deputado Daniel Meydan. Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, nos últimos dias 26, 27 e 28, eu tive a honra de representar vossas excelências na nona sessão internacional do Parlamento Internacional pela Tolerância e Paz, que ocorreu nos municípios de Dubai e Abu Dhabi, lá nos Emirados Árabes. São quase 90 países, cada país mandando o seu deputado, foi aqui em missão oficial, e todos os continentes ali representados. Este Parlamento que realizou a nona sessão é composto de pessoas que têm como objetivo fundamental a luta pela paz e a luta por respeito aos pensamentos diferentes, respeito à democracia, respeito às religiões diferentes, na luta contra todo tipo de preconceito, seja ele religioso, seja ele de qualquer espécie, na luta contra o racismo. E este Parlamento que é um membro, faz parte do Conselho Global pela

Tolerância e Paz,
presidida pelo senhor Ahmed Bin Mohamed Ajauluan,
e também presidida o Parlamento pela nossa colega deputada Margarita Restrepo Arango da Colômbia,
e que tem o nosso querido companheiro Gustavo Acosta, deputado de Costa Rica, de El Salvador,
que é o nosso coordenador, digamos assim, para os que falam a língua latino-americana em especial, o espanhol.
Neste encontro em que debatemos, nos encontramos com representantes do governo daquele país,
estivemos no centro do Parlamento, lá do Conselho Federal, debatendo políticas para fortalecermos o caminho da paz.
E ali concluímos um trabalho específico para a nossa juventude, desenvolver políticas de paz,
cuidar dos jovens para que não virem monstros, monstros intolerantes,
preconceituosos, violentos, carregados de ódio.
Cuidar da nossa juventude para que sejam homens e mulheres, construtores da paz,
onde quer que estejam, quais sejam as funções por eles exercidas no âmbito do mundo,
do trabalho, da cultura, do mundo jurídico e, sobretudo, no mundo político.
Foi um grande e importante encontro.
E lá, senhor presidente, nós lançamos uma nota para a conclusão, presidente,
lançamos uma nota, um memorando, uma nota em que manifestamos a nossa preocupação com a paz.
Inclusive, a situação na Ucrânia foi tema desse debate, em que se quer uma solução diplomática, negociada, porque na hora que vem a situação da guerra,
os primeiros a sofrerem são a verdade e o povo simples e os civis.
E, por fim, senhor presidente, apenas peço, apenas mais 30 segundos para informar
que o presidente Arthur Maia, presidente desta casa, assinou o memorando,
que eu também tive a honra de assinar, o memorando que firma um convênio
entre esse parlamento internacional pela tolerância e paz e esta casa de leis do Brasil.
Significa que o nosso parlamento, os senhores deputados, o parlamento brasileiro,
está também comprometido com esta política. Obrigado, senhor presidente.
Obrigado, nosso deputado Vincentinho.
O senhor ocorre de nova assalência, presidente Artuleira.
Com a palavra do deputado Daniel Almeida, PCB do Estado da Bahia.
Para agradecer, senhor presidente, à população e amigos de Vitória da Conquista,
estive neste final de semana numa plenária do vereador Anderson, vereador combativo, de luta, organizado, que tem uma presença forte em Vitória da Conquista,
ao lado do deputado Fabrício Falcão, que é uma das destacadas lideranças de conquista da Bahia

e da região, ali prestando contas das ações, dos mandatos e afirmando compromissos de continuarmos juntos nessa trajetória de lutar pelo progresso, o desenvolvimento de Vitória da Conquista. Então, nossos agradecimentos a todos os amigos filiados do PCB e particularmente ao vereador Anderson. Também agradecendo a recepção que tive no município de Tanque Novo. Lá foi recebido pelos ex-prefeitos Vanderlei e Juca, por vereadores como o Alex, o professor Newton e diversas outras lideranças do município, inclusive o prefeito Ricardo, visitando obras, ações, decorrentes de emendas que apresentamos aquele município, são muitas as ações da parceria que fazemos com estas lideranças, como a Praça Marques, como obras de requalificação e equipamentos no hospital municipal, ambulâncias, postos de saúde, poços artesianos, sistemas de água, enfim, um conjunto de obras que temos realizados ali no município de Tanque Novo, então quero agradecer a recepção que tive ali e afirmar aqui os compromissos de continuarmos juntos. E também, pela recepção, eu quero agradecer a recepção que tive no município de Caetite, município tradicional, nós sempre tivemos um trabalho forte e presente naquela terra e ali fomos anunciar emenda para custeio das atividades de saúde no hospital Senhora Santana, que comemora 60 anos de existência e tem uma marca forte de prestar bons serviços à comunidade em Caetite e fui recepcionado pela ex-vice-prefeita, aquela ex-vice-prefeita, a doutora Fátima, os vereadores Mário, vereador João do Povo, o ex-vereador Macilho, ao lado da deputada Fabiola Mansu e de tantas outras lideranças no município de Caetite. Então quero aqui dizer da alegria de estarmos circulando a Bahia e percebendo que as nossas ações, nossas atividades, as nossas lideranças confiam no projeto da Bahia, nas transformações do nosso país e nós vamos continuar juntos trabalhando em favor da Bahia dos Baianos com todos esses parceiros em cada uma dessas localidades, em cada um desses lugares que nós estamos nos apresentando para continuar essa trajetória e entregando ações, entregando obras que a comunidade e as comunidades desejam tanto, merecem e que precisam serem ampliadas. Obrigado a todos. Obrigado, deputado Daniel Mede do PCDB do Estado da Bahia pelo seu pronunciamento. Com a palavra a deputada Regiane Dias, deputado Bênis Leocardio, deputado Leonardo Monteiro, deputado Felício Lattessa, deputada Jandira Pegale, Felipe Carreros, Marcelo Calero, mais novo integrante do PSD nacional, Marcelo Calero do PSD do Estado do Rio de Janeiro. Se junta a nossa bancada. Presidente, muito obrigado pelas boas vindas pela acolhida que o PSD me deu e a todo o grupo político do prefeito Eduardo Paes, nosso presidente estadual, que ia fazer uma saudação especial ao deputado Pedro Paulo, nosso secretário de Fazenda até semana passada, com que eu tive a honra de ombrear no

governo municipal, que fez um trabalho presidente revolucionário, rehabilitando as finanças do Rio de Janeiro que haviam sido destroçadas pelo governo anterior. Da mesma forma, sob a liderança do prefeito Eduardo Paes, nós procuramos dar uma nova tônica à gestão municipal do Rio. Mas o que me traz aqui hoje, presidente, é um assunto de extrema importância, que foi o veto que o presidente Jair Bolsonaro deu à lei Paulo Gustavo. Todos nós sabemos da importância da lei Paulo Gustavo. A lei Paulo Gustavo, ela dá à cultura um segmento que é vetor de desenvolvimento econômico e social do Brasil, para além do aspecto da nossa identidade. A cultura tem a sua dimensão imagética, simbólica, é a identidade nacional e por isso precisa ser permanentemente valorizada, sem falar nos milhares de empregos, na geração de renda e até nos impostos que ela gera. Mas esse veto foi dado à lei Paulo Gustavo com uma justificativa peculiar, dizendo que ela seria contrária ao interesse público. Ora, o que é interesse público? Seriam as rachadinhas? Seria orçamento secreto? Seriam os gastos milionários no cartão corporativo?

Eu fico me perguntando o que pode ser de maior interesse público do que prover a estados e municípios a condição de investir na cultura local.

Esses recursos, Presidente, que chegarão, porque nós derrubaremos o veto e nós vamos trabalhar pela derrubada do veto, esses recursos vão chegar de forma capilar no Brasil inteiro. E de novo, por meio dos investimentos que estados e municípios farão nas culturas locais, nas manifestações locais. Por isso, eu queria lembrar que esse PL, o PL Paulo Gustavo, ele foi amplamente favorecido tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados. No Senado foi por quase unanimidade e aqui na Câmara dos Deputados recebeu um apoio maciço. Portanto, Sr. Presidente, é urgente que as forças políticas do Brasil se mobilizem, se engajem nessa luta junto com a sociedade civil, Sr. Presidente, para que nós possamos derrubar o veto do Bolsonaro ao PL Paulo Gustavo. Eu espero sinceramente que a cultura volte a ser posicionada no lugar de destaque que ela merece, Presidente. Eu como ex-ministro da cultura tive a honra de fazer a gestão nacional da cultura no Brasil e por isso sei da relevância que o setor tem novamente, não apenas sobre o ponto de vista da identidade nacional, mas também e sobretudo eu diria, do ponto de vista e do vetor de desenvolvimento econômico e social, geração de emprego, geração de renda. Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, anão deputado Marcelo Calero, pelo seu pronunciamento. Com a palavra o deputado Nery Geller, do PP, do Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente, nobres colegas parlamentares, venha essa tribuna hoje para comemorar Cuiabá 303 anos. Venha essa tribuna no dia de hoje homenagear o povo cuiabano que comemora no próximo dia 8 de sexta-feira os 303 anos da nossa capital Cuiabá. Terra quente de calor humano, rica em história e cultura que aprendi a admirar, a respeitar e a valorizar.

Com um jeito de falar que contagia, acolhe os que vêm de fora como eu vim de lá do sul e construí a vida, fiz amigos, formei família em Mato Grosso e me encantei com a Cidade Verde. Em breve meu vínculo com essa terra calorosa ficará ainda mais forte porque terei na família a minha Cuiabaninha que vai nascer nesse lugar cheio de encantos mil.

E aproveito para dizer que tenho imenso orgulho por ter contribuído para revitalizar obras importantes como no caso do mercado do Porto, antiga Feira do Porto, um espaço importante para a população Cuiabana.

Essa é uma das outras ações realizadas em parceria com o prefeito da nossa capital, Emmanuel Pinheiro, e com o governador Mauro Mendes. Parabéns querida Cuiabá. Conte comigo aqui no Congresso Nacional para ajudar a construir uma cidade cada dia melhor de se viver.

Abrço a todo o povo Cuiabano em Mato Grossoense.

Obrigado, novo deputado Nery Ghele, do PP de Mato Grosso, pelo seu pronunciamento. Com a palavra deputado Marcel Von Hatte.

Deputado Roberto de Lucena. Deputado Cristo Nieto. Deputado General Paternel.

Deputado João Nismura. Deputado João Daniel. Deputado Daniel Coelho. Deputado Henrique Fontana.

Deputado Bibó Nunes. Deputado Eduardo Bolsonaro. Deputado Gleishoffa. Deputado Coronel Tadi. Deputado Júlio César.

Senhor Presidente, senhoras e senhores parlamentares, todos que nos acompanham pelas redes sociais, pela TV Câmara, gostaria, senhor Presidente, de entregar aqui, para dar como lido nesta casa, um pequeno trecho de um discurso em homenagem ao último dia 2 de abril, o Dia Mundial da Conscientização do Autismo.

Celebramos neste dia uma data criada pela ONU, em 2007, com o objetivo de informar e reduzir a discriminação e o preconceito contra as pessoas que apresentam o transtorno do espectro autista.

Quero parabenizar o vereador Arnaldo de Oliveira e a prefeita Marília, do município de Contagem, pela realização de algumas ações voltadas para conscientizar a população sobre o autismo.

A cidade foi iluminada na cor azul e foi realizada uma grande carreata nesta homenagem.

Peço a vossa assistência para complementar este texto, também que parabenizemos a senhora Josimar Rosária da Silva, Josi Silva da AMAIS, grupo de apoio autista, pais e familiares, que durante a sessão plenária da Câmara Municipal de Contagem, falou sobre as conquistas, demandas e como tratar e respeitar a pessoa autista.

A AMAIS surgiu em 2013 com um grupo de cinco mães dispostas a trocar experiências entre si.

Era uma troca muito positiva e elas então decidiram compartilhar esse apoio mútuo.

O AMAIS pensa no coletivo e quer que o autista seja respeitado. Hoje são cadastradas mais de 230 famílias autistas em todo o município de Contagem, que recebem atendimentos multidisciplinares e podem se reunir para

eventos e com fraternização.

Finalizando, Sr. Presidente, desde então foram muitas conquistas no município de Contagem.

A Lei 4508, que constitui o dia 2 de abril como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo,

Lei 4552, que reconhece o autista como pessoa com deficiência e permite ter os mesmos direitos de outras pessoas assim com deficiência.

E também o Dia Mundial do Orgulho Autista, instituído em maio de 2019 pela Lei 4995 do município de Contagem.

Nessa última conquista, a concessão da credencial do Estacionamento Prioritário para Autistas,

concedida pela Prefeitura de Contagem pela Portaria nº 11 de 2022.

E quero parabenizar aqui a todos os envolvidos por esse grande feito, por essa grande defesa

e por essa conscientização daquelas pessoas que sofrem do transtorno do espectro autista.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e agradeço o apoio e o empenho de todos nesta casa

para a divulgação do texto que deixo aqui para dar como lido.

Muito obrigado, nobre deputado Neuto Cardoso Jr.

por seu belíssimo pronunciamento.

O mais novo integrante da bancada do PSD vem do estado do Rio de Janeiro, o novo deputado Pedro Paulo.

Nossa nessa dispõe da palavra. Obrigado, presidente.

Charles Fernandes, um prazer vê-lo aí presidindo essa sessão.

Saudar os companheiros, deputados e deputadas, dizer que estou de volta ao parlamento,

com um mandato que honrosamente me deu, Cariocas e Fluminense, em 2018,

mas que durante um ano e três meses eu tive como missão delegada pelo prefeito Eduardo Paz,

na cidade do Rio de Janeiro, seu secretário de Fazenda e Planejamento.

E durante um ano e três meses colocamos a casa em ordem,

a prefeitura estava praticamente quebrada, quase sete bilhões de reais em dívida,

e nós transformamos aquilo que era caos em uma prefeitura organizada,

que cumpre regras fiscais, que tem planejamento, que sabe onde quer chegar,

e que começa a devolver para os cariocas bons serviços da altura da expectativa que o carioca merece.

Mas de volta ao parlamento, de volta aos temas que marcaram a minha história aqui nessa casa, presidente,

como por exemplo a pauta fiscal, que é a minha especialidade,

temas que eu acho que são importantes para o Brasil alcançar ainda mais responsabilidade

com as suas finanças públicas, que é com isso que se permite

realizar investimentos de infraestrutura,

realizar investimentos sociais, eu acho que tem uma série de temas ainda pendentes,

como a reforma tributária, reforma administrativa, trazer por exemplo,

alimentos de meritocracia para a gestão pública, que é o que nós fizemos na cidade do Rio de Janeiro, e que o governo federal ainda precisa, ou seja, estar à disposição feliz de estar nas fileiras do PSD, um partido que eu me sinto absolutamente à vontade, primeiro sobre a liderança do presidente Gilberto Kassab, e por essa bancada aguerrida que hoje completa 46 deputados, me sinto também à vontade ideologicamente, porque é um partido de centro, um partido liberal do ponto de vista do olhar econômico, um partido progressista nas pautas sociais, sem qualquer tipo de conservadorismo radical, mas um partido que defende a democracia, um partido que não vai transigir com qualquer vírgula que não seja a democracia, a liberdade individual, e a garantia dos direitos àqueles que estão garantidos na Constituição.

Por isso, presidente, estou aqui animado por mais esse novo ciclo aqui no parlamento, essa casa plural, essa casa que em vários momentos deu demonstração de grandeza, uma casa propositiva, e eu modestamente nessa bancada quero contribuir na formulação de projetos que possam ajudar o Brasil, que possam ajudar meu Estado, o Rio de Janeiro e os cariocas.

Obrigado, presidente.

Obrigado, o novo deputado Pedro Paulo, o novo integrante da bancada do PSD, e certamente já foi muito bem recebido pelo nosso presidente Gilberto Cassaba e pelo nosso líder nacional, nosso deputado Antônio Brito. Seja muito bem-vindo, deputado Pedro Paulo.

Com a palavra deputado Henrique Fontana, do PT do Estado do Rio Grande do Sul.

Você continua acompanhando a fase de breves comunicações dessa sessão plenária, daqui a pouco deve ter início a fase de votações, a ordem do dia, e há uma expectativa para votação do requerimento de urgência do projeto de lei que trata das fake news.

Deputados e deputadas, o debate hoje na nossa Câmara Federal é o debate sobre o projeto de lei que quer diminuir o impacto da mentira na política.

Projeto de lei que quer diminuir, deputado Afonso Florenci, o impacto daqueles que fazem desta ferramenta, que está muito bem descrita no livro Engenheiros do Caos, descrito por Da Empoli, fazem desta ferramenta, a ferramenta da mentira, da construção de uma pós-verdade, uma realidade paralela, fazem deste mecanismo um verdadeiro mecanismo de guerra para arrebanhar com a democracia e dificultar a compreensão do eleitor, do cidadão, sobre o que de fato está em jogo quando ele, com o seu voto, pode definir rumos melhores para o nosso país.

Então este projeto de lei, relatado pelo deputado Orlando Silva,

evidentemente não é um projeto de lei perfeito.

O combate a mentiras, fake news, ele é um processo extremamente complexo.

Ele desafia o mundo inteiro e as democracias do mundo inteiro precisam se proteger contra as redes de mentira.

Deputado Ildo Rocha, agora, esta lei que está proposta aqui melhora e muito a democracia brasileira.

Porque ela, por exemplo, deputado Sola, ela propõe que se garanta a criminalização dos chamados disparos em massa.

Ou seja, é aqueles que colocam ali milhares, milhões de reais, montam uma mentira, montam um vídeo

para gerar uma mentira, disparam rapidamente para confundir o eleitor.

Então hoje a ampla maioria do povo brasileiro não acredita no discurso bolsonarista.

A maioria do povo brasileiro sabe que o bolsonarismo se calçou nesta rede de mentiras

para poder, na verdade, criar um processo ilusório que levou a um acidente histórico no país, que foi a eleição de Bolsonaro.

Portanto, com este projeto de lei, que do meu ponto de vista, precisamos apoiar aqui por ampla maioria,

nós teremos uma democracia com verdadeira e mais ampla liberdade de expressão.

Eu acho gozado que eles falam lá do outro lado a palavra censura. É o oposto.

A censura, na verdade, é a rede de mentiras que, com a desinformação, distorce o processo de compreensão real.

E eu peço 30 segundos para concluir. Veja, por exemplo, a mentira sobre o preço da gasolina, do diesel e do gás de cozinha.

O presidente Bolsonaro mente dizendo que o problema são os governadores, que o problema é Petrobras.

Não, o problema é ele, Bolsonaro, que de fato adotou a política de preço de paridade com o dólar

e, com isso, explodiu o preço da gasolina, do diesel e do gás de cozinha.

Este tipo de versão de mentiras que sustenta o bolsonarismo e sustenta outros projetos de extrema direita, mundo afora, é que será combatido também por este projeto de lei que nós averemos de votar aqui.

Lógico que existem outras coisas importantes, por exemplo, o inquérito que está em curso no Supremo Tribunal Federal.

Não fosse este inquérito, nós teríamos muito mais redes de mentira e muito mais assalto à verdade contra a democracia.

Por isso, do meu apoio, com toda a convicção, a votação deste projeto de lei hoje à tarde.

Obrigado, o deputado.

Henrique Fontana, um minuto, deputado Ricardo Silva, em seguida, o deputado Joio de Sola, deputado Ricardo Silva.

Senhor presidente, nobres colegas, deputados e deputadas nessa casa, eu faço questão de chamar a atenção de todos e mandar parabéns para uma cidade muito querida nossa,

para Jeriquara, completando 58 anos, nesse momento, abraçar o prefeito Éder, prefeito competente,

lutador pela cidade, o vereador Luiz Paulo, estamos conseguindo

agora uma ambulância, 0 km para a cidade, junto com o deputado estadual Rafael Silva, numa parceria do nosso mandato, meu pai, o Rafael Silva. Também agora, 250 mil reais para a saúde de Jeriquara, abração dessa população maravilhosa, mais uma vez, em nome do prefeito Éder, do vereador Luiz Paulo, de toda a Câmara Municipal.

É uma soma de esforços para ajudar Jeriquara no seu desenvolvimento. Muito obrigado, presidente.

Obrigado, Ricardo. Nobre deputado Ricardo Silva, novo integrante do PSD do Estado de São Paulo.

A palavra do deputado Jorge Sola, do PT do Estado da Bahia, em seguida, o deputado Roberto de Lucena.

Obrigado, presidente. Primeiro, eu queria reforçar os colegas que me antecederam, cobrando a votação do projeto do enfrentamento às fake news. E lembrar, inclusive, a responsabilidade grande das fake news nos mais de 650 mil mortes nesse país. Bolsonaro mentiu escandalosamente dizendo que quem vacinar, quem vacinar, se virava jacaré. Quem vacinasse ia sofrer consequências, efeitos colaterais. Fez propagandas de vacina, deputado Afonso. Propagandas de vacina tem que ser criminalizada. É um atentado contra a vida e a saúde das pessoas. Nós não podemos permitir que continue prosperando a mentira. E muitas vezes a mentira mata. E a mentira matou no Brasil durante a pandemia.

A mentira matou a democracia quando fez com que Bolsonaro fosse eleito com base em mentiras, em fraudes. E a mentira ataca as políticas que são as mais importantes nesse país.

Eu quero aproveitar para mandar os parabéns ao município de Domacedo Costa, presidente Chávez, nosso colega baiano. Cheguei lá segunda-feira, 60 anos, no município Domacedo Costa, parabenizar o prefeito Guito, agente comunitário de saúde, nosso colega na saúde, o vice-prefeito Senhozinho, os vereadores, toda a equipe do governo municipal e toda a população do município relativamente jovem, um dos menores município e população, mas que tem uma administração das mais positivas nas gestões municipais atuais.

E parabenizar também o prefeito Júlio Piero de Amargosa, também estivemos lá, não no aniversário da cidade agora, mas para comemorar uma série de feitos da administração municipal, de inaugurações, de ordem de serviço, vai pavimentar uma grande área da cidade, acesso ao urbidôs, que é um dos maiores bairros, entrega de equipamentos na saúde, entrega de investimentos na educação e novos projetos importantes para aquele município, para o município de Amargosa, parabenizar o prefeito Júlio Piero, o vice Getúlio e toda a equipe do governo municipal. E pedir, aproveitando

inclusive a presença do nosso presidente Artur Lira, que a gente possa colocar na pauta hoje um projeto tão importante como esse da questão do enfrentamento das fake news. Já tivemos a comissão especial, já tivemos diversos debates, o projeto é maduro, o projeto é necessário, o projeto é imprescindível que seja pautado, nós precisamos de habilitar essa votação, assim como o presidente Artur Lira, a PEC 13, que hoje foi aprovada na comissão especial e vai trazer um grande resultado para a educação. De um lado, não penalizando os gestores que não cumpriram o mínimo de investimento na educação durante a pandemia, mas por outro lado, fazendo com que o que não foi gasto durante a pandemia tenha que ser aplicado nos próximos dois anos. Então, no final dos quatro anos, os prefeitos e prefeitas vão estar cumprindo o mínimo necessário para a educação e vão, no aporte, suplementar nos próximos dois anos... Obrigado. O aporte, complementar nos próximos dois anos, viabilizar o suporte necessário para recuperar, pelo menos parcialmente, as perdas que nós tivemos na formação na educação dos nossos jovens, dos nossos estudantes. Obrigado e peço que seja registrado na voz do Brasil o nosso... O último orador deputado, Roberto Lucena. Obrigado. Senhor presidente, deputado Artur Lira, senhoras e senhores deputados, sou esta tribuna na condição de presidente da Frente Parlamentar, mista em defesa dos direitos humanos e pela justiça social. E como tal, eu quero falar aqui sobre a necessidade deste parlamento se posicionar, se manifestar veementemente, firmemente, contra o estado de coisas na Ucrânia. É nosso dever de humanidade denunciar as atrocidades e mobilizar a opinião pública em apoio à população ucraniana, que está sendo massacrada, a razão pela qual hoje eu estou apresentando uma moção de repúdio para que nós, enquanto instituição, enquanto parlamento, condenemos formalmente a invasão e o genocídio naquele país. Estou também oficiando, em nome da Frente Parlamentar, a ministra da mulher, da família e dos direitos humanos, a doutora Cristiane Brito, sobre as denúncias relatadas, pedindo formalmente ao presidente da República que determine ao Itamaraty providências no sentido de uma manifestação oficial do Brasil, condenando estes atos. São cadáveres espalhados pelas ruas, alguns com as mãos amarradas, mortos com tiros na nuca, registros de valas comuns com centenas de corpos enterrados, denúncias de que desde o início da invasão o exército russo já assassinou milhares de civis ucranianos, inclusive crianças, sequestrou e torturou ativistas e líderes locais, saqueou casas, estuprou mulheres, inclusive adolescentes. Naturalmente, estas informações precisam ser apuradas e confirmadas pelos institutos internacionais. É necessário que os responsáveis sejam cobrados com todo rigor e com o apoio deste parlamento,

com o apoio deste país que prima, que defende a liberdade, a democracia e os direitos humanos.

Muito obrigado, senhor presidente.

Era o registro que eu queria fazer e aqui a minha solidariedade ao povo ucraniano.

Muito obrigado.

A lista de presença registra o acesso de 397 senhoras deputadas e senhores deputados.

Passa-se a ordem do dia. Requerimento de urgência número 840018.

Requeremos, com base no artigo 155 do regimento interno, regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei número 681217, que dispõe sob atificação criminal da divulgação e compartilhamento de informações falsas ou incompletas na rede mundial de computadores e de outras providências.

Os senhores líderes, parem encaminhar o requerimento a favor da deputada Henrique Fontana.

Senhor presidente, quero requerer o tempo do PSB também.

Tempo de líder da deputada Lides, por favor, deputada.

Então começa a ordem do dia já como previsto para a votação inicial do requerimento que torna crime divulgar ou compartilhar notícia falsa na internet.

O requerimento para votar, para colocar como urgente o Projeto de Lei 6.812.2017,

que é o projeto chamado de "projeto de combate às fake news".

Então, antes a deputada Lides da Mata falando pela liderança do PSB.

Foi anunciada agora a votação de uma urgência de um projeto muito importante para essa casa.

Esse projeto 6.812, data de 2017, a eles foram apensados 26 outros projetos.

Dentre estes, o projeto 2630. E ao projeto 2630, mais 80 projetos foram apensados.

E o deputado operoso e talentoso Orlando Silva é o encarregado, é o relator,

para oferecer a esta casa um texto único que nós possamos debater e vir a aprovar posteriormente.

Desde ontem, nós temos ouvido diversas manifestações contrárias ao projeto,

buscando caracterizá-lo de forma absolutamente inapropriada como projeto da mordaga.

Este método de apelidar, de criar motes, de repetir motes que são inverídicos, falsos,

eles são a própria expressão, aquilo que nós queremos combater, às fake news.

Quando se fala em projeto de mordaga, quando se põe apelidos no projeto,

é para esconder da população que nos ouve, que acompanha esta casa, que se pronuncia na sociedade brasileira

que este projeto é um projeto para dar transparência e combater as fake news.

Fake news que a sociedade rejeita. Em diversas pesquisas que foram realizadas,

a população brasileira rejeita fake news e quer que ela possa ser afastada da política e da sociedade brasileira.

Não há um deputado aqui ou uma deputada que possa concordar com a

manutenção das coisas no nível que estão.

Qualquer deputado aqui e qualquer deputada pode ter sua honra ofendida de maneira grave durante a eleição e fora dela, da sua família, dos seus amigos, daqueles que defendem, simplesmente por uma estratégia de comunicação que não é espontânea, diferente do que dizem,

que não há absolutamente nenhuma espontaneidade a um profissionalismo contratado e com muito dinheiro por trás para espalhar na sociedade mentiras.

Dizer-se que no passado a Terra era quadrada era uma ideia, mas a ciência provou o contrário.

Portanto, repetir hoje que a Terra é plana ou quadrada é negar a ciência e a realidade, enganar a população, enganar as pessoas com uma ideia falsa, portanto, com uma fake news, estruturar através de mensagens, de inteligência artificial, essa matéria para ela ser distribuída a milhares de pessoas, que constituem uma enganação em um crime.

Tentar dizer que fake news não existia no Brasil, que se tratava apenas de uma discussão de políticos

que queriam retornar ao terceiro turno eleitoral.

Na CPMI, instalada em 4 de setembro de 2019, esse era o discurso.

Entanto, veio a pandemia e a sociedade brasileira pôde assistir que não se tratava apenas de um debate eleitoral entre políticos.

A sociedade conviveu com pessoas divulgando imagens de caixões que eles diziam que estavam sem ninguém dentro,

lá em Manaus, onde centenas de pessoas foram mortas pela Covid-19.

Essas imagens negavam a existência do vírus, negavam a existência da doença,

impediam as pessoas de defender-se e de defender a sua vida.

Portanto, a fake news é mais grave do que apenas a ofensa, a imagem de pessoas, o que já é gravíssimo.

Ela vai adiante, ela é uma ameaça à sobrevivência das pessoas.

E é por isso que esta Câmara dos Deputados não pode se negar a votar esta urgência,

porque é urgente acabar no Brasil com uma prática tão deletéria.

Nós não temos ilusão, a mentira não se extermina, mas é possível sim,

regulamentar a ação das redes sociais e de mentirosos cutumases que não podem continuar se escondendo

no subterfúgio dos gabinetes do ódio para infelicitar a nação com seu ódio.

Por isso, vamos sim votar o projeto PL 2630 e o projeto 6817, de relatoria do deputado Orlando Silva,

que precisa certamente ter modificações, mas que na essência é para a sociedade,

para enfrentar a fake news, especialmente no processo eleitoral.

Grande abraço.

Para orientar o requerimento a favor, deputado Henrique Fontana.

Senhor Presidente, deputado Arthur Lira,

primeiro, cumprimentá-lo por pautar este tema na tarde de hoje.

Segundo, debater com os meus pares, os deputados federais,

deputadas,

que vão tomar uma decisão hoje à tarde, provavelmente na

continuidade da semana que vem,
se nós de fato queremos melhorar a democracia brasileira, dar mais credibilidade a esta democracia,
inclusive a esta ferramenta, que são as redes sociais, ferramentas importantíssimas de comunicação nos dias de hoje,
ou se vamos persistir deixando o Brasil sem uma legislação adequada e, portanto, deixando o Brasil
a mercê da construção de um conjunto de mecanismos que atacam a democracia e que ferem a liberdade de expressão.
Ferem a liberdade de expressão porque, ao contrário do que estão dizendo,
aqueles que se opõem à votação desta urgência, na realidade, ao permitir que na falta de uma legislação mais adequada,
se continue produzindo um conjunto de mentiras que intoxicam a sociedade brasileira, não só na política,
mas também na questão da saúde, também na questão de outras áreas do desenvolvimento científico.
Porque vejam o que aconteceu com o Brasil durante a pandemia.
Diversas redes de produção de fake news introduziram no país a ideia de que seria ruim o povo brasileiro se vacinar.
Houve uma campanha orquestrada e organizada de vídeos extremamente sofisticados e de distribuição feita dentro deste processo de fake news
para convencer o povo brasileiro de que ele não deveria se vacinar.
E isto é gravíssimo porque a mentira, neste caso, não só destrói a democracia,
como ela tirou a vida de milhares de pessoas que poderiam ter sido salvas se acreditassem na ciência
e não fossem intoxicadas por esta rede de mentiras.
A ideia de permitirmos que continuemos com uma espécie de terra de ninguém no mundo das redes sociais
é uma ideia que preocupa o mundo inteiro.
E o Brasil hoje, através do seu parlamento, pode dar um passo decisivo para melhorar esta legislação.
Para combater fake news, para criar critérios que transformem claramente em crime a disseminação
através de disparos em massa de notícias falsas,
que procuram destruir a imagem de pessoas.
E eu peço 30 segundos para concluir, presidente.
Este tema não deveria separar o Brasil entre direita e esquerda, ou centro político.
Este tema deveria separar o Brasil entre aqueles que querem um ambiente real de debate
com combate à desinformação nas redes sociais
e aqueles que talvez queiram continuar se alimentando de redes de ódio, de redes de intolerância,
de guerra cultural, de mentiras para sobreviver politicamente.
Aqueles que querem democracia apoiam esta urgência.
Para encaminhar contra o requerimento, deputado Kinka Tagiri.
Deputado Marcel Van Rattan.
Deputado Bibó Nunes.
Deputado Ildo Rocha.
Os deputados começam a fazer um debate em relação ao próprio mérito do assunto,

que é este texto que prevê punição para divulgação de notícias falsas,
mas o que está sendo votado agora é um requerimento que pede urgência
para que este projeto venha para o plenário, para que seja votado aqui.

Deputado Iudo Rocha.

Senhoras deputados, senhoras deputadas,
Escrevi para falar a respeito da urgência desse requerimento que pretende fazer com que seja votado aqui no plenário sem passar em nenhuma comissão,
porque esse texto, esse projeto, que é oriundo do Senado, ele deveria tramitar nas comissões, nas comissões especiais, ou se não numa comissão especial, deveria tramitar nas comissões permanentes
ou numa comissão especial.

Mas foi formado um grupo de trabalho, esse grupo de trabalho pouco representativo,
tinha menos de 15 parlamentares desse grupo de trabalho, nós somos 513 deputados federais.

Então, com essa quantidade, não representou o pensamento das bancadas,
o MDB mesmo não teve nenhum representante desse grupo de trabalho. Havia representantes apenas de dois blocos, dois blocos partidares apenas,
discutiram e entraram em entendimento para construir esse texto. É um texto que, de fato, em alguns aspectos, ele combate o fake news,
mas não é só isso que está tratando o texto, ele aniquila com as redes sociais,
acaba com a independência dos usuários das redes sociais, ele faz com que as redes sociais no Brasil se tornem diferentes dos outros países,
porque impõe regras que não são necessárias para o bom funcionamento das redes sociais.

Vai muito além do combate a fake news.

Se estivesse tratando apenas do combate a fake news, sem dúvida nenhuma,
esse parlamento estaria totalmente a favor.

Mas o que trata nesse texto, além, logicamente, do combate a fake news,
é tornar impossível a existência das redes sociais, porque as redes sociais elas vivem, sobrevivem de anúncios, de propaganda, de publicidade,
e a forma como está no texto, construído pelo deputado Orlando Silva,
destrói totalmente as condições para alferir qualquer tipo de renda para essas redes sociais.

Então, sem dúvida nenhuma, aprovando esse texto, ele acaba com o WhatsApp,
o WhatsApp vai embora, não vai mais existir o WhatsApp, sem dúvida nenhuma,
Facebook vai acabar no Brasil, não vai ter mais nenhum interesse de existência do Facebook,

YouTube, para que é que vai servir YouTube aqui no Brasil?
Então, eu não vejo sentido nenhum de aprovarmos sem um debate maior esse projeto,
e por isso eu sou contra esse requerimento.

[SILÊNCIO]

Orientação de bancadas. Como orienta o Partido Liberal?
Senhor Presidente, nós somos contrários a essa urgência,
porque esse projeto-lei não pode ser votado agora, ele tem que ser votado após a eleição,
porque esse projeto, senhor Presidente, tem o endereço certo para retirar a possibilidade
do presidente Bolsonaro ganhar no primeiro turno.
Esse é o endereço, quando o STF está a favor, quando o TSE está a favor,
quando a mídia principal está a favor e o PC do B está a favor, nós temos que ser contrário,
porque essa esquerda, amor da senta que se instalou aqui nesse plenário,
não pode, através de lei, querer proibir a liberdade de expressão das pessoas.

Eu sou, eu estudei filosofia, para você construir o saber, você tem que ter comunicação, a linguagem tem que ter trânsito rápido.

Como orienta o PL? Muito obrigado, deputado. Como orienta o PT?
O PT orienta sim, e o colega que me antecedeu, ele foi muito transparente.

Vamos deixar para votar isso depois da eleição? Vamos acabar a mentira na rede social depois da eleição?

Porque se não tiver mentira na rede social, Bolsonaro não se reelege.

Vamos deixar para votar depois da eleição? Para a gente continuar a mentira nas redes sociais?

Para Bolsonaro continuar dizendo que vacina mata, que vai virar jacaré?

Para continuar a mentira sobre o preço da gasolina?

Para continuar a mentira sobre todas as políticas públicas?

Para retomar a mentira das mamadeiras, sim, com símbolos fálicos, com símbolos sexuais?

Para mentir sobre kit gay que nunca existiu? Para mentir como vocês fazem?

Vocês querem continuar mentindo? Vocês querem deixar para votar?

A criminalização da mentira depois da eleição? Que coisa mais transparente, presidente.

Punir a mentira depois da eleição para Bolsonaro poder se reeleger?

Eu vou seguir com a orientação. Eu só queria fazer um esclarecimento ao plenário, de maneira bem tranquila, como a gente sempre faz.

O plenário desta casa hoje pode perder a oportunidade do deputado Cherini se ater o texto.

E dizer no texto realmente quais são as partes boas e as partes ruins do deputado Sola, em vez de falar do presidente Bolsonaro, de caranguejo, de jacaré, falar o que é que há no texto bom para o projeto.

Se nós formos fazer essa discussão de versão de um lado, de versão de outro, se não tem nada bom, deputado Cherini, a gente discute o

texto e vota o texto.

Mas se a gente aqui não aprender, e eu não estou falando isso recriminando ninguém, a posição de cada parlamentar e cada parlamentar, mas o que eu penso que essa urgência poderia permitir é uma coisa que todo mundo reclama, ou de interferência do poder judiciário na vida de cada um, sem regulamentação, ou nos excessos das fake news de um lado e das fake news de outro.

Porque isso hoje é uma coisa comum a todos os partidos, a todas as tendências, eu não estou me referindo ao senhor, se eu quero tempo de liderança, eu lido, estou aqui tentando fazer uma explicação do encaminhamento.

Se não, eu estou dizendo que a gente deveria discutir o assunto, não politizar o assunto, isso é um assunto sério, que vai influenciar para bem ou para mal a vida de todo mundo.

Se nós não tivermos o amadurecimento para discutirmos aqui quais são os artigos onde isso vai pegar, e o deputado Hildo sempre tem essa leitura e a fala dele foi nesse sentido, se nós não politizarmos esse assunto a gente pode produzir, ou não, com a vontade do plenário, a urgência, ou não, a votação, ou não, isso é da democracia.

O ruim é se esse assunto for ficar no nível das duas primeiras orientações.

A gente deixa para lá esse assunto, não vamos nos desgastar com ele, e vamos deixar que as coisas se encaminhem do jeito que puderem ser nessas eleições.

Como orienta o Partido Progressista?

Como orienta a União Brasil?

União vota sim, presidente.

Quem orientou, não vi, desculpe.

O Zacarias.

Zacarias Calil, perdão.

Como orienta o PSD?

Como orienta o Republicanos?

Senhor presidente, nós queremos parabenizar o excelente Pultar, essa é uma matéria importante que nós precisamos enfrentar.

E o nosso partido republicano ainda não há um entendimento solidado, mas nós precisamos discutir essa matéria em relação ao requerimento de urgência,

o republicano orienta sim, sem compromisso com o mérito.

Como orienta o MDB?

Senhor presidente, nós entendemos de que essa matéria precisa sim ser discutida.

A questão é se temos que discutir uma matéria que vai influenciar diretamente a vida do povo brasileiro de forma assodada.

Por quê?

Porque não se passou pelas comissões permanentes, porque não se passou por uma comissão especial.

Os integrantes desse grupo de trabalho foram 15 deputados que não conseguem representar a maioria de todos nós que aqui estamos.

Portanto, como tratar com urgência algo que amanhã afetará a vida de todos nós, sejamos de direita ou de esquerda?

O meu medo é que se esse parlamento votar essa urgência, nós estaremos instituindo novamente o fadado Ministério da Verdade, e é isso que não quer...

A excelência orientou por que partido é o MDB?

Pelo MDB, senhor presidente, e a nossa orientação é não.

Ok.

O presidente vai sair e deduzar os passos de vida.

PSD sim, senhor presidente.

Já lidou após a orientação.

PSD sim, já está com a...

Como orienta o PSD?

PSD sim.

O PSDB, deputado Samuel.

O PSDB entende que essa matéria é uma matéria extremamente delicada.

Nós acompanhamos os debates e no primeiro relatório nós temos

algumas divergências.

Por exemplo, o artigo 38, no que se refere à remuneração dos

veículos de comunicação.

Nós queremos debater isso melhor, mas entendemos que o projeto tem qualidades.

Por exemplo, é preciso regulamentar o envio de robôs.

Milhares de mensagens que são enviadas, que é preciso que haja um mínimo de responsabilidade no envio dessas mensagens.

Então, a regulamentação é necessária cuidando sempre da importância da livre opinião.

Nós entendemos ser assim, mas entendemos que é importante esta urgência.

Não temos ainda um compromisso de mérito, entendemos a importância do projeto e achamos importante votar esta urgência.

PSDB orienta sim.

Como orienta o PDT?

PSB, presidente.

Senhor presidente.

Votaram sim ali no PSB.

Vou orientar por gentileza.

Pois não, deputado Bira.

Presidente, o PSB é favorável sim a essa urgência, entendemos que essa matéria é necessária,

sobretudo para que a gente possa salvaguardar a democracia brasileira.

É isso que está em jogo.

Nós compreendemos que hoje a gente convive com o advento das redes sociais.

Nós não queremos de maneira alguma, em hipótese alguma, cicizar a liberdade de expressão.

Mas é preciso colocar ordem na casa.

Nós podemos ter redes sociais, por exemplo, que não tenham representação no Brasil.

Isso ficou comprovado agora recentemente que o Poder Judiciário não conseguia sequer notificar o responsável

ou aqueles que representam uma determinada rede social, no caso o Telegram.

Portanto, é necessário sim que haja o disciplinamento.

O deputado Orlando tem conduzido muito bem o debate, há muita discussão e flexibilidade.

Não concordamos com todos os pontos, mas faremos o debate e ele é urgente, porque a eleição está bem aí.

Presidente, eu gostaria do espaço de líder agora, se possível. Tempo de liderança, deputado Chirini. Na sequência do pessoal, deputado Maquiona.

Senhor Presidente, eu luto a vida inteira pela liberdade de expressão.

E nós podemos olhar, sentir e ver o que acontece no mundo, nos países que limitam a liberdade de expressão.

Eu só olhar a China, a Coreia do Norte, Cuba, a Venezuela.

Na filosofia, é muito claro, as ideias precisam circular, as ideias precisam andar, para que se construa o saber.

O saber é construído de muitas ideias, até aquelas que naquele momento não seja a mais correta.

Quando o Presidente Arthur Lira, e com todo o respeito ao Presidente que eu ajudei a eleger,

tem uma vontade muito grande que esse projeto seja aprovado, e tem uma preocupação, e é uma preocupação justa,

que o TSE vai legislar, quem sabe que o Alexandre de Moraes vai meter um canetaço, porque ele vai ser o todo poderoso,

e já é o todo poderoso do Brasil.

Agora, vai ser a oposição aqui desse plenário que vai dizer o que é verdade e o que é mentira?

Que tribunal vai ser esse, ou vai ser criado um tribunal especial para o fake news?

Olha, vou repetir, se os grandes meios de comunicação aqui vão ganhar milhões, porque aqui não tem nada de graça,

não tem almoço de graça aqui nesse plenário, vão ganhar milhões.

Se até o Google está reclamando desse projeto, porque realmente é a mordação.

É uma forma que a esquerda encontrou de calar aqueles que constrói um país da verdade.

E hoje nós estamos construindo um país da verdade, e o país da verdade é o país sem corrupção.

Infelizmente, nós temos uma lei, que foi aprovada aqui o marco legal da internet,

lei 12.965 de 2014, bandido não tem lugar em lugar nenhum, muito menos na internet.

Agora, vão cercear o pensamento, a palavra das pessoas, porque há pouco um deputado do PT dizia aqui,

quem serão os julgadores que vão dizer que aquilo que eu estou dizendo, Daniel Silveira, é o correto,

e aquilo que não interessa para eles é o errado.

É isso que eles querem, eles querem o que eles tentam fazer desse país onde todo mundo seja pobre, miserável,

e que obedeça às suas vontades.

É isso que eles querem, não é um monte de coisa que o Lula está falando por aí? Então, é mérito, presidente.

Quando eu disse ali no microfone que existe lei, é só utilizar a lei existente.

Está lá, muito claro, se a pessoa cometer qualquer crime na internet, ele tem a punição.

Inventaram essa história de fake news porque eles são os santinhos, eles nunca fizeram fake news,

quem faz fake news é a turma do Bolsonaro.

Essa é a realidade, é um jogo político sim, e nós não queremos que

esse jogo político passe da urgência,
que a gente derrube aqui, não perca tempo, alhaz, são eles mesmo que dizem,
o povo na rua não está pedindo esse projeto, o povo na rua, eles mesmo dizem aqui, quer discutir,
preço da gasolina, preço da comida, que eles mesmo vieram aqui e disseram,
feche tudo, feche tudo que a economia, nós vamos pensar depois, e o presidente Bolsonaro disse,
a economia também mata, não é só a doença que mata.
Então, está muito claro no projeto, nenhum artigo serve desse projeto, está aqui a análise,
primeiro começa pelo seguinte, quem vai julgar, que tribunal vai julgar aquilo que Giovanni Cerini,
deputado federal vai dizer nas redes? Aquilo que a oposição aqui quer?
O que não for isso será fake news, será um jogo, um jogo terrível, político que essa casa aqui
tem que deixar para que o povo da rua diga aquilo que ele quer, isso é liberdade,
desde o início da pandemia, por exemplo, nós sempre defendemos aqui nesse microfone a liberdade,
mas aqueles malfeitores, aqueles que constroem o mal desse país, quiseram obrigar, obriga isso, fica em casa, obriga aquilo, obriga e obriga e obriga.
Eu quero um país livre para minhas filhas, eu quero um país livre para as nossas crianças,
e não esse país que limita, principalmente, a liberdade de expressão tão sonhada por todos nós.
Então, presidente, nós, além disso, a liberdade de expressão na plataforma,
qual será a fórmula, aliás, com um esforço muito grande do deputado Orlando Silva,
representando essa parte política que quer voltar ao poder a qualquer preço,
inclusive, criando esse projeto aqui, querendo votar esse projeto aqui,
o grande caminho hoje é derrubar a urgência deste projeto.
Nós não podemos, se depois o TSE quiser legislar, nós vamos fazer o que o PT faz aqui,
vai lá e entra na justiça contra eles, não é isso que eles fazem aqui nesse plenário?
Todas as vezes que pegam a votação, se nós votarmos a esse projeto aqui da fake news,
eles vão amanhã depois, se não votar, eles vão entrar na justiça igual.
Então, o importante nesse momento, nós gostaríamos de pedir, encarecidamente, a base do governo que preste bem atenção,
isso aqui é uma fórmula chamada "pega-ratão",
porque o objetivo único é limitar aquelas pessoas que não têm dinheiro,
aquelas pessoas que não têm como estar na Globo, aquelas pessoas que não têm como estar na CNN,
de se comunicar com a sociedade.

Vamos respeitar a lei 12.965, que é o marco legal da internet, nós não precisamos inventar mais leis, é só respeitar, e o STF e o TSE respeitar a Constituição, porque qual é a justificativa de não respeitar a Constituição da Néus Silveira?

Qual é a justificativa de prender um deputado?

Qual é a justificativa de fazer isso?

É a mesma justificativa que eles vão fazer com o fake news.

Por isso, presidente, nós queremos pedir que nós devemos discutir esse assunto, sim,

mas após a eleição, agora ele tem o endereço, ele tem um número certo,

é para atingir aqueles que utilizam da internet para colocar o seu pensamento, as suas ideias.

Fora isso, roubou, não sei o que mais, está lá no marco legal da internet,

é só respeitar aquela lei.

Está muito claro isso, então deputados, prestem bem atenção, isso aqui é um tiro nos pés,

isso aqui é a morte da liberdade de expressão, isso aqui é a morte desse parlamento,

"parlar" quer dizer o quê?

Falar, se comunicar, se apresentar para a sociedade.

Projeto de fake news para esses viventes dizerem aqui estão mentindo,

mas quem são vocês para dizer o que é verdade e o que é mentira?

Donde é que vocês tiraram isso?

Ou vão criar mais um tribunal no Brasil para julgar os bolsonaristas e deixar correr frouxo aqueles que são do outro lado?

Nós não vamos aceitar, por isso, presidente, vamos derrubar esta urgência.

Esse assunto tem que ser discutido após a eleição, porque agora ele está contaminado,

porque essa é a mordaza, é a forma que a esquerda encontrou para tentar voltar ao poder.

O Bolsonaro vai ganhar no primeiro turno,

você pode ter certeza com o projeto de fake news ou sem o projeto de fake news.

Vamos derrubar a urgência. Obrigado, presidente.

– Você conhece a música fake news? – Pelo ordem, presidente.

Tempo de liderança do pessoal, deputada Fernando Melchiorino.

– Presidente, dá só um minuto aqui, dá outra atenção.

Primeiro, presidente, nós queremos lhe parabenizar por botar a votação dessa urgência na tarde de hoje

e fazer o debate com tranquilidade, eu ouvia atentamente as intervenções que me antecederam.

Esse debate foi votado há dois anos, o PL 2630 no Senado Federal.

Não se pode dizer que é um debate assodado.

Ao contrário, eu ouvia atentamente o deputado Eduardo Rocha, foi votado lá em 2020.

A partir disso, construído um grupo de trabalho que teve a relatoria do deputado Orlando Silva,

aqui na Câmara dos Deputados, dezenas de reunião, todas as bancadas ouvidas e um relatório que chega aqui.

Embora hoje nós não estejamos discutindo mérito,
hoje nós estamos discutindo se a Câmara vai fazer essa discussão.
Essa discussão que tem apoio de 93% do povo brasileiro, que é contra
as fake news,
que quer combater a desinformação, que já tinha alto percentual de
apoio popular
a ideia de combater as fake news lá atrás quando votou do Senado
e a Câmara fez uma decisão séria de fazer um grupo de trabalho
que esmiossasse os temas envolvendo as fake news.
Quero dizer ao deputado Cherini que a China não tem nenhuma
regulamentação das Big Techs,
ou a Coreia do Norte, mas quem tem é a Austrália, quem avança agora
é o Canadá, quem tem é a França.
E digo a vocês, nenhuma das grandes empresas que ameaçam fazendo
abuso de poder econômico,
como fez o Google, comprando páginas de jornais e orientando de
forma com desinformação
o tema do PL 2630, nenhuma das empresas que ameaçam sair desse país
e saiu.

Aliás, me espanta que tenham deputados que digam que não é
importante ter regras
que obriguem grandes empresas a ter sede no Brasil.
O Telegram era palco de pedofilia e não tinha ninguém no Brasil para
representar o Telegram.

Não tinha ninguém que pudesse responder perante a empresa.
Ou é certo ter uma lógica que as grandes empresas fornecem os
algoritmos que querem,
o conteúdo que querem, informam ou desinformam, ou mesmo não tem uma
legislação para averiguar
quem financia crimes e organiza esses crimes com uma máquina de
desinformação e de mentiras.

E a desinformação não é um tema de liberdade de expressão.
Fatos são fatos. Mentiras, de forma sistemática, são crimes
terríveis

que precisam ser enfrentados nesse projeto de lei.
Então me espanta que sequer avançar num debate que tenha a ver
justamente com a possibilidade
de ter controle público, de ter legislação para, sim, investigar
quem promove crimes

e ao mesmo tempo responsabilizar essas grandes empresas.
Por isso que o pessoal defende, obviamente, o requerimento de
urgência

e queremos parabenizar a maior parte dos partidos que...

– Pelo Orde, presidente. – Presidente.

– Presidente, tinha pedido liderança do PTB. – Liderança do PTB.

Eu tinha pedido do Novo também, presidente.

Deputado Daniel Minuto Sol, Novo está na precedência.

Deputado Van Rattel, pela liderança do Novo, na sequência pela
liderança do PTB.

Presidente, caros colegas parlamentares, aqui nós não podemos cair
em fake news.

Nós não podemos cair em fake news. Esse plenário não pode cair em
fake news.

Esse projeto não é para combater mentira na internet.

Esse projeto, e o presidente falou sobre fatos e versões, e o fato é esse,

limita a liberdade de expressão do brasileiro e limita a capacidade de disseminar informações verdadeiras ou falsas dos brasileiros.

E para tentar evitar que as falsas sejam disseminadas, as vítimas serão as informações verdadeiras.

A verdade é essa, o resto é mentira, que está sendo disseminada qual fake news,

aqui na tribuna dessa Câmara dos Deputados por alguns parlamentares.

A grande vítima deste projeto é a verdade e é a participação do cidadão

nos movimentos cívicos e políticos e populares que aconteceram nos últimos anos.

É a vingança da classe política que mais se arraigou no poder nas últimas décadas e séculos desse país

contra a participação do cidadão que pela primeira vez aos milhares, às milhões tem manifestado as suas opiniões por meio das redes sociais.

Este projeto cria uma estrutura, inclusive soviética, de análise de conteúdo e de limitação daquilo

que pode ser disseminado por meio de um comitê gestor da internet, deputado Orlando Silva,

que é relator, conosco esteve, mas lamentavelmente não recebeu a maior parte das nossas indicações

para melhoria, mas é um deputado do Partido Comunista.

E a maior vítima da verdade neste mundo foram justamente aqueles que ficaram subjugados a regimes totalitários

como o nazista, o fascista e o comunista.

Que um comunista esteja relatando um projeto de censura e de limitação à liberdade de expressão

não é de se surpreender muito antes pelo contrário.

Mas que partidos que integram a base deste governo estejam orientando favoravelmente a um projeto de lei

que estabelece a censura? Isso é vergonhoso. Isso é vergonhoso.

Parabéns ao MDB e ao PL, que são os únicos até aqui junto ao CUNOVO, que estão orientando contrariamente esse PL da censura.

E repito, a maior vítima que é a verdade, a maior vítima que é o cidadão,

não é um projeto que combate fake news, não é um projeto que visa dar aos meios de comunicação nas redes sociais

mais condições de operar, não. É um projeto que visa calar a nossa boca e fala aqui como cidadão,

não como parlamentar. Que visa nos censurar, que visa oprimir o cidadão brasileiro,

que cada vez quer mais liberdade para se pronunciar e não esse tipo.

Tempo de liderança para o deputado Daniel Silveira pelo PTB.

Presidente, boa noite. Boa noite ao Demais Pares.

Olha só, muita gente não conhece ainda o fato dessa lei que quer ser... estão tentando discutir aqui na casa.

Ela parte de um inquérito que nasce em 2019, 4781, o projeto das fake news.

O projeto, ele já nasce de forma inconstitucional, deputado Orlando Silva, com todo respeito à vossa pessoa,

mas o processo é inconstitucional. O inquérito inconstitucional é

ivado de vícios materiais e formais.

É uma draga jurídica, não tem o que acusar, ele não trabalha com o tempo pretérito e agora querem dar ilegalidade, fazer uma lei, que é essa lei da fake news. Eu li o texto, não vamos discutir o mérito agora, é impossível que esse texto seja aprovado aqui na casa. Sendo aprovado, aqui quem vos fala, eu tenho espaço de fala, eu acredito, eu fui preso inconstitucionalmente com base nesse inquérito ilegal das fake news, 4781, seguido do 4828, atos antidemocráticos agora também. Temos aqui o deputado Quim Cataguiri, que está aí, pronto a responder também ao processo junto com o Arthur Duval em São Paulo.

É impossível que se apoie esse tipo de lei aqui na casa, que vai suprimir toda a liberdade de expressão da sociedade.

Pode fazer o maior folclore que for nesse texto, qualquer tipo de justificativa não é aceita pela sociedade.

Alguém falou que a sociedade é contra fake news, a sociedade nem sabe o que é fake news, nem nós sabemos o que é fake news.

Já é direcionado no código penal qualquer crime, só a União legisla sobre o código penal, presidente.

Agora, se colocar aqui deputado Filipe Barros, algum tipo de subjetividade em uma lei que pode ser usada à conveniência contra qualquer um, um parlamentar preso, deputado Antonio de Paula, deputado federal com as redes totalmente censuradas, o artigo 220 da Constituição veda isso politicamente, mas se o TSE aprova com veemência deputado Derritte, com rapidez e celeridade, embora seja matéria constitucional, mesmo que eles tenham essa vontade de aprovar essa lei aqui, não pode ser aplicado em ano eleitoral, isso é matéria constitucional, mas se eles têm tanta pressa junto com alguns ministros do STF,

com toda certeza eles vão querer aplicar, manipulando as leis mais uma vez, para prejudicar qualquer tipo de oponente político.

Ou seja, é o direito penal do inimigo mais uma vez querendo ser aprovado em lobby por ministro do TSE e alguns do STF, e sem inadmissível a supressão do direito do povo do legislativo através de ministro vindo aqui pedir para que seja aprovada projeto de fake news.

Se aqui nessa casa for aprovado, com toda certeza, esse ano teremos uma caça às bruxas de todos os conservadores

e falo também para os deputados de centro, qualquer um que se opor a qualquer discurso contra a esquerda também será sugado por esse projeto que não deve ser aprovado nessa casa.

Presidente, alerta aos nobres pares parlamentares, se esse projeto for aprovado, nós entraremos em um espiral que não conseguiremos mais segurar.

O PTB orienta não, presidente.

Ministros, pelo republicano, presidente, líder, nasce.

Eu estou seguindo só uma sequência, infelizmente, e o regimento obriga.

Pela minoria, deputado Orlando Silva, pela oposição, deputado Perpetual Meda, depois pela União, deputado Kim, pelo PSD, deputado Marcelo Ramos,

na sequência deputado Vinícius, pelo Republicanos.

E Renildo Calheiros, pelo PC do B, presidente.

Deputado Vinícius, deputado Renildo, deputado Orlando Silva, pela minoria.

Os deputados estão falando pelas lideranças partidares, também pelas lideranças de bloco, nesse caso agora da minoria, o deputado Orlando Silva vai falar.

Apesar de não ser o mérito ainda do projeto, mas o assunto já traz muitos debates e os deputados estão se posicionando sobre ele.

A gente acompanha agora o relator, deputado Orlando.

Eu considero que essa casa tem uma oportunidade importante na tarde de hoje de dar um passo inicial no esforço de garantir que a internet seja um lugar livre,

que a liberdade de expressão seja plena, que haja responsabilidades para aqueles que utilizam a rede e aquelas empresas que operam a rede,

e sobretudo que nós tenhamos mais transparência no funcionamento da internet.

Alguns colegas questionam a votação do requerimento de urgência e tentam argumentar que isso mostraria uma correria para a apreciação dessa proposta.

Isso não é verdade. Se crítica coubesse, é que foi um ritmo bastante cadenciado de todo debate feito na Câmara dos Deputados.

Nós recebemos esse projeto em junho de 2020.

O presidente Artur Lira instituiu um grupo de trabalho que durante todo o ano de 2021 realizou dezenas de debates públicos e audiências,

centenas de reuniões bilaterais para produzir um texto.

Eu gostaria de ouvir o deputado Felipe Barros, por exemplo, ou o deputado Vinícius Poit e o Paulo Gannini, que são parlamentares que acompanharam o grupo de debate,

que eles falassem o que veio do Senado e qual é o texto que foi aprovado no grupo constituído pelo presidente Artur Lira.

Há muitas mudanças, mudanças que os próprios parlamentares da base do governo Bolsonaro reconhecem como mudanças positivas.

Alguns colegas falaram que se instituiria um mecanismo de censura nas redes sociais.

Francamente, não faz sentido distorcer um texto. Vale a pena apontar qual é o artigo que se estabelece isso.

Eu posso garantir para vocês, no artigo 15 do texto, você impede que as big techs, que as plataformas digitais se constituam em sensores, porque nós não queremos nenhum tipo de censura, nem censura por parte das empresas da internet.

E nós obrigamos as empresas a avisar o usuário quando há uma moderação,

dar o direito do contraditório para que a liberdade seja plena na internet.

O deputado Felipe Barros poderia registrar aqui que está escrito no texto aprovado no grupo

que a imunidade parlamentar é extensiva às redes sociais.

Isso é baseado numa decisão do ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal.

Mas aqui não se fala sobre isso.

Há regras para impedir a viralização que ataca a honra de muitos

deputados.

E o que nós procuramos no texto encontrar é um caminho para identificar quem é o autor da fake news que se espalhou por aí. Todos os deputados aqui já devem ter vivido o momento de ser vítimas de fake news.

E nós não vamos construir um caminho para produzir provas, para aprofundar a investigação.

E quem for responsável por disseminar fake news, ser punido, nós temos obrigação de fixar regras na lei.

Nós criamos mecanismos para que haja não só o direito de contraditório, para impedir a viralização das mentiras.

E que as plataformas cumpram com determinadas regras que farão com que a internet ajude o desenvolvimento econômico, mas que os impostos captados que deveriam ser pagos no Brasil sejam pagos no Brasil, que hoje muito fica pelo mundo afora.

E eu considero que tem uma questão política importante, presidente Artulira, que a câmara tem que se posicionar.

Nós não podemos ser omissos e não fixar parâmetros, regras para o funcionamento na internet.

Porque se nós não fizermos isso, o Poder Judiciário fará, tomará decisões interpretando a Constituição Federal.

Não adianta chorar nem lamentar depois, a omissão dessa casa poderá repercutir numa maior judicialização da política, num maior ativismo judicial, e não adianta depois subir à tribuna para criticar decisões tomadas pelo Poder Judiciário.

Eu entendo que em um período pré-eleitoral haja um aquecimento do debate. Eu compreendo, é da luta política isso.

Mas o texto não é para eleição, são regras para o funcionamento da internet.

São regras para que a internet seja um lugar mais saudável, de conexão entre as pessoas, de estimulatividade econômica.

O texto vai muito além de um item ou outro que possa ter incidência no processo eleitoral.

E o Brasil vai se sintonizar com o que acontece no mundo. No dia de ontem, o governo do Canadá enviou um projeto de lei ao Parlamento Canadense,

tratando de temas que nós tratamos aqui. A França, a Alemanha, a Austrália, o mundo inteiro debate regras para o funcionamento da internet.

A União Europeia acabou de elaborar um acordo que deve ser submetido ao Parlamento Europeu e depois internalizado em cada um dos países, que trata de temas como os que nós tratamos aqui. Então, eu quero chamar a atenção dos colegas, sobretudo daqueles que nos acompanham no funcionamento híbrido que ainda temos hoje, que aqui não é uma disputa entre governo e oposição.

E, francamente, um colega, um deputado, não pode ser impedido de relatar um projeto por ser de um partido de oposição.

Isso seria CCA, o exercício do mandato de um parlamentar. E é um texto que nós temos construído dialogando com todo mundo.

Por isso que eu peço e invoco o testemunho dos deputados da base do governo que participaram desse processo.

Foi uma construção feita a muitas mãos. Ali não tem o que o deputado Orlando Silva pensa. Ali tem um pensamento médio da casa

e que nós queremos aperfeiçoar o texto até a última hora.

Agora, compreendo quem quer politizar, dizer que é ataque ao presidente, é ataque a A, a B ou a C.

Na verdade, o texto propõe regras para internet para enfrentar o que todo mundo diz que tem que ser enfrentado, que é a desinformação.

E sobretudo, alerta aos colegas. A omissão, o silêncio do parlamento brasileiro significará todo o poder ao Poder Judiciário.

Toda a decisão virá de lá. O Senado fez a sua parte. Quando elaborou o projeto, enviou à Câmara.

Cabe à Câmara aperfeiçoar o texto, aperfeiçoar o projeto e permitir que nós tenhamos uma lei que garanta transparência, democracia, liberdade de expressão e que as redes sociais possam seguir estimulando empreendimentos, valorizando iniciativas econômicas para gerar oportunidades no Brasil. Façam pelo a cada colega para que nós possamos votar à urgência,

que é o mecanismo regimental necessário para apreciar esse texto, que é um texto em defesa da liberdade de expressão e da democracia.

Muito obrigado, presidente.

Como tempo de líder da oposição, deputado Perpétuo Almeida.

Bom, agora pela liderança de mais um dos blocos que tem aqui na Câmara dos Deputados, nesse caso da oposição, que tem interlocução, obviamente, está no mesmo nível que a minoria.

A gente acompanha agora a deputada Perpétuo Almeida, que vai falar sobre esse assunto também, lembrando que os deputados estão debatendo urgência para o texto que pune a divulgação de notícias falsas.

Eu queria abordar aqui esse projeto sobre mentiras e fake news com outro viés. Eu queria aqui aproveitar alguns trechos da Bíblia, substituir as palavras "calunha" ou "mentira" pela expressão "fake news". Então vejam, Apóstolo Tiago 4.11 diz o seguinte,

"Meus irmãos, não espalhem fake news uns dos outros". Depois também o livro de Tiago diz o seguinte,

"Alguém está pensando que é religioso? Se não souber controlar a língua, não parar de espalhar fake news, a sua religião não vale nada,

e ele está enganando a si mesmo". Um outro trecho bíblico diz o seguinte, "Mas eu digo que no dia do juízo final, os homens haverão de dar conta de toda a fake news que estiverem espalhado uns contra os outros". Amigos, tem também uma parábola que Jesus gostava de citar os cristãos, que diz mais ou menos o seguinte, "Conta-se que certo irmão sofreu uma calunha tão grande, de tamanho estrago em sua vida, que o prostou mortalmente, constrangido pelos amigos, aí até aquele homem que estava à beira da morte,

e pediu perdão pelos seus atos, o calunhador foi até ele. Ao chegar no leito de morte daquele homem, apelou por desculpas e perdão, e então ouviu a seguinte resposta, 'Eu o perdôo, irmão, por todas as suas palavras contra mim, porém, gostaria que me fizesse duas coisas,

são meu último desejo'. Amargurado já, o calunhador, envergonhado, respondeu, 'Farei o possível para cumprir seus últimos desejos, irmão'.

Prosseguiu então o doente, 'Irmão, pegue este travesseiro que está embaixo da minha cabeça, vá até o monte em frente à minha casa e solte todas as plumas ao vento, espalhe bem e por toda parte,

depois me traga o saco vazio'. Mas que depressa, o calunhador, dispôs-se a cumprir o pedido, voltou ofegante, porém, satisfeito e falou, 'Não foi difícil, irmão, soltar aquelas penas de travesseiros ao vento,

soltei uma a uma, agora me diga qual é o seu segundo desejo'. O moribundo fez então o segundo pedido, 'Muito bem, irmão, agora pegue este saco vazio,

volte lá onde você espalhou as penas e apane uma por uma, pena por pena, encha de volta este saco de travesseiro e me traga'.

Com um terrível sentimento, o difamador replicou, 'Mas, irmão, isto é impossível, eu não poderei juntar todas as penas, o vento espalhou por muitos lugares'.

E então, o irmão doente proferiu suas últimas palavras, 'Eu te perdôo de todas as suas palavras contra mim, mas você jamais poderá consertar o estrago que fez a minha vida e a minha imagem diante de todos'.

Colegas parlamentares, está em debate exatamente isso, as mentiras que se espalham nas redes, as fake news que se espalham nas redes, e é hora deste parlamento

evitar a tragédia que foi nas redes sociais o que aconteceu na eleição passada. E só vale a pena discutir agora, porque depois da eleição pode ser tarde.

A internet é um espaço de liberdade, mas não pode ser jamais um espaço sem leis. E é preciso que esta casa debata, porque senão, durante o processo da campanha,

vamos estar todos reclamando que o STF ou o TSE estarão legislando por nós. Ou nós fazemos isso agora, botamos regras na internet que reafirmam, não é um terreno,

não pode ser um terreno sem lei, ou quem vai fazer isso por nós é o STF ou exatamente o TSE. E nós queremos isso? O que eu mais vejo de reclamação nesta casa

são colegas parlamentares dizendo que o Supremo está legislando ou que o TSE está botando regras durante o processo eleitoral. Então, se nós não queremos fazer esse debate

no período da eleição, vamos fazer agora. Regras para a internet é garantir o processo democrático. Regras na internet é garantir a liberdade de cada um.

Nós só não podemos esquecer que quando acaba a minha liberdade começa a do outro ou vice-versa. Não pode valer para mim e não valer para o outro também.

Por isso, Sr. Presidente, colegas parlamentares, é mais do que necessário debatermos aqui com quais regras nós vamos conviver na internet

no processo eleitoral. Uma mentira jogada na internet no período eleitoral pode ser o fim de qualquer candidatura. Qualquer um de nós podemos ser vítima

desse estrago que a internet faz na vida das pessoas. E depois não tem mais choro. Não dá mais para recolher. Igual a parábola das penas ao vento, não dá para recolher

uma a uma as penas e colocar de volta no saco de travesseiro. Assim como depois que uma mentira se espalha na internet, não dá mais para voltar atrás.

Ela já foi longe, já foi printada, já foi espalhada tanto no Twitter e no Facebook, foi espalhada no Instagram, foi espalhada no WhatsApp

de milhares de pessoas.

Agora é a hora de fazermos o debate. A Câmara tem autonomia e a Câmara tem autoridade para a gente discutir quais são as regras do processo eleitoral na internet.

O que não dá é para ficar sem regras nenhuma e cada um cometendo seus crimes na internet e achando que vai ficar sem nenhum tipo de punição.

Da forma como temos que usar a tribuna de forma responsável, da forma como se conversa como uma outra pessoa e todo mundo mede suas palavras, a internet precisa também ter essa convivência pacífica e democrática. Nós não podemos cortar a liberdade de ninguém, mas a internet precisa ser um território com leis.

Muito obrigada, senhor presidente.

Templo de liderança, deputado Kinkatagiri.

Templo de liderança, deputado Marcelo Ramos.

Segue aqui a discussão do requerimento de urgência para a votação no plenário, mais rapidamente do projeto de lei que trata da punição para fake news,

para divulgação de notícias falsas e outras regras mais relacionadas à circulação de informações nas mídias sociais.

Deputado Marcelo Ramos.

Senhoras e senhores deputados, eu vou mudar o ritmo da música que toca aqui nesse plenário.

E vou mudar o ritmo porque num país que tem 19 milhões de pessoas passando fome, 116 milhões de pessoas em insegurança alimentar, comendo menos do que deveriam comer, eu me nego a gastar energia com quem sustenta um suposto direito constitucional de mentir na internet.

O direito de falar na internet que vacina transforma as pessoas em jacaré, o direito de falar na internet que não houve ditadura no Brasil,

o direito de falar na internet que não houve tortura no Brasil, num país com fome, com desemprego, com inflação, me parece absolutamente improdutivo que a gente gaste energia com o suposto direito constitucional de mentir nas redes sociais, que é o que alguns defendem.

E como eu não me permito gastar energia sobre isso, deputado, ministro, pra todos os ananias,

eu quero usar esse tempo de liderança como já programado para tocar outro ritmo,

para falar de um tema que eu, vossa excelência, deputado Sélvio Moura, deputado Padre João, temos tratado como prioridade, que é a fome, a fome que atinge 19 milhões de brasileiros, a insegurança alimentar que atinge 116 milhões de brasileiros e brasileiras.

Eu recebi um estudo ontem, deputado Sélvio, que é uma fotografia da fome no Brasil,

e eu descobri, meus queridos companheiros, deputados e deputadas, que a fome no Brasil tem cor,

a fome no Brasil tem lugar de moradia, a fome no Brasil tem idade, a fome no Brasil tem gênero,

e a fome no Brasil tem estado de nascimento. A fome no Brasil tem cor, porque dos 19,1 milhões de brasileiros que passam fome,

12,7 milhões são pretos ou pardos. A fome no Brasil tem lugar de moradia, porque dos 19 milhões de brasileiros e brasileiras que passam fome, 11,5 milhões moram em favelas. A fome dos brasileiros tem idade, porque dos 19,1 milhões de brasileiros e brasileiras que passam fome, 4,9 milhões são crianças. 4,9 milhões de crianças brasileiras passam fome e nós estamos gastando toda energia desse plenário para discutir se as pessoas têm direito ou não de mentir na internet. Mas a fome no Brasil também tem gênero, porque dos 19 milhões de brasileiros e brasileiras que passam fome, 8 milhões estão em famílias chefiadas por mulheres, por mães solas. E a fome no Brasil tem lugar de moradia, e por incrível que pareça, o estado que tem o maior percentual de pessoas passando fome na Federação é o meu estado, o estado do Amazonas, com 23,7 milhão, 23,7% da população passando fome. O segundo estado que tem maior percentual de pessoas passando fome é o estado do Maranhão, do meu querido colega deputado Fufuca. E os estados que têm maior número absolutos de pessoas passando fome são o estado de São Paulo e o estado do Rio de Janeiro. Nós não podemos fazer de conta que essa não é uma pauta que deva ter absoluta centralidade nesta casa. Nós não podemos permitir que um só brasileiro que passe fome não seja objeto de reflexão e de energia gasta pelo Parlamento brasileiro. Eu destinei 100% das minhas emendas de bancada da parcela destinadas ao meu mandato para ações de combate à fome através do Ministério da Cidadania. Isso permitiu que o governo do estado do Amazonas instalasse seis restaurantes populares em Manaus, 20 restaurantes populares no interior e que a partir da ação do nosso mandato, nós construíssemos e vamos construir 12 restaurantes comunitários nas 12 cidades com menor IDH no estado do Amazonas. Eu apresentei o senhor presidente, meu companheiro, meu líder, presidente Artur Lira, e protocolei esses dias, já está para despacho na presidência uma proposta de emenda constitucional que estabelece que da mesma forma que nós temos que destinar 50% das nossas emendas individuais para ações de saúde, que nós tenhamos uma vinculação de 5% das nossas emendas individuais para programas de combate à fome vinculados ao Ministério da Cidadania. Se nós pegarmos 5% das nossas emendas individuais, multiplicarmos por 513 deputados, nós estamos falando em por volta de R\$ 500 milhões. Isso está longe de resolver o problema da fome no Brasil, mas quem tem fome tem pressa. E cada cidadão e cada cidadã que a gente colocar um prato de comida na mesa é um pouco mais de brasileiros sendo brasileiros. Muito obrigado, senhor presidente. Pelo republicano, deputado Vinícius Cavalho. Pelo PC do Bem, deputado Renildo Calheiros. Presidente, acho que está fechado aqui o microfone.

Presidente, essa é uma matéria muito importante e está difícil compreendê-la para quem nos assiste de casa, porque o microfone aceita tudo que se fala.

O que nós precisamos, senhor presidente, é de uma legislação, uma espécie de marco regulatório, exatamente para assegurar o livre exercício da liberdade de expressão, que não pode ser confundida com atividade criminosa. Atividade criminosa não está resguardada em lugar nenhum, nem dentro da imunidade parlamentar. Quem comete o crime, há que responder por ele, na internet ou fora dela.

Não é isso que está em debate.

Essa lei não é de esquerda, nem é de direita, de onde tiraram essa loucura.

Essa lei não é contra nem a favor Bolsonaro, não é uma lei contra nem a favor a Lula.

É uma lei em favor da transparência, em favor da verdade.

É uma lei que vai inclusive estabelecer como irá se dar a ação do Supremo Tribunal Federal.

É uma lei que visa exatamente diminuir a judicialização por estabelecer regras claras para o funcionamento da internet.

É um aperfeiçoamento da democracia brasileira.

É uma lei que vem para contribuir com a liberdade de expressão.

Vem a contribuir com o funcionamento da internet.

Evidentemente que é uma lei que procura enfrentar a ação criminosa, seja na rede ou seja fora dela.

Vamos acabar com essa história de que isso é para prejudicar o candidato A ou o candidato B, para beneficiar o candidato A ou o candidato B.

Não é isso que está em debate aqui.

Nós temos agora que debater a urgência, porque é uma lei, um projeto que tramita há quase três anos dentro da Câmara dos Deputados.

Está na hora de apreciarmos a matéria.

A casa já acumulou bastante nesse processo de debate e de negociação, muito bem conduzida pelo deputado Orlando Silva, que é o relator, mas não só por ele, ouvindo, agasalhando sugestões, emendas que melhoram, que aperfeiçoam o texto.

É uma necessidade para a democracia brasileira.

Por isso, o PC do B encaminha o voto sim.

Senhor Presidente, nobres companheiros parlamentares, este projeto está sendo debatido há muito tempo aqui na casa.

O governo está posicionado contra o mérito do texto na sua atual versão.

Tivemos uma reunião agora lá na liderança do governo com o relator Orlando Silva e vários parlamentares da base do governo, tentando avançar no entendimento do que se trata esse texto.

Nós temos convicção de que chegaremos a um termo, a um bom acordo sobre o que é a melhor situação para regulamentar a internet, o uso desse atual meio de comunicação no país e que isso é uma tarefa que cabe ao Parlamento.

Se nós não o fizermos, o Judiciário decidirá como quer interpretar, especialmente durante o período eleitoral, as ações que estarão sendo praticadas por cada um dos candidatos aos

inúmeros cargos que estão sendo disputados na eleição deste ano. Então, deixando claro de que o nosso objetivo é melhorar o mérito, vou lembrar do que se trata o texto.

São vários temas que estão nessa questão sendo debatidos.

A remuneração jornalística, que trata de como as grandes redes, as big techs, se relacionam com quem produz conteúdo para que elas tenham audiência.

Então, todas as produtores de conteúdo são alimentados nas redes sociais e geram audiência para aqueles canais.

E, obviamente, precisam ser remunerados por isso.

Isso é um dos temas que está em discussão.

A responsabilidade solidária na identificação do anunciante.

Então, é preciso que essas big techs nos deem elementos para identificar quem postou primeiramente aquele conteúdo, para que as medidas judiciais cabíveis possam ser tomadas, os reparos possam ser alcançados.

Nós temos a questão do perfilamento.

Nós não podemos ferir o sigilo dos negócios, mas nós temos que ter uma regra para essa questão.

A notificação de redução de alcance. Então, hoje uma big tech limita o alcance de uma página, retira do ar a seu critério, a seu exclusivo critério.

E isso também precisa ter um impedimento de que seja discricionário fazer para um e não para outro.

É preciso estabelecer como nós vamos tratar esse tema, que é tão importante, porque muitas pessoas tinham redes muito amplas, alcançando milhares de seguidores de suas ideias, e, de repente, a rede vai lá e corta o seu alcance, restringe a sua capacidade de divulgar, e para muitas pessoas isso se tornou meio de vida.

Então, tem uma repercussão social nesse processo.

O problema da representação legal, que recentemente tivemos aí esse passe do Tribunal Superior Eleitoral, com uma das grandes redes sociais,

uma das grandes big techs, que não tinha representante no Brasil para ser notificado das decisões da justiça brasileira a respeito do seu funcionamento no país.

Também precisa ser resolvido para o bem ou para o mal.

Tudo que eu estou citando aqui são questões que nós precisamos enfrentar, porque se nós não enfrentarmos, estamos num vácuo léxico,

nós estamos numa situação em que não se sabe como tratar essa relação.

Temos também a questão da publicidade, que é contratada no exterior.

Nós temos regras do país que regem a nossa publicidade, o Conselho Nacional está aí para isso,

e nós não temos como implementar essas regras, porque os contratos de publicidade são feitos no exterior com essas grandes redes.

É preciso também discutir a tal imunidade parlamentar.

O deputado Doutor Dostodis, até por sugestão do deputado Felipe Barros, que a imunidade parlamentar está extensiva na rede social.

Então, o direito de opinião do parlamentar manifestado nessa tribuna, nesse plenário,

ele tem sim que ser repercutido nas redes sociais com a mesma

garantia.

Isso é um tema que nós precisamos enfrentar.

A criminalização da atividade na internet.

Eu sou vice-presidente da CPMI, das fake news.

E lá nós tratamos de várias coisas, mas em especial aliciamento de menores, indução a suicídio, e uma série de coisas que a internet propicia e que são graves para a sociedade, e que precisam ter uma moderação.

Não fosse a pandemia, nós já teríamos terminado os trabalhos da CPMI, já teríamos proposto, como toda a CPI, ao seu final, uma legislação que pudesse enfrentar os problemas identificados na CPI, na relação da sociedade com o diploma legal. A monetização das contas de interesse público é outro tema que precisa ser enfrentado.

Como nós vamos permitir que aconteça essa relação?

Como vamos ter transparência? E a máxima transparência será a desejada, mas sem comprometer o direito individual de cada um.

Então nós temos que ter transparência, mas não podemos também expor as pessoas além do limite do razoável.

Temos que ajustar também a questão das buscas que são feitas na internet, porque elas são um instrumento muito poderoso de indução de conteúdo.

Então os desafios desse projeto são muito grandes, não trata-se só do problema da eleição desse ano.

Então, por enquanto, o governo está contra o texto, vai encaminhar não à urgência, mas já fez duas reuniões no Palácio com o relator Orlando Silva,

que eu quero agradecer a disposição dele de dialogar para ajuste do texto, e fica claro aqui que se nós não enfrentamos esses temas, quando o Congresso se omite, o Judiciário se prevalece, o que não é bom para a nossa democracia.

Presidente, posso orientar pelo novo?

Tem duas lideranças que precisam voltar, deputado Quim Cataguiari pela União e, na sequência, deputado Vinícius pelo Republicano.

Presidente, só fazer um alerta aos partidos da base do governo, que com a orientação do governo possam rever a posição.

Senhor Presidente, senhores deputados, sempre que as Cortes Superiores na história do Brasil se meteram na política, acabaram fazendo besteira.

Foi assim, derrubando a Cláusula de Barreira, que impediu um avanço e uma possibilidade de governabilidade gigantesca para o nosso país, que depois o Parlamento teve que reaprovar a Cláusula de Barreira. Foi assim, com o fim do financiamento privado de campanha, que depois obrigou-se a se instituir um fundo público que 90% da população é contra.

E agora, mais uma vez, por que esse Parlamento está se debruçando sobre esse tema?

Porque todos nós sabemos, todos nós sabemos, que o Tribunal Superior Eleitoral vai fazer o que bem entender nessas eleições em relação a redes sociais, mesmo que não haja respaldo legal.

Ou seja, mesmo que o TSE tenha que legislar, mesmo que ele mesmo tenha que determinar as regras que ele vai julgar, ele vai aplicar essas regras.

E por isso, eu não nego que o Parlamento deva legislar e debater esse assunto.

Mas esse tema poderia ser muito melhor desenvolvido e tem questões que jogam não só contra a própria Casa, o próprio Parlamento, como também contra a própria existência das redes sociais no nosso país.

O primeiro ponto é um ponto que eu dialoguei com o deputado Orlando Silva, ele se demonstrou aberto a pensar, a eventualmente modificar, que é a sujeição das redes sociais de nós parlamentares aos princípios da administração pública.

Eu pergunto a vossas excelências, como a rede social de um parlamentar se sujeita ao princípio da impessoalidade?

Eu vou abrir o meu YouTube, eu vou abrir o meu Instagram, eu vou abrir o meu Twitter e vou dizer, olha, eu não defendo nada, mas o deputado Quim Cataguiri tem tal posição institucional sobre tal tema.

Como as minhas redes sociais vão cumprir o princípio da eficiência? Quantos tweets eu vou ter que fazer por hora? Quanto cada tweet vai ter que custar?

Como o Ministério Público vai fazer uma avaliação, inclusive de acordo com a lei de Improbidade Administrativa, em cima das redes sociais dos parlamentares?

Como a rede social de um parlamentar, como o Judiciário vai julgar se o Instagram de um deputado cumpre ou não o princípio da moralidade?

Se é moral ou se é imoral? Se um deputado, sei lá, posta uma foto jogando sinuca

e um Procurador Geral da República considera que aquilo é imoral, que o parlamentar não pode publicar aquela foto, ele vai tomar uma ação de improbidade por causa disso?

Sujeitar os princípios da administração pública que foram feitos para licitações, que foram feitos para contratos da gestão do Executivo,

a rede social de parlamentares, não faz o menor sentido do ponto de vista jurídico e não faz o menor sentido do ponto de vista dos deputados.

Nós estamos dando poder para que o Judiciário puna deputados simplesmente por utilizarem rede social.

Esse é um ponto que precisa ser levantado e que acredito que o deputado Orlando Silva seja até sensível à modificação.

Remuneração de matéria jornalística. Aqui eu creio que há divergência no plenário, mas os próprios veículos de comunicação, eles decidem criar conta na rede social, os próprios veículos de comunicação divulgam suas notícias nas redes sociais e as redes sociais que já servem para catalisar esses sites de notícias, esses grandes portais, os veículos tradicionais de imprensa,

ainda vão ser obrigados a pagar pelo clique em cada uma dessas notícias e aí eu vou clicar no notícia, o que eu vou ter?

Vou ter um paywall, que eu sou obrigado a ser assinante para ler a notícia.

Então, peraí, a rede social vai ser obrigada a pagar para o veículo de comunicação,

porque eu cliquei num link que nem a notícia eu vou conseguir ler

porque eu vou precisar ser assinante?

Isso não faz o menor sentido. Essa remuneração, eu não sei de onde surgiu esse trecho, mas é um trecho também injustificável.

Um outro ponto, e é um ponto que inviabiliza completamente a existência de redes sociais no nosso país

e que eu peço especial atenção dos colegas, a questão do perfilamento.

Ou seja, como a rede social identifica as preferências de uma pessoa, se ela gosta de futebol, se ela gosta de big brother, se ela gosta de acompanhar política, muito bem, nem a União Europeia conseguiu chegar a uma conclusão sobre como definir o perfilamento.

Esse é o primeiro ponto. Segundo ponto, a autoridade responsável por definir o perfilamento é a Agência Nacional de Proteção de Dados.

É ela que tem que definir quais são esses critérios. O texto como ele está hoje obriga uma empresa qualquer,

vamos pegar uma empresa qualquer que quer fazer um anúncio numa rede social.

Essa empresa vai ser obrigada a divulgar qual é o público alvo da sua campanha.

Essa mesma obrigação não existe se essa empresa for fazer uma propaganda na imprensa tradicional, na televisão, no rádio, no jornal, na rede social. A empresa é obrigada a entregar para os seus concorrentes qual é o seu público alvo.

Quem é que vai querer divulgar o seu público alvo em rede social?

Uma coisa, somos nós parlamentares, temos isso aberto.

Todo mundo sabe quem é o nosso eleitorado. O TSE abre esses dados urna por urna.

Outra coisa é uma empresa ser obrigada a mostrar para quem ela está direcionando o conteúdo.

Isso é entregar para os concorrentes a estratégia dessa empresa.

É inviabilizar anúncio em rede social. E essa obrigação para rede social, por que não tem para veículos de imprensa?

Porque essa simetria de tratamento a rede social, o anunciante é obrigado a dar os critérios para o seu concorrente.

No veículo de imprensa tradicional não. Um outro ponto importante, um outro ponto importante.

Vamos supor, e aqui falando sobre o artigo que trata de campanhas políticas, artigo 19.

Se eu decido fazer um anúncio político, eu vou pedir voto na minha campanha e eu defino lá.

O meu eleitorado é um eleitorado que gosta de videogame, é um eleitorado que gosta de anime, de mangá, muito bem.

E eu direciono para esse eleitorado.

As empresas, o Twitter, o Facebook, o YouTube, todas elas têm um algoritmo diferente para saber o que o usuário consome.

Para saber se aquele usuário consome games, para saber se aquele usuário consome animes, etc.

Ele vai ser obrigado a expor a sua metodologia para chegar no público-alvo que eu decidi.

Ou seja, é como dar a fórmula da Coca-Cola, é como dar a fórmula do Big Mac, enfim, entregar um segredo de negócio.

Tempo de liderança, deputado Vinícius Cavalho, do República.

Você que está nos acompanhando aqui pela rádio, pela TV e na

internet, segue o debate sobre o pedido de urgência para o projeto que prevê punição para a divulgação de notícias falsas.

E pela rádio câmara a gente avisa que a voz de Brasil vai ser só às 9 horas por causa da sessão com debates e votações.

Há um convite conversado com o deputado Orlando Silva, que é um deputado que está em uma reunião com o governo do Brasil.

Há um convite conversado com o deputado Orlando Silva, que é o relator desse projeto, o 2630, que hoje nós estamos votando aqui, é simplesmente a urgência deste projeto.

E nós temos ouvido discursos de colegas tratando sobre questões de mérito que certamente em muito tem que ser aprimorado.

Então na reunião que nós tivemos ontem na Residência Oficial, reunião dos líderes, nós aquecemos a aprovação da urgência sem o compromisso do mérito.

E isso quer dizer, quando aprovarmos a urgência, nós trabalharemos na nossa base e apresentaremos para o relator propostas da nossa bancada

para poder ampliar e melhorar esse texto que muitos falam sobre o projeto de fake news. Mas desculpe-me, vendo aqui o objeto do projeto,

nós vemos que o nome é Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.

Aqueles que são contra a liberdade, a responsabilidade e a transparência na internet, não querem nem se colocar à disposição para tentarem melhorar um texto que não é de hoje. Pelo contrário, já temos aí basicamente dois anos de um projeto que está em tramitação,

que tem sido estudado pelo relator, tem atendido aos convites das bancadas para poder conversar.

Porque o que eu já reparei nesta casa, e não é de hoje, porque eu não estou aqui há pouco tempo, é que é muito mais fácil um projeto nesta complexidade ser rejeitado por alguns do que ser aprimorado, deputado Orlando, do que ser tratado de fato com o enfoque que a sociedade

precisa. Esta casa é uma casa parlamentar, é um parlamento, uma casa de discussão. Então nós, os republicanos, aquecemos a votação e caminhamos para a aprovação do requerimento de urgência, mas sem o compromisso de mérito.

Por isso nós pedimos todos os nossos pares, do republicanos, que possam nos acompanhar conforme falamos, sem a preocupação de que amanhã entrará de forma

saudada, ou na semana que vem entrará de forma saudada, de forma alguma, porque um projeto como esse é de grande importância e responsabilidade.

Então peço aos pares, quando abrir aqui o momento da votação, que possam refletir nisso. Possam refletir para que o seu posicionamento em aprovarmos esta urgência não quer dizer que você, parlamentar, esteja de acordo com o texto que foi apresentado pelo relator.

O texto é apenas sugestão do relator para que nós, parlamento, possamos discutir, ampliar, melhorar e aprovar ou rejeitar aquilo que for votado

no tocante ao mérito. Por isso, presidente, Artulira, o qual dirigiu a reunião de líderes ontem, na nossa reunião oficial lá na casa, o republicanos mantém o posicionamento de votarmos sim pelo

requerimento de urgência, com um compromisso, com a nossa bancada, juntamente ao relator, apresentarmos sugestões naquilo, que ainda está um pouco anubilado no entendimento de alguns, para que não traga à sociedade uma preocupação.

E volto a dizer, o projeto, ele tem aqui na sua base principal, a sua emenda, lei brasileira de liberdade, responsabilidade e transparência na internet.

Por essa premissa, o republicanos, conscientemente, vota sim neste requerimento de urgência e com compromisso de nós trabalharmos para melhorarmos

o mérito desta matéria de grande importância. Obrigado, presidente. Como orienta o PDT?

Senhor presidente, o PDT encaminha assim. Nós precisamos debater esta pauta, ela é muito importante para a democracia brasileira, por isso o PDT vota sim, porque o PDT defende a verdade e o Brasil está precisando muito de verdade, não de mentira.

Muito obrigado, senhor presidente.

Solidariedade. Progressista, deputado Fofuga.

Progressista libera a bancada, presidente.

PSC.

MDB, presidente.

MDB, deputado Esnaudo.

Presidente, o MDB muda a orientação para sim, deixando claro o não compromisso da bancada no mérito e também registrando a forma que o relator da matéria,

deputado Orlando Silva, tem conduzido, discutindo com todos de forma democrática.

Acho que nós temos a responsabilidade de debater o tema neste período pré-eleitoral, se não deformar a soldada, mas a gente tem que respeitar esse prazo, deixando à margem a politização do tema e os grandes interesses que envolve. Acho que tem que tratar a matéria com serenidade, o trabalho do relator, não por ser um deputado de oposição, pode estar registrado como um trabalho comprometido.

Como orienta a solidariedade?

PSC, podemos.

PSOL, podemos, deputado Bacelar. Perdão, deputado.

Vai orientar? PSOL.

Presidente, o pessoal primeiro vai votar sim à urgência.

Quero dizer que todos aqueles que eram contrários, entidades inclusive, tinham preocupações com a liberdade de expressão hoje, querem regulamentar a questão da internet. Nós temos certeza que isso influi na vida de todos os brasileiros e na vida política, principalmente.

Não podemos manter uma realidade paralela num processo político-eleitoral.

Temos que proibir a monetização, dinheiro, para cargos públicos. É um absurdo.

Eu acho que o cargo público é uma coisa, se a expressão, ganhar dinheiro com isso, manipular com isso, não pode conter.

E eu acho que a gente tem que coibir mesmo a desinformação.

Inclusive, as big tax também, aqui no projeto,

vai ser impedida de censurar e ao mesmo tempo... Presidente, o

avante. Presidente, o Silvio Costa Filho, presidente.
Eu pediria só um pouco de tempo. Eu pediria só um pouco de tempo, porque nós estamos seguindo a orientação de acordo com o painel.
O avante. O avante. Sr. Presidente, o avante orienta sim e aproveitando para defender as instituições sérias desta nação, comunica esta casa que apresentamos projeto onde torna prerrogativa de militares o Ministério da Defesa, a nomeação feita pelo presidente da República para ministro do Ministério da Defesa, que seja prerrogativa dos militares, cada qual, moço, cada qual, buscando manter, inclusive, as nossas queridas forças armadas como força de Estado, nunca força de política.

Então, eu também como militar, entendendo da importância dos quadros das forças armadas, dos homens e mulheres importantes e técnicos, entendendo que são quadros técnicos e que era 13 Ministérios e que fez zero fusão em um só, e que esse Ministério da Defesa seja prerrogativa apenas dos...

Como orienta o PROS, cidadania.

O novo, presidente.

O novo já está orientado.

Aqui houve a fala de tempo de líder, o deputado Marcelo, acabaram colocando, mas um minuto de orientação ainda não utilizamos.

Novo.

Presidente, o novo, como no tempo de liderança já foi falado, é contrário ao projeto, presidente.

E nós não estamos entrando aqui num debate ideológico de bolsonarismo versus oposição.

Nós temos profundas críticas técnicas das consequências que esse projeto pode trazer para livre comunicação na internet no Brasil. Primeiro, presidente, a criação do crime de fake news está de uma forma totalmente imprecisa e aberta.

Crime tem que ser preciso, tem que ser específico, aqui está aberto. A gente vai ter remuneração de conteúdos jornalísticos, mas o que é conteúdo jornalístico?

A gente vai ter previsão das plataformas como veículos de comunicação social, vai incentivar as plataformas a editarem conteúdo

e querer fazer com que determinado conteúdo circule menos do que outro, muito além do que se chama de fake news.

A questão do perfilamento vai expor estratégias de negócios de anunciantes.

Então, são uma série de críticas, presidente, que acreditamos que tem que ser rejeitado.

[SILÊNCIO]

Orientação das bancadas, agora os líderes vão falando sobre como cada partido vota e como cada integrante dessas bancadas, respectivamente, vão votar.

Não se nega e reconhece a necessidade da regulamentação e do combate às fake news, seja na internet, seja de outras formas, através da imprensa formal.

Agora, na tentativa, e a gente reconhece o esforço também do relator em buscar consenso, em ouvir as diferentes posições de plenário, a gente tem um texto hoje que é extremamente longo e confuso.

Nós estamos aqui falando, por um lado, no combate às fake news, por

outro, na ampliação da imunidade parlamentar às redes sociais, ao mesmo tempo que a gente tem questionamentos de crimes ou de agressões ou de posições de parlamentares através das redes sociais, que ultrapassam os próprios limites do mandato. Então, o projeto do jeito que está não dá para ser votado.

A cidadania quer debater, quer discutir, mas, nesse momento, vota contra a urgência para que a gente consiga ser conciso e discuta especificamente o combate às fake news

e não essa quantidade de assuntos que está na matéria.

Como orienta o PV?

Senhor Presidente, o PV orienta assim, é de fundamental importância o aperfeiçoamento da legislação brasileira no que diz respeito à transparência e responsabilidade na internet.

A disseminação de fake news tem sido defasta para a sociedade brasileira, diversas consequências, Senhor Presidente.

Eu poderia citar apenas uma, o número crescente de casos de sarampo no Brasil desde 2018 em função de fake news, em função do negacionismo.

Confiamos na capacidade de articulação do relator deputado Orlando Silva, tenho certeza que, conforme o deputado Orlando tem demonstrado em outras relatorias,

nós vamos conseguir um consenso e aprovar essa matéria com urgência e dando à sociedade brasileira um instrumento de controle desses importantes instrumentos de comunicado.

Deputado Silva, o republicano não me perdoe, eu já lido tempo em vossa excelência, só vou seguir a lista de orientações, o republicano já lido.

Patriota, a presidência solicita, senhoras deputadas e senhores deputados, que registem seus votos no enfileiramento parlamentar, está iniciada a votação.

Patriota como orienta? Rede como orienta? Minoria como orienta?

Minoria orienta sim presidente, tratando-se de um projeto meritório, foi debatido durante meses sobre a coordenação do deputado Orlando Silva,

que ouviu dezenas de entidades da sociedade civil, um grupo, uma comissão de deputados com muita pluralidade, ouvindo todas as tendências da casa,

acho que o projeto está maduro para ser votado e portanto a minoria orienta sim.

A maioria libera presidente, devido a posição divergente de alguns partidos que compõem a maioria.

Como orienta a oposição?

Presidente, a oposição orienta sim igualmente, esse projeto foi amplamente debatido, nós temos a visão de que a internet não pode ser a terra da mentira,

da desinformação, da prática de crimes e essa utilização dessa maneira provoca uma profunda distorção nas eleições, no processo democrático

e também promove uma desorientação da população do nosso país.

Eu quero falar por mim, não pela oposição como um todo, mas nós temos que ainda fazer ajustes no texto, nós queremos a urgência desse texto,

mas esse texto ainda merece fazer ajuste em alguns dos seus conteúdos e eu quero apontar aqui o conteúdo da remuneração que na

nossa opinião não pode desequilibrar o jogo democrático no país. Como orienta... todos os partidos já orientaram, podemos orientar deputado?

Deputado Bacelar, podemos orientar?

Perdão, perdão.

Tempo de liderança para o deputado Rui Falcão pelo PT. Ao final do tempo de liderança do deputado Rui Falcão, eu encerro a votação. Presidente, deputado Rui, me permita só o deputado Silvio Costa, filho, falar ali um minuto antes de dar o tempo de liderança. Presidente Rui, vou ser muito breve. Presidente Artur Leira, eu queria fazer um apelo aos líderes desta casa e aos demais deputados. Hoje nós votamos na Comissão Especial a PEC 13, que é uma demanda municipalista do Brasil, que foi aprovada na Comissão por unanimidade,

tendo em vista a demanda dos prefeitos, que muitos não conseguiram executar, os 25% da educação estão aí passando por uma insegurança jurídica

e querem poder ter essa PEC 13 aprovada até para terem pré- visibilidade e segurança jurídica.

Queria pedir a vossa elência, presidente, se poderia construir um acordo para ver se a gente vota a PEC 13 ao longo do dia de amanhã ou na próxima semana, se possível.

Não há nenhum problema com a PEC 13, deputado. Ela chegando no plenário, ela vai para a pauta imediatamente. Deputado Rui Falcão. Senhor Presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, eu queria em primeiro lugar ressaltar a importância desse projeto que votaremos em seguida com o tempo devido após a aprovação do regime de urgência.

Deputado Orlando Silva fez um trabalho extremamente criterioso, deputado. Quero aqui fazer esse registro, em primeiro lugar, que vossa elência teve um comportamento altamente democrático, ouvindo todas as forças da sociedade brasileira num grupo de trabalho plural com representação das forças políticas aqui da casa. Evidente que no correr dos debates haverá emendas, haverá mudanças nesse relatório, porque nenhum relatório é perfeito.

Nós mesmos teremos aqui dois ou três destaques a apresentar no devido tempo, mas isso não tire em nenhum momento o mérito do trabalho que o senhor conduziu.

A gente sabe que a internet criou uma nova realidade no mundo, facilitou a comunicação entre os povos, encurtou distâncias, mas ao mesmo tempo encapsulou as pessoas no individualismo extremo.

E a internet também, embora ela consague possibilidades amplas de expressão de pensamento, e nós queremos garantir antes de mais nada a liberdade de expressão nesse projeto, e o deputado foi muito criterioso com relação a isso, mas a internet também se converteu num espaço para todo tipo de utilização indevida.

A tal ponto que o escritor Humberto Eco disse que num certo momento as redes sociais se transformaram num local para todo tipo de manifestação de idiotas.

Se fosse apenas isso, não seria tão grave, mas a internet também e as redes sociais se transformaram em locais de aniquilamento de reputações, em propagação de notícias falsas, inclusive de campanhas que levam à morte e ao genocídio, como foi o

caso das campanhas anti-vacina, com todo tipo de impropriedades, como o caso já conhecido daquele nominado, que dizia que quem tomasse vacina ia virar jacaré. Então o projeto não é apenas um projeto para combater fake news, é um projeto como ele nomeou, lei brasileira de liberdade, responsabilidade e transparência na internet.

E há aqui uma regulação dessas plataformas que têm muito poder, que estão sendo reguladas no mundo todo de maneiras diferentes, como já foram na Alemanha, na França, na Inglaterra e nos próprios Estados Unidos também.

E é preciso que aqui não seja um território de ninguém, que haja sim leis, que haja regulamentos, que haja transparência e é disso que essa lei que votaremos cuida.

Há também a questão da remuneração da produção jornalística. Não é correto que aqueles que produzem conteúdo para as grandes plataformas não tenham a sua autoria reconhecida, inclusive valorizada.

Nós imaginamos que seria mais conveniente uma lei específica que tratasse do assunto. E há projetos nessa casa que tratam disso. Mas há também uma menção na lei e há uma tentativa de aperfeiçoamento para que não se impeça que uma lei futura possa até ser mais judiciosa, mas que por enquanto a gente estabeleça pelo menos mecanismos ainda que intermediários para que os autores de conteúdo possam ter a sua remuneração devida.

E aí é preciso notar que são vários os produtores de conteúdo. Há inclusive os produtores individuais que o projeto permite que se registrem como PJ na linguagem popular.

A gente preferiria outro tipo de remuneração, outro tipo de conteúdo. E há também uma outra polêmica que diz respeito à extensão da imunidade parlamentar às redes sociais.

Nós defendemos sim a imunidade parlamentar por ideias, por manifestações, mas é preciso que não haja uma distinção entre as autoridades públicas e o cidadão comum, que possa ver sim um monitoramento pelas redes sociais e tudo que for publicação indevida, que for publicação de desinformação, que possa sim ter a devida impugnação, rotulação, inclusive retirada das redes sociais.

Mas no conjunto eu acho que nós devemos votar a favor do projeto. A bancada do PT já se manifestou a favor desse projeto, apresentará emendas.

Nós estamos discutindo inclusive com o relator Orlando Silva para ver as possibilidades de acolhê-las já na fase de apresentação do relatório.

Ele tem tido muita sensibilidade para nos ouvir, espero que continue com mais sensibilidade ainda para as nossas emendas.

Há inclusive também uma emenda que a gente pretende apresentar para que pelo menos no período eleitoral haja possibilidade de identificação de autores,

e o primeiro autor de desinformação, dentro de um devido processo legal, as pessoas que poderiam motivar essa representação seria o Ministério Público,

seria os partidos políticos, as coligações e as federações. Não se trata portanto de uma coisa irresponsável que qualquer um possa estar impugnando esse tipo de comunicação.

Nós somos a favor também que haja uma regulação. Aachamos que o organismo mais correto para parametrar essa regulação é o Conselho Gestor da Internet, que tem técnicos qualificados, já contribuíram para a Lei Geral de Proteção de Dados. Então entendemos que a regulação não deve ser uma autoregulação apenas, mas como se chama na linguagem moderna, uma autoregulação regulada que tenha como parâmetro a intervenção do Comitê Gestor da Internet. Então, por essas razões, senhor presidente, nós estamos aqui não só encaminhando, já defendemos aqui a votação da urgência, e que haja tempo suficiente depois para aprofundar o debate desse projeto que, como disse aqui, é extremamente imediatório, importante para a democracia brasileira, importante inclusive para o período eleitoral no qual ingressaremos aí no segundo semestre.

Seu presidente, a Rede gostaria de orientar assim a urgência deste PL, das fake news, para que possamos avançar neste tema.

Certamente, senhor presidente, é um tema polêmico, mas muito relevante neste ano eleitoral.

Precisamos ter uma legislação que previna, que combata, que puna as mentiras feitas para manipular a população.

A partir dessa urgência, precisamos aprofundar este debate, mas com seriedade e responsabilidade.

Por isso, senhor presidente, a Rede de Sustentabilidade vota e orienta assim a urgência do PL, das fake news. Obrigada.

– Eu vou pegar só por favor. – Não tive mais.

– Cadê? – Acho que é o senhor.

– Tempo de liderança. – Não pode votar no PL.

– Deputado Esnaudo? – O quê?

– O que? – O que? – Não sou mais favorito.

– Não sou mais favorito. – Pode ser rápido.

– Deputado Esnaudo? – Não sou mais favorito.

– Meu partido, rapaz. – Alguém deixou de votar? Todos já votaram?

– Não, falta eu, presidente, para mim.

– É o que vai desempatar, presidente.

Quase terminando portanto essa votação, vamos acompanhar já já o resultado.

Lembrando que é um pedido para urgência urgentíssimo, digamos dessa forma, então precisa de ser a maioria absoluta favorável ao requerimento

para que ele possa ser aprovado nesse requerimento de votação.

Para que o projeto de lei que trata da punição a fake news, notícias falsas, seja portanto votado rapidamente aqui no plenário.

249 sim, 207 não, o requerimento não foi aprovado.

Como eu estava dizendo para você, são necessários 257 votos favoráveis para que o requerimento seja aprovado, e agora com 249 votos ficaram faltando alguns ainda.

– Nada mais a ver a tratar. – Presidente.

– O que você quer dizer? – Eu não sei.

– O que você quer dizer? – Eu não sei.

– O que você quer dizer? – Eu não sei.

– Nada mais a ver a tratar. – Presidente. Presidente.

– O que você quer dizer? – Presidente.

– O que você quer dizer? – Deputado Esnaudo, liderança da MDB.

– O que você quer dizer? – Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, eu venho, hoje à tribuna dessa casa, registrar o avanço histórico vivenciado no estado de Alagoas entre janeiro de 2015 e abril de 2022.

Eu quero iniciar, presidente, citando Jorge de Lima.

Mel silvestre tirei das plantas, sal tirei das águas, luz tirei do céu, escreitai meus irmãos, poesia tirei de tudo.

Podemos dizer isso, presidente, podemos dizer isso da obra do ex-governador Renan Filho em sete anos e três meses de governo, a frente do governo do estado de Alagoas.

Extraíu da própria Alagoas, refinou da própria natureza os elementos que formam hoje uma base real de uma nova Alagoas.

É poesia tirada de tudo, das obras, da economia, do planejamento e do trabalho duro do governador Renan.

Até o final de 2014, Alagoas escava apresentando os piores índices, as piores posições em todos os rankings, em quase todas as áreas.

Em especial, na segurança pública, onde Alagoas apresentou o melhor resultado da década entre todas as unidades da federação, com a redução de 53% em homicídios no estado e 60,5% de queda nos assassinatos de Marcelo.

Entre outra hora, nós ostentávamos o resultado negativo de sermos o estado mais violento do Brasil,

termos a capital mais violenta do Brasil e também a cidade de interior, proporcionalmente, com maior índice de violência.

Assaltos e ônibus praticamente zerados, queda de 97,3% de 14 a 21, roubos de bancos praticamente zerados, com queda de 97,5% de 14 a 21.

O governo Alagoano, como sempre, descacou o Renan Filho, deixou de transferir a responsabilidade do quesito de segurança pública e assumiu a tarefa de modificar,

tendo o governador como comandante da área. A partir das próprias forças, uma realidade nova passou a existir no nosso estado.

Como produto dessa decisão, tivemos o maior conjunto de concurso públicos para a área de segurança pública já realizada no estado e a construção de um novo modelo de segurança pública através de centros integrados de segurança pública, conhecidos em Alagoas e chamados de CISP's,

em todas as regiões do estado hoje presentes. Até o final de 2022 serão 50 centros, onde além do equipamento físico, ainda leva novas viaturas e também reforço no efetivo policial.

Nesse governo, as mulheres também tiveram protagonismo com a Patrulha Maria da Penha, que já garantiu a proteção de mais de 1.300 mulheres vítimas de violência doméstica no estado de Alagoas.

Os professores do nosso estado contam com o novo plano de cargos, carreiras e salários de educação, que colocou Alagoas entre os cinco escados do Brasil com maiores salários para professor.

Investimento de mais de R\$ 1 bilhão em um pacote de programas inovadores em 2021, como o Cartão Escola 10, as Crèches Crias, o Programa Mais Professor, Mais Merenda,

minha Escola Nova, Rumo às Aulas, Equipa Alagoas, Meu Transporte Novo, Conecta Professor, Vem Que Dá Tempo, Professor Mentor, Pontapé Educação e Qualificação Profissional,

fazendo com que Alagoas nesses anos passasse a ser o escado que mais

evoluiu no quesito de educação nos índices medidos pelos órgãos competentes.

Na infraestrutura, Alagoas passou a contar com o que era inacreditável. Passou e vem anos consecutivos sendo considerado o estado com a melhor malha rodoviária dentre todos os estados do Brasil,

destacando que todas são públicas, nenhuma pedagada. Em duplicação de rodovias, serão 400 km até o final de 2002. Nesse estado, no início do governo, possui apenas 35 km de rodovias duplicadas. Concursos de salários, Sr. Presidente, servidores das áreas de educação, como falei a pouco, segurança e saúde, entre as cinco carreiras mais remuneradas de todas as redes estaduais do nosso país, após as reformas administrativas feitas nos últimos anos. Foram ofertadas 8.860 vagas em 13 concursos públicos em diversas áreas do estado. Algumas delas, como saúde e fazenda, não realizavam certames há 19 anos.

A melhoria em cerca de 40 carreiras com atendimento de demandas históricas, como a atualização do plano de cargos e carreiras e também a implantação do piso salarial da enfermagem, antes mesmo que essa casa venha a apreciar como nos próximos meses ou nos próximos dias a previsão para que nós venhamos a discutir essa matéria.

Nós temos, Sr. Presidente, lá em Alagoas, o maior programa de transferência de renda de todo o Brasil, logicamente, com a exceção do Bolsa Família do governo federal.

O programa cria, ele oferece às mães que têm as suas crianças na primeira infância, R\$ 150 por família.

Então, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer esse registro da história de Alagoas, um registro histórico para o nosso estado, nosso pequenino estado que agigantou-se nos últimos anos.

E o orgulho que tenho e a satisfação de ter participado diretamente desse momento que Alagoas vive, desde o primeiro momento, no primeiro mandato na Assembleia Legislativa, desempenhando o mandato de deputado estadual, o início de toda essa transformação por meio de um ajuste fiscal, rígido, mas justo, até esses últimos anos,

contribuindo aqui na Câmara dos Deputados, aqui no Congresso Nacional, junto com o senador Renan, este lá no Senado, decisivamente, para que essa realidade realmente viesse a acontecer no nosso estado.

Era esse registro, Sr. Presidente, que gostaria de fazer com a certeza que o projeto do Movimento Democrático Brasileiro, sem dúvida nenhuma, terá continuidade naquele estado pela transformação que veio acontecer naquela terra abençoada por belezas naturais incomparáveis.

Um minuto, deputado Bira. Depois deputado Marcel.

Uma ininação com a decisão do presidente da República, o Sr. Bolsonaro, que vetou de maneira absurda a Lei Paulo Gustavo, uma lei que visava e visa incentivar e apoiar os artistas, os fazedores de cultura no Brasil inteiro.

Um enorme prejuízo, um segmento brutalmente atingido pela pandemia, que nós sabemos que ainda hoje enfrentam as sequelas brutais de toda essa pandemia que paralisou o Brasil e o mundo, e precisam desse apoio para se recuperar.

Fica aqui registrada a nossa indignação e a nossa solidariedade a todos os artistas, a todos os fazedores de cultura. Lá no Maranhão nós temos o Bumba do Boi, nós temos o Tambor de Crioula, nós temos Capoeira, nós temos Caxiriá, nós temos tantas manifestações de artistas, não só na capital, em São Luís, mas em todo o Maranhão, que serão prejudicados. Então por essa razão, Sr. Presidente, apenas para concluir,

é que nós registramos o nosso repúdio a essa decisão, mas dizer que nós não vamos nos calar.

Esse plenário será mobilizado, a sociedade vai se mobilizar e vai reagir contra essa decisão para que a gente possa derrubar no Congresso Nacional essa decisão absurda, esse veto do Bolsonaro que só sabe remar contra o povo brasileiro.

Mas o tempo dele está encerrando e se Deus quiser nós vamos dar a volta por cima. Muito obrigado, presidente.

Deputado Marcelo Van Rath.

Sr. Presidente, quero apenas aqui celebrar o resultado a pouco proferido pela mesa aqui no plenário da rejeição do requerimento de urgência ao Projeto de Lei que dizia combater fake news, mas na verdade estabeleceria uma ampla censura nas redes sociais, uma perseguição à verdade e às manifestações políticas dos cidadãos. Se há mentiras ou ofensas, há a lei para que seja aplicada sobre aqueles que se excedem.

Não precisamos de uma legislação nova que trate de oprimir a população, de fazer com que ela tenha medo de utilizar as redes sociais para discussões políticas, Sr. Presidente.

Portanto, quero aqui, nesta noite, depois de tantas vezes lamentarmos resultados neste plenário, gostaria de celebrar este resultado que faz com que nós não nos sintamos mais ameaçados a utilizar as redes sociais. Quem se excede? Só para concluir, presidente.

Quem se excede, como bem vossa excelência mesmo disse, precisa pagar pelos seus excessos. Isso é natural, isso é da democracia e isso do Estado de Direito.

Agora, tratar todos como potenciais criminosos nas redes sociais e limitar as nossas liberdades de expressão não é o caminho correto. Portanto, quero aqui celebrar essa votação e ficar contente que este projeto, pelo menos neste ano, pois ameaça pode vir de novo lá adiante, não prosperará nesta casa.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Deputada Bia Kissi. Presidente, eu também quero celebrar que essa urgência deste projeto foi derrotada na casa. Foram 8 votos a menos do que o necessário para passar. Fico muito feliz porque realmente as nossas liberdades têm sido muito ameaçadas.

A liberdade de expressão é uma das mais importantes liberdades. A internet nasceu como um local exatamente para dar voz a todos. Nem todas as pessoas têm condição de poder falar, se expressar por uma mídia oficial, por uma mídia mainstream.

A internet dá voz a todos e estava sob uma ameaça muito grande. Infelizmente, esse parlamento deu um recado e eu espero que o TSE, que é a Justiça Eleitoral, respeite a vontade deste parlamento.

Porque quando nós decidimos não legislar algo, isso não é uma missão, isso é uma decisão política, isso é uma escolha. E essa escolha precisa ser respeitada. Nós sabemos que está havendo uma

pressão por parte da Justiça Eleitoral para que se regule a internet, mas esse parlamento hoje mostrou que mais vale a liberdade.

Quem fizer algum crime contra a honra, injura, difamação, já tem como pagar por isso. E também indenização na área civil.

Agora, não adianta a justificativa, desculpa, descombater fake news e a mentira, na verdade, se quer calar a verdade. E a liberdade tem que preponderar acima de tudo. Muito obrigada, presidente. Obrigada também aos meus pares que votaram contra essa mordaca.

Deputado Pedro Vilano. Obrigado, senhor presidente. Eu quero, neste momento, destacar no plenário da Câmara de Deputados, a filiação ao PSDB da deputada Jo Pereira.

Deputada Jo é a deputada estadual mais votada do Itário de Alagoas, faz um mandato de muita qualidade na Assembleia Legislativa, combativa, atuante, e vem agora melhorar, aumentar, enfim, somar forças no nosso agremiação, no nosso PSDB.

A deputada Jo chega para ter um papel de protagonismo no pleito de 2022 e certamente vai fazer uma grande jornada junto com seus companheiros agora no PSDB.

E aproveitando também, seu presidente, a oportunidade, eu quero agradecer a confiança dessa mesa diretora, do presidente Tartolira, em me nomear relator do projeto de lei que vai regulamentar a tele-saúde no Brasil, a tele-medicina, as áreas de saúde que pretendem utilizar a forma remota, um tema importantíssimo para que a gente possa avançar no alcance na qualidade da saúde no nosso país e que eu tenho certeza absoluta, vamos chegar a um texto aqui.

A gente vai chegar a um texto equilibrado, adequado e com compromisso de melhorar a prestação do serviço de saúde e aqueles que mais precisam ou que hoje não têm qualquer acesso.

Então, seu presidente, a nossa expectativa é que o quanto antes a gente possa apreciar aqui em plenário o mérito dessa matéria com a certeza da sua aprovação.

Muito obrigado.

Por nada, mais ninguém...

Senhor presidente.

Por não, deputados amedreiros.

Senhor presidente, hoje nós tivemos uma matéria aqui que acabou por mobilizar boa parte do plenário, aliás, todo o plenário, é tanto que ela foi acirrada e o resultado mostrou isso, mas também boa parte da população brasileira.

E por que isso?

Eu sei que o deputado Orlando trabalhou muito...

42 com 13...

Pode ir para o outro microfone, deputados amedreiros.

Acho que voltou.

Ok.

Senhor presidente, é um assunto que realmente ele acaba tomando boa parte da discussão nacional e talvez nem só pelo projeto em si, mas pelo momento que vive a população brasileira em termos da liberdade de expressão.

Valor muito caro, princípio fundamental, muito caro, mas que está sendo totalmente tolhido e tolhido aos poucos.

Está sendo oxidado esse valor, principalmente pelo ministro

Alexandre Moraes, ministro que trabalhei para que ele fosse ali para

o ministério e já conclui, senhor presidente.

Mas que infelizmente ele tem trabalhado muito pelo enfraquecimento...

Só para concluir, senhor presidente.

Eu apertei o botão errado aqui, desculpa.

Então, presidente, eu lamento muito o ministro Alexandre Moraes, é um constitucionalista, estudei nos seus livros, mas o ministro ele tem infelizmente enveredado para um lado que não é o respeito à constituição.

Ele tem reiteradamente relativizado o respeito a esse legislativo, a casa Coermã.

Simplesmente os direitos dos parlamentares aqui têm sido tratorados.

Nós vemos hoje, nós temos presos políticos, nós temos parlamentares aqui que não podem dar entrevista, que não podem falar nada.

Ele pode não gostar do Danielzão, pode abominar o Daniel, mas não pode tolher o que o Daniel tem a falar.

Por quê?

Porque o Daniel é votado, não é a pessoa do Daniel. A pessoa pode não gostar do presidente, mas ele é votado, tem um nicho, tem pessoas.

Eu, por exemplo, discordo e faço debate aqui contra os parlamentares do PT.

Mas por trás dos parlamentares do PT tem boa parte da população brasileira que eles estão representando.

E você tem que dar voz, você não pode tolher essa voz.

Então, eu creio que esse debate que houve hoje aqui é muito mais por esse medo de perder a liberdade de expressão que o ministro alí.

Concluiu.

Deputado Eduardo Rocha.

Senhor presidente, deputado Marcelo Ramos, parabenizo nesse momento a todos os deputados e deputadas que se colocaram contra a aprovação desse requerimento de urgência para votar um projeto que se diz de combate a fake news.

Eu sou um daqueles deputados que tenho trabalhado para combater fake news. Fake news prejudica todos, prejudica todas as mulheres, todos os homens, mas o que está contido no texto apresentado extraoficial pelo deputado Orlando Silva, ele acaba com as redes sociais.

Da forma como está contido no texto, Instagram vai acabar, vai acabar o Facebook, vai acabar com também o WhatsApp, acaba com o YouTube.

Enfim, as redes sociais mais importantes que nós temos vão ser extintas, porque da forma como está no texto, eles vão ser praticamente possibilitados de fazer propaganda, fazer publicidade, que são meios de negócios das redes sociais, que é uma forma de bancar despesas das redes sociais.

Isso é bom para os usuários? Não, claro que não, porque ele vai deixar de ter a sua disposição essas redes sociais que são de grande importância, de grande valia para o povo brasileiro.

Além disso, esse projeto tolhe de forma bastante forte a liberdade de expressão das pessoas, ou seja, as pessoas passarão a ser perseguidas quando, em determinado momento, colocar algum tipo de mensagem.

Ora, nós temos a liberdade de colocar, logicamente, que aquela mensagem que seja ilegal, essa mensagem já é considerada um crime e

por isso responderá quem o fizer, quem atentar contra qualquer lei do nosso país.

Mas da forma como está, ela vai buscar o cidadão mesmo que replique algo que não foi ele que escreveu, mas que de forma inocente ele está lá replicando uma notícia que ele entendeu ser uma notícia verdadeira.

E ele vai ter que pagar muito de forma bastante severa no que diz respeito a essa replicação de informações. Portanto, eu vejo que a Câmara não autorizou, não aprovou o requerimento de urgência, assim esse projeto deve ser analisado pela comissão especial que surgiu na noite de hoje,

que seja constituído uma comissão especial que analise esse projeto para que nós possamos debater profundamente esse projeto e apresentar de fato um projeto que apenas combata fake news, mas não um projeto que combate fake news e ao mesmo tempo acaba, aniquila todas as redes sociais do nosso país.

Muito obrigado, senhor presidente.

Deputado Afonso Florença, depois de tempo de liderança da maioria, deputado Diego Andrade.

Obrigado, presidente. Pedi a divulgação nos análicos da Casa da Voz do Brasil desse meu pronunciamento.

Nova pesquisa e PESP com uma dupla liderança. Presidente Lula com quase 50% das intenções de voto liderando a corrida presidencial com uma expectativa da maioria do eleitorado de votar no Lula, porque a esperança do povo brasileiro é Lula presidente.

Governos de prosperidade, de melhoria da qualidade de vida, de acesso à saúde pública, casa própria, cesta básica barata, combustível, gás de cozinha, óleo diesel baratos, salário mínimo e salários em geral valorizados.

A outra liderança é do presidente Bolsonaro, daqueles e daquelas que não querem presidente Bolsonaro.

Presidente Lula julgado o melhor presidente da história do Brasil e o presidente Bolsonaro com quase 50% como o pior presidente da história do Brasil.

E isso é o que a gente está vendo nas ruas e o povo brasileiro constata a realidade. Por isso, dia 9, se renova a luta pelo fora Bolsonaro.

Servidores públicos, agricultores familiares, o povo que mais precisa, as mulheres indígenas, quilombolas, marisqueiras, pescadores, agricultores artesanais, saudar a mobilização indígena em curso.

Hoje, em todo o Brasil e aqui em Brasília, e dizer, presidente Lula, o melhor presidente da história do Brasil.

Presidente Bolsonaro, o pior presidente da história do Brasil. Por isso, fora Bolsonaro. Obrigado presidente.

Obrigado. O tempo de liderança da maioria deputado Diego Andrade. Depois eu vou encerrar a sessão.

Obrigado presidente. É só para poder deixar aqui registrado uma questão que prejudicou demais o estado de Minas Gerais.

Em 1996, quando foi feito a lei Candir, que é uma lei boa para a gente exportar produtos do agronegócio, produtos industriais, industrializados.

Mas ela criou uma distorção muito pesada com a questão das nossas riquezas naturais, especificamente os minérios metálicos.

A época lá do Brasil Colônia, levaram muitas riquezas do Brasil. E a nossa população não ganhou nada naquela época.

Ganhou algumas igrejas barrocas, bonitas pelo menos. Hoje continuam levando todas as riquezas e deixando barragens que estão sendo rompidas e matando as pessoas, que é o que está acontecendo de fato. Pois veja bem, quando a gente zera os tributos, que é a lei Candir, para exportar minérios metálicos, é zero de pis e cofins, é zero de ICM, nenhum produto que faturou, num setor que faturou.

Esse ano passou, 339 bilhões de reais, um setor que é praticamente monopolizado pela Vale. E que no seu balanço, mesmo colocando as hidrizações de Brumadinho, apresentou um lucro de 122 bilhões de reais.

Para onde está indo essa riqueza? Esses dividendos. Único exclusivamente para os bolsos dos acionistas, nada contra acionista e investidor ganhar dinheiro.

Mas para o Estado continuar de pé, foi preciso sobrecarregar o cidadão mineiro, elevando lá a alíquota da energia elétrica para 40% do ICM e da gasolina para 31% para dar isenção total para a Vale.

A quem interessa isso? É fundamental, é uma lucratividade, pessoal, dessa única empresa, de mais de 14 milhões e meio por hora e zero para o governo federal.

Nossas estradas estão sendo deterioradas, de tanta carreta carregada de minério, e eu não sou contra mineração não, pessoal. Eu só quero o minério com mais justiça.

É justo os enfermeiros que salvaram o povo brasileiro não ter o recurso ali para a gente votar o aumento para eles, que eles merecem e precisam, mas a Vale fechar um balanço com 122 bilhões de lucro.

O que é que dá isso no Brasil de lucro? Nenhuma atividade. Nós estamos dando de graça as nossas riquezas. Não era importante deixar mais escolas? Não era importante valorizar os profissionais da saúde?

Vou fazer uma conta aqui. Minas Gerais representa 44,5% da mineração no Brasil. Isso daria 151 bi. Um ICM de 18 é quase 30 bi por ano que o Estado perde. Por isso que o Estado está quebrado.

Por isso. Porque são 853 municípios, tem toda uma estrutura para ser mantida, e essa lei alejou Minas Gerais, criou uma das maiores distorções, absurda, concentrando riqueza em pouquíssimos acionistas da Vale e alguns pequenos milionários mineradores.

É justo que o dono de uma sorveteria, de uma padaria pague tanto tributo, tanto ICM na conta de luz, e que a Vale feche um balanço com 122 bilhões de lucro, pessoal?

O pessoal pergunta, poxa, onde está o dinheiro? Está aí, ó. Está aí, ó. Hoje eu apresentei um projeto para aumentar a Cfem, presidente, que inclusive é de 3,5% do euro e 1,5%. É piada, né?

Fora a sonegação, porque sonegam muito. É piada. No petróleo é 10%, o royalties. É 10%. Então o cidadão que vai abastecer o cargo de gasolina, além do ICM de 31, paga o royalties de 10%.

Agora, para a mineradora, para a Vale do Rio Doce, é zero. É zero de ICM e é de Cfem 3%. Então eu faço esse alerta aqui a todo o povo brasileiro, a todo o povo mineiro, que chega, chega de covardia, a quem interessa manter toda essa isenção fora que acabou também com o polo siderúrgico de Minas Gerais, porque em Sete Lagoas, em Cláudio, em outras cidades como Divinópolis, a siderurgia era muito forte.

Hoje a mineração, se ela for vender no mercado interno, ela paga ICM. Então para ela é muito mais negócio vender o minério para fora sem pagar nada.

Então a ampla maioria do faturamento da companhia é exportando. Nós estamos dando, deputado Hélio, toda a nossa riqueza para os outros. É preciso alertar o presidente Bolsonaro, alertar o presidente Rodrigo Pacheco, alertar o presidente Arthur e os líderes, que essa situação não pode mais continuar.

Eu tenho um projeto aqui de 2011, 2011, que suspende os efeitos da lei Candir para minérios metálicos. Pô, o negócio deixa um dano ambiental violento.

É um negócio que vai acabar um dia. Está servindo só para alguns, para os ricos ficarem cada vez mais ricos.

Pô, é justo isso? É justo deixar funcionários públicos recebendo atrasado? Deixar os enfermeiros que se mataram aí para cuidar do povo brasileiro sem recursos?

Então tem dois projetos apresentados, esse PL 94 de 2011. 2011 já estourou duas barragens depois disso, já matou um monte de gente depois disso.

Esse PL está parado e será representado por mim. E o outro que faz uma maioração da CfN.

Deputado Reginaldo, também de Minas, profundo conhecedor do tema, até quanto nós vamos aguentar esse calado? Até quanto?

O verdadeiro apoio e cuidar das nossas riquezas aqui no parlamento é esse. Temos que ter justiça nas relações.

Não dá para o cidadão pobre pagar gasolina nesse preço, roiete do petróleo nesse preço, ICM de 40% na conta de luz, de 31% na gasolina, para C0 para a companhia Vale do Rio Doce.

Ela é muito boa, está deixando dano ambiental atrás de dano ambiental, matando gente.

Visita uma mineradora que nunca visitou, para ver o rebento que é no meio ambiente. Mas é um poder econômico absurdo.

Muita gente falou "Diego, você não deve levantar isso não, vai desagradar o OB". Vai desagradar o quê? Até quando o mineiro vai aguentar calado?

Até quando o Brasil vai fechar os olhos para isso? Quebrou um dos maiores estados do Brasil com uma lei que não foi pensada nos detalhes.

Já dizia o professor Anastasia, o céu e o inferno estão nos detalhes. É uma lei boa. Eu não proponho acabar com a lei Candir. Para você exportar soja, para você exportar boi. O boi está sempre na cena, a soja você está plantando. Um produto industrializado gerou emprego.

Mas tirar a nossa riqueza de graça, porque ela é do povo brasileiro. Pagar uma cefém de três, que boa parte dela é sonegada.

Boa parte é sonegada. Recentemente no município de Mateus Lemme, mais um minuto presidente, só para encerrar.

Eu conversei com o prefeito e estive lá no distrito do Serra Azul. O prefeito da mineração já pegou aqui sua área.

O que você está recebendo de cefém? 500 mil reais. Pega aí um topógrafo para demonstrar que está consumindo boa parte do terreno de Mateus Lemme.

Só dele ligar para a mineradora no outro mês, já pagaram dois milhão e meio. Só dele ligar. Ele tem interessado.

Ninguém fiscaliza. A NM foi criada. Vem o Ministério da Economia e não põe estrutura na NM para fiscalizar.

Não é possível contar os caminhões de minério. Ou seja, já não paga nada, que é três e meio. E ainda só nega.

Chega, Minas Gerais quer levantar a voz aqui. Até quando o Brasil vai tolerar isso? Até quando? Quantos morreram lá de Badalama?

O bombeiro que estava tirando o cara morto de Badalama estava com o salário atrasado.

Não está na hora da gente acordar para isso? Não está na hora? Eu estou recebendo aqui o deputado.

De onde nós vamos tirar dinheiro para os enfermeiros? Está aí. Não é inviabilizar, não. É fazer justiça.

É fazer esse setor pagar os tributos que todos os outros pagam. Não é justo entregar de graça a riqueza brasileira para fora.

Foi eu falar no colégio de líderes que ia propor o aumento da CfEI, já desceu o presidente da Vale para cá para começar a rodar gabinete.

Chega disso. A política tem que ser as claras. É preciso urgentemente acabar com essa relação promíscua e fazer uma relação de minério com mais justiça ao povo brasileiro.

É isso que eu defendo. É apoiar a mineração, mas com mais justiça. 120 e tantos bi de lucro no bolso de alguns. Largando um estado quebrado, falido.

E a gente aqui suando para ver de onde nós vamos valorizar enfermeiros, valorizar professores.

Está aí um bom exemplo para o parlamento dar corrigindo essa injustiça. Vamos suspender a lei que ande para os minérios metálicos.

Aí o governo avalia o que é que põe de PIS e COFINS e cada estado avalia o que põe de ICN. E da mesma forma, colocar um CfEI mais justo.

A minha proposta ainda é menor do que o petróleo. O do petróleo é 10. Que seja para todos os minérios metálicos pelo menos 7%.

Muito obrigado, presidente. Eu encerro por aqui. Boa noite a todos. – Presidente. – Deputado Reginaldo. – Obrigado, presidente.

Quero corroborar com a fala do deputado Diego Andrade.

É fundamental, nesse debate, presidente, ter uma estratégia de país. Nós precisamos construir a indústria do século XXI. A bioeconomia, a indústria moderna, a indústria digital, a indústria limpa, a indústria com transição ambiental e ecológica.

O Brasil, presidente, exporta os principais commodities do planeta Terra. O Brasil alimenta o planeta. Quase um bilhão de pessoas são alimentadas indiretamente pelos produtos brasileiros.

O Brasil tem uma boa exportação, presidente, de vários minérios. Tem também agora, só para concluir, presidente, uma exportação na questão de óleo e gás, que é um erro desmontar nossas refinarias.

Na minha opinião, nós deveríamos criar um imposto sobre exportação. E o Brasil criar fundos setoriais para a gente desenvolver a indústria no Brasil.

Quem industrializa no Brasil paga caro, paga impostos. E quem não industrializa no Brasil não paga nada. Portanto, nós estamos gerando empregos fora do país.

Nós abrimos mão de milhões de empregos no Brasil e também de tributos. Empregos com boa qualificação profissional, que a

indústria fornece aos seus filhos.

Então um projeto de nação, deputado Diego Andrade, deveria ser baseado nos produtos exportados. Nós deveríamos tributar a exportação.

Porque aquele setor que industrializa no Brasil é penalizado ao não tributar a exportação. E nesse sentido, ao invés de a gente ficar exportando minério e exportar produtos com valor agregado, ao invés de exportar café e coco, poderia ser pelo menos em capros, proteína animal, proteína vegetal e a gente fazer uma indústria nova.

Só uma parte, deputado Reginaldo, no caso do minério, pessoal, não é nem... o pessoal vai exportar tributo, não. Eles não pagam nada pelo minério. Se eu estou exportando um tênis, a indústria de tênis pagou pela matéria-prima do tênis.

Sim. Ela pagou, aí ela vai exportar. O agricultor pagou pelo adubo, ele trabalhou para gerar. A mineração, o sujeito foi lá e minerou e tirou um patrimônio que é nosso e não pagou nada por ele. É justo isso?

Isso não era legal? Ô gente, vamos deixar um pouco desse recurso aí para as escolas? Vamos deixar um pouco mais de recurso aí, como diz o deputado Reginaldo, para a saúde, a deputada Carmen? É isso, essa relação está promíscua e já passou da hora do Brasil rever essa relação para termos o minério com mais justiça, né, deputado Reginaldo?

Já tivemos movimentos da Assembleia de Minas em outros tempos, vários deputados que passaram por aqui, cita o Zé Fernando e tantos outros. Poxa, chega! É preciso abrir os olhos, porque de repente nós estamos cuidando do alfinete aqui e passando um elefante.

Poxa, não está legal essa relação, não dá para ser bom só para o Bradesco e para o Cionista Davali. Tem que ser bom para todo o povo brasileiro. É isso, obrigado. Acho que a informação liberta, por isso eu trago a informação para todos aqui.

Obrigado. Deputado, isso é... Só para concluir, tenho concordância, eu acho que nós temos que caminhar para tributação na exportação do setor minerário e criar fundos setoriais para a mordenação da mineração no Brasil.

Nós não podemos conviver com essa mineração atrasada. Essa mineração que infelizmente tirou a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. Nós estamos no século XXI, ainda aceitavam a mineração do século XVIII, século XIX.

Então chegou a hora da gente criar uma política para o setor da siderurgia no Brasil, que fortalece a industrialização e ao mesmo tempo incentiva que o país passe a industrializar ao invés de ficar apenas exportando o produto sem nenhum tipo de valor agregado e sem nenhum tipo de tributo.

A lei Candim foi um equívoco, a lei Candim foi um erro, quebrou os estados primários exportadores, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Pará. Então nós vamos encontrar uma forma.

Na minha opinião, nós não devemos prejudicar o setor industrial no Brasil. Por isso que talvez aumentar apenas a Cfem não é o melhor caminho. Talvez é criar e redescutir uma líquida sobre exportação do setor primário. E do setor que hoje infelizmente não contribui com o país porque não paga impostos e não gera empregos. Obrigado.

Obrigado. Deputada Carmem Zanotto, depois eu vou encerrar a sessão.

Obrigada, Sr. Presidente. Só para registrar que amanhã é o dia 7 de

abril, o Dia Mundial da Saúde, e neste ano o tema é "Nosso Planeta, Nossa Saúde".

O principal objetivo desta data é conscientizar as pessoas sobre a importância da preservação da saúde para melhorar a qualidade de vida.

Sem saúde, nós não temos qualidade de vida. Sem sistema único de saúde, sem profissionais da área da saúde bem remunerados, sem a garantia de acesso, as ações de prevenção e tratamento, nós não temos saúde para nossa população.

Por isso que a gente precisa tratar deste tema no dia de amanhã com muita intensidade.

E também no dia 8 de abril, na sexta-feira, nós vamos estar tendo o Dia Mundial do Câncer. E eu, como autora de algumas leis que tratam do acesso, como a lei dos 60 dias para o tratamento do câncer, as cirurgias, a quimioterapia, a radioterapia e os 30 para os exames, nós precisamos lembrar que além da prevenção, que é fundamental para os casos de câncer, o acesso às mamografias, ao preventivo do câncer, aos exames do câncer de próstata, nós precisamos cada vez mais trabalhar para que a gente recupere o tempo perdido da pandemia.

Por isso, senhor presidente, eu peço que seja dado como lido, divulgado nos enrique de comunicação, essas duas importantes datas, dia 7 de abril e dia 8 de abril, porque estamos tratando de vidas, vidas das pessoas.

Muito obrigada, senhor presidente.

Deputado Ildo Rocha.

[Diálogo com a tela]

[Diálogo com a tela]

Olá, muito boa noite. É você que está sintonizado aqui na TV Câmara, na Rádio Câmara, você que acompanha também o trabalho dos deputados nas mídias sociais, no canal da Câmara dos Deputados no YouTube.

Termina essa sessão extraordinária.

Os deputados votaram hoje um período de urgência para que o projeto de lei que torna crime divulgar ou compartilhar notícias falsas na internet, para que esse projeto pudesse vir a ser votado pelo plenário mais rapidamente, sem passar pelas comissões.

Acontece que a urgência acabou não sendo aprovada, foi um dia inteiro de debate, mas por 247 votos favoráveis não foram suficientes para que essa urgência fosse aprovada.

Eram necessários 257 porque se tratava de uma urgência chamada de urgência urgentíssima. Então foram 249 votos favoráveis à urgência e 207 contrários. Então como não chegaram os 257 acabou que a urgência não foi aprovada, apesar da maioria dos deputados nesse caso e deputadas terem sido favoravelmente, terem se posicionado favoravelmente ao texto, mas não chegou a quantidade mínima de votos esperados.

A gente vai conversar com dois deputados que estiveram envolvidos aqui no debate, o deputado Alencar Santana Braga, que é do PT de São Paulo, líder da minoria, e também o deputado Ildo Rocha, do MDB do estado de Maranhão. Muito boa noite aos deputados, boa noite deputado Alencar.

Boa noite.

Bom, prazer é todo nosso deputado. Vocês debateram bastante, falaram sobre o tema, trouxeram inclusive o mérito do texto para o debate,

apesar de ser só uma urgência.

Como é que a senhora avalia o fato dessa urgência não ter sido aprovada, como é que pode ser construído passos para a votação de um projeto como esse, da agora para frente aqui na câmara?

É lamentável não ter sido aprovado, um belo trabalho que foi realizado pelo relator Orlando Silva, e é um tema urgente e necessário. Nós estamos à véspera de uma eleição importantíssima para o país, eleição nacional, e a gente sabe de que maneira as redes sociais foram utilizadas quatro anos atrás na manipulação da opinião pública para interferir no processo eleitoral, e o mesmo aconteceu já também em outros países.

Por isso a necessidade de a gente regulamentar, de a gente ter um parâmetro legal, até para dar segurança para todo mundo que estiver envolvido no processo eleitoral, além de outras coisas do ponto de vista do dia a dia da sociedade, e ao mesmo tempo parâmetro legal para que o judiciário possa agir quando demandado se for o caso.

Por isso nós entendemos que tinha necessidade de aprovar essa urgência, criava espaço para mais diálogo, reflexão para eventuais alterações e aprimoramento do texto, então essa rejeição hoje é um grande prejuízo para casa, aliás para o país.

Deputado, pensando do ponto de vista do debate do mérito mesmo desse assunto, muitos deputados que foram contrários e urgentes estavam dizendo que se tratava da possibilidade de interferir na liberdade de expressão das pessoas. Como é que o senhor avalia esse argumento? Acho que é um argumento totalmente falso. Liberdade de expressão é garantia, é um direito constitucional, defendemos, é importantíssimo que tenha, somos contra qualquer tipo de censura, até porque para que houvesse uma determinada interferência sobre determinada plataforma, determinado conteúdo, teria que ter uma decisão judicial, como já tem hoje para os veículos de comunicação tradicionais, sejam jornais impressos, revistas, rádios e televisão. Portanto, era importante também regular na rede social.

Tá certo, quero agradecer a gente, deputado Alencar Santana Braga, líder da minoria aqui na Câmara dos Deputados, ele é do PT do estado de São Paulo, pela gentileza, portanto deputado, falar conosco no final da sessão aqui, muito obrigado.

Eu que agradeço, obrigado, boa noite.

Agora a gente vai falar com deputado Yildo Rocha, que está do lado daqueles que foram vencedores hoje, deputado Yildo Rocha, muito boa noite, o senhor também não gostaria que essa urgência fosse aprovada, inclusive o senhor falou no discurso que seria melhor que passasse pelas comissões para ver mais debate, muito boa noite senhor.

Boa noite, obrigado pela oportunidade de poder estar aqui conversando com os telespectadores e ouvintes da rádio e TV Câmara, de fato esse é um projeto que precisaria ter sido debatido nas comissões permanentes, ou então em uma comissão especial e não em grupo de trabalho, onde tinham apenas quatro ou cinco partidos ali, nós temos mais de vinte partidos no poder legislativo brasileiro. Nós fomos tolhidos de participar do debate, o maior partido hoje na Câmara do Deputado é o PL, o PL não tinha nenhum representante nesse grupo de trabalho, o segundo maior partido aqui na Câmara do

Deputado é o PP, também não tinha nenhum representante, e o MDB, o partido que eu pertencço, que eu sou primeiro vice-líder, também não estava ali representado, enquanto isso tinham dois representantes do PT, não sei por que motivo, e de outros partidos tinham duas.

No total de treze pessoas, portanto é um grupo de trabalho que não tem muita legitimidade, por isso que a matéria não foi aprovada aqui, porque esse projeto, eu sou daqueles que combate fake news, que apresentei projeto que combate a fake news, mas esse projeto ele não trata apenas do fake news, ele vai muito além do combate a fake news, ele aniquila com as redes sociais, acaba com o Instagram, acaba com o Facebook, acaba com o YouTube, acaba com as redes sociais do nosso país,

e vai tornar isso diferente dos outros países, então o Brasil estava modificando a legislação e ao invés de tratar a doença estava colocando veneno para matar o doente, aí não, lógico, acaba a doença, não teria mais fake news, mas também não teríamos mais redes sociais, então eu entendo que esse projeto que foi aqui apresentado através do Orlando, num relatório que ele distribuiu aleatoriamente, não estava nem oficial, após o

que esse texto seja apresentado com uma proposta de lei e o presidente Artulira constitui uma comissão especial onde todos os partidos sejam representados e possam debater essa matéria, que essa matéria é interessante, ela é importante, só que ela não tem voto aqui dentro para passar da forma como se encontra, tanto é que sequer a gente não pode ter uma urgência aprovada.

Deputado Ildo, o tema das fake news, dos distúrbios de informação, é um tema sempre trazido, sobretudo em períodos eleitorais, como é que o senhor avalia uma possibilidade de enfrentamento a possíveis desvios, a informações incorretas nesse período eleitoral, a possibilidade ainda de o Congresso oferecer alguma proposta, alguma lei nesse sentido, ou o que já existe de regulação é suficiente? Existe de regulação, não é o suficiente, nós precisamos aprimorar, mas não é essa proposta, ela na verdade não aprimora o combate a fake news, ela destrói as redes sociais, impede o funcionamento das redes sociais em nosso país, simplesmente por isso que ela não foi aprovada à urgência.

Entendo, e agora o senhor falou da possibilidade de uma comissão especial, talvez, caso o projeto seja apresentado e próximas estratégias, então esse assunto pode continuar sendo debatido aqui na Câmara dos Deputados especificamente, né?

Eu acredito que sim, o tema é importante, combate a fake news, nós abraçamos a proposta de combater, mas numa legislação específica que trate apenas de combate a fake news e não de uma proposta que vai muito além, mas muito além do combate a fake news.

Na verdade esse projeto, ele foi apresentado com disfarce de combater a fake news, mas de fato ele vinha aniquilar as redes sociais, acabar com o YouTube, Instagram, Facebook, entre outras plataformas importantes de redes sociais no nosso país.

Quero agradecer a gente, seu deputado, de falar com a gente aqui no final da sessão, parabéns pelo trabalho do senhor e até uma próxima oportunidade.

Obrigado pela oportunidade, um grande abraço, Carlos.

Abraço.

Você que esteve conosco nos acompanhando aqui na rádio, na TV Câmara, também nas mídias sociais da Câmara dos Deputados, no YouTube, a gente agradece muito a sua audiência, já convida a estar de volta, amanhã tem sessão convocada para parte da manhã. Se você quiser ter mais detalhes sobre esse debate em relação ao projeto que teve a urgência pedida para ser a urgência votada aqui hoje, que não foi aprovada esse projeto de combate a fake news, você pode também acessar sempre as informações que são disponíveis no site da Câmara dos Deputados, tem o código que sempre aparece do lado na TV, que você pode apontar a câmera do seu celular para ter mais detalhes. Além disso, o que é interessante sobre esse debate, como foram um dia inteiros de debate, se você quiser ter posicionamento ou acompanhar o posicionamento de cada um dos deputados, você pode ir no site da Câmara dos Deputados, que tem lá uns vídeos sempre disponíveis de cada um dos deputados, bem recortado no tempo do debate do deputado. Então é muito interessante para você acompanhar caso você tenha perdido o longo do dia, todas as discussões que foram feitas, todos os posicionamentos apresentados, todos os líderes falaram sobre esse assunto. Então é um tema importante, vale a pena você acompanhar de pertinho, a gente agradece muito a sua audiência e tem um monte de material disponível para você formar sua opinião a partir dos debates que foram feitos e das informações. O próprio texto do deputado Orlando Silva também disponível no site para você poder acessar e ler e formar a sua própria opinião também. Muito obrigado pela sua opinião, a sua presença sempre nos acompanhando, a gente agradece muito a sua audiência e já convida para estar aqui amanhã. Câmara dos Deputados, Transparência e Cidadania.